



AGÊNCIA  
PORTUGUESA  
DO AMBIENTE



# **PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA**

**Avaliação Intercalar da Implementação das  
Medidas**

**REGIÃO HIDROGRÁFICA DO  
SADO E MIRA (RH6)**

Março 2019



## FICHA TÉCNICA

### Coordenação Geral Nacional

---

Nuno Lacasta

Pimenta Machado

---

### Coordenação Técnica Nacional

---

Maria Felisbina Quadrado

Maria Fernanda Gomes

---

### ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINAIS

#### Departamento de Recursos Hídricos

---

Maria Felisbina Quadrado	Coordenação e Gestão de Projeto
--------------------------	---------------------------------

Maria Fernanda Gomes	Elaboração dos relatórios
----------------------	---------------------------

---

Lia de Barros dos Reis	Desenvolvimento dos trabalhos de base
------------------------	---------------------------------------

---

Ana Catarina Mariano	Apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de base
----------------------	--

---

#### Administração da Região Hidrográfica do Alentejo

---

André Matoso	Coordenação Geral a nível regional
--------------	------------------------------------

---

Alice Fialho	Coordenação e Gestão de Projeto a nível regional
--------------	--

	Desenvolvimento dos trabalhos de base
--	---------------------------------------

---

## Índice

<b>1. ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>3</b>
<b>3. REGIÃO HIDROGRÁFICA – BREVE SÚMULA DO PGRH EM VIGOR.....</b>	<b>6</b>
<b>4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO 2016-2021 .....</b>	<b>19</b>
4.1. Avaliação do programa de medidas .....	19
4.1.1. Medidas regionais .....	19
4.1.1.1. Análise da execução física das medidas .....	20
4.1.1.2. Análise da execução financeira das medidas .....	23
4.1.1.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas.....	29
4.1.2. Medidas específicas.....	31
4.1.2.1. Análise da execução física das medidas .....	31
4.1.2.2. Análise da execução financeira das medidas .....	35
4.1.2.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas.....	40
4.2. Síntese dos desvios da execução das medidas face ao previsto .....	43
4.2.1. Medidas regionais .....	44
4.2.1. Medidas específicas.....	46
4.3. Novas medidas e medidas eliminadas.....	49
<b>5. BALANÇO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DAS MEDIDAS DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO.....</b>	<b>52</b>
5.1. Análise da execução das medidas por massa de água .....	52
5.2. Análise custo-eficácia das medidas .....	55
5.3. Identificação dos principais obstáculos.....	65
<b>6. ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS NA SEGUNDA METADE DO 2ºCICLO DO PLANO (2018-2021) .....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO I – MEDIDAS REGIONAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO II – MEDIDAS ESPECÍFICAS .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO III – MEDIDAS ESPECÍFICAS E MASSAS DE ÁGUA.....</b>	<b>103</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 2.1 – ESQUEMA DAS FASES DO PGRH .....	3
FIGURA 2.2 – ESQUEMA DA ESTRATÉGIA PARA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS .....	5
FIGURA 3.1 – DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA RH6 .....	6
FIGURA 3.2 – ZONAS PROTEGIDAS DA RH6 .....	7
FIGURA 3.3 - SÍNTESE DAS CARGAS REJEITADAS PELOS SETORES (KG/ANO) .....	9
FIGURA 3.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONSUMOS DE ÁGUA PELAS PRINCIPAIS UTILIZAÇÕES CONSUMPTIVAS .....	9
FIGURA 3.5 - NÚMERO DO TIPO DE INTERVENÇÕES/INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NAS MASSAS DE ÁGUA COSTEIRAS E DE TRANSIÇÃO .....	10
FIGURA 3.6 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS .....	11
FIGURA 3.7 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS .....	12
FIGURA 3.8 – NÚMERO DE MEDIDAS POR ÂMBITO .....	15
FIGURA 3.9 – NÚMERO DE MEDIDAS POR EIXO .....	16
FIGURA 3.10 – CUSTO DAS MEDIDAS POR EIXO DE MEDIDA PREVISTO NO PGRH EM VIGOR (MIL €) .....	17
FIGURA 3.11 – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS PREVISTA NO PGRH EM VIGOR (MIL €) .....	17
FIGURA 3.12 – DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS TOTAIS DAS MEDIDAS POR FINANCIAMENTO PREVISTO NO PGRH EM VIGOR (MIL €) .....	18
FIGURA 3.13 - OBJETIVOS AMBIENTAIS PARA AS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA .....	18
FIGURA 4.1 – NÚMERO DE MEDIDAS REGIONAIS POR ENTIDADE RESPONSÁVEL .....	20
FIGURA 4.2 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS .....	21
FIGURA 4.3 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS .....	23
FIGURA 4.4 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS .....	27
FIGURA 4.5 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA .....	28
FIGURA 4.6 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS REGIONAIS .....	30
FIGURA 4.7 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS REGIONAIS POR EIXO DE MEDIDA .....	30
FIGURA 4.8 – NÚMERO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS POR ENTIDADE RESPONSÁVEL .....	31
FIGURA 4.9 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS .....	33
FIGURA 4.10 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS .....	35
FIGURA 4.11 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS NOS EIXOS PTE1 E PTE3 .....	37
FIGURA 4.12 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS NOS EIXOS PTE4, PTE5, PTE7 E PTE9 .....	37
FIGURA 4.13 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA NOS EIXOS PTE1 E PTE3 .....	39
FIGURA 4.14 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA NOS EIXOS PTE4, PTE5 E PTE7 .....	40
FIGURA 4.15 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS .....	41
FIGURA 4.16 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS POR EIXO DE MEDIDA .....	42
FIGURA 4.17 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS EM 2016/2017 .....	46
FIGURA 4.18 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS EM 2016/2017 .....	48
FIGURA 5.1 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA E RESPECTIVO ESTADO GLOBAL POR EIXO DE MEDIDA .....	53
FIGURA 5.2 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS POR OBJETIVO AMBIENTAL E RESPECTIVAS MEDIDAS .....	54
FIGURA 5.3 – INVESTIMENTO PREVISTO E RETIFICADO POR ANO .....	66

## Índice de Quadros

QUADRO 3.1 - MASSAS DE ÁGUA POR CATEGORIA .....	6
QUADRO 3.2 - BARRAGENS COM CAPACIDADE DE REGULARIZAÇÃO .....	10
QUADRO 3.3 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS .....	11
QUADRO 3.4 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA .....	11
QUADRO 3.5 – EIXOS E PROGRAMAS DE MEDIDAS .....	13
QUADRO 3.6 – NÚMERO DE MEDIDAS POR ÂMBITO .....	15
QUADRO 3.7 – NÚMERO DE MEDIDAS POR EIXO .....	15
QUADRO 4.1 – LEGENDA APLICADA PARA CLASSIFICAR O PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS.....	20
QUADRO 4.2 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS ATÉ FINAL DE 2017 .....	21
QUADRO 4.3 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS EM FINAL DE 2017 .....	22
QUADRO 4.4 – MEDIDAS REGIONAIS RELACIONADAS COM AS AÇÕES DO PDR2020 .....	24
QUADRO 4.5 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS ATÉ AO FINAL DE 2017 .....	25
QUADRO 4.6 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA.....	27
QUADRO 4.7 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS REGIONAIS ATÉ FINAL DE 2017 .....	29
QUADRO 4.8 – LEGENDA APLICADA PARA CLASSIFICAR O PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS.....	31
QUADRO 4.9 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS POR EIXO ATÉ FINAL DE 2017 .....	32
QUADRO 4.10 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS EM FINAL DE 2017 .....	34
QUADRO 4.11 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS ATÉ FINAL DE 2017 .....	36
QUADRO 4.12 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA.....	38
QUADRO 4.13 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS ATÉ FINAL DE 2017 .....	41
QUADRO 4.14 – CORRESPONDÊNCIA ENTRE KTM E PM E RESPECTIVAS DESIGNAÇÕES .....	43
QUADRO 4.15 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS POR PROGRAMA DE MEDIDAS E RESPECTIVO KTM .....	45
QUADRO 4.16 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS POR PROGRAMA DE MEDIDAS E RESPECTIVO KTM .....	47
QUADRO 4.17 – MEDIDAS ELIMINADAS OU AGREGADAS.....	49
QUADRO 4.18 – MEDIDAS NOVAS.....	50
QUADRO 5.1 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA E RESPECTIVO ESTADO GLOBAL ABRANGIDAS POR MEDIDAS REGIONAIS .....	52
QUADRO 5.2 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA E RESPECTIVO ESTADO GLOBAL ABRANGIDAS POR MEDIDAS ESPECÍFICAS .....	52
QUADRO 5.3 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS POR OBJETIVO AMBIENTAL E RESPECTIVAS MEDIDAS COM A SUA TAXA DE EXECUÇÃO .....	53
QUADRO 5.4 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS POR OBJETIVO AMBIENTAL E RESPECTIVAS MEDIDAS COM A SUA TAXA DE EXECUÇÃO .....	54
QUADRO 5.5 – PARÂMETROS CONSIDERADOS NO ÍNDICE DE PRIORIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO (IPI) .....	56
QUADRO 5.6 – MEDIDAS REGIONAIS DE BASE: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA.....	59
QUADRO 5.7 – MEDIDAS REGIONAIS SUPLEMENTARES: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA .....	60
QUADRO 5.8 – MEDIDAS ESPECÍFICAS DE BASE: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA .....	62
QUADRO 5.9 – MEDIDAS ESPECÍFICAS SUPLEMENTARES: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA.....	63

## 1. ENQUADRAMENTO

No âmbito da Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, Diretiva Quadro da Água (DQA), nomeadamente no seu artigo 13.º, e da Lei da Água (LA - Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho), no disposto no seu artigo 29.º, será assegurada a elaboração de um Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) por ciclos de seis anos, sendo que este plano é um instrumento de planeamento das águas que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível de cada região hidrográfica.

Neste contexto, o 2.º ciclo de planeamento, que vigora no período 2016-2021, foi finalizado em maio de 2016 (5 meses após o prazo estabelecido que seria dezembro de 2015) e aprovado em reunião de Conselho de Ministros realizado a 8 de junho de 2016 e publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada na Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro, sendo o prazo de reporte no WISE deste relatório intercalar em dezembro de 2018.

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) na qualidade de Autoridade Nacional da Água procedeu à divulgação e disponibilização do [Plano na sua página da internet](#), assim como o respetivo Relatório Final de Avaliação Ambiental e Declaração Ambiental.

Na Parte 7 (Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação) do PGRH foi estabelecida a metodologia de acompanhamento e avaliação da aplicação do PGRH através de indicadores dos objetivos de gestão da água definidos e de indicadores de monitorização do programa de medidas que é necessário implementar para atingir os objetivos referidos.

A avaliação da eficácia dos PGRH depende do cumprimento dos objetivos de gestão da água e da implementação das medidas definidas. O sistema de indicadores permite avaliar o desempenho das medidas implementadas para atingir os objetivos propostos e tal possibilita a análise do progresso que se vai registando e a aproximação a esses objetivos.

Desta forma, a avaliação do plano deve ser realizada mediante a elaboração de um relatório intercalar no prazo de três anos a contar da data de publicação dos PGRH, com as conclusões da avaliação, designadamente os progressos na implementação do programa de medidas, o grau de realização dos objetivos definidos, as recomendações e correções necessárias.

A elaboração do presente relatório intercalar, após três anos a contar da publicação do PGRH, em que se descrevam os progressos realizados na execução do programa de medidas planeado, é estabelecido no artigo 15º da DQA, e reforçado no artigo 87.º da Lei da Água, onde se refere que a autoridade nacional da água deve enviar à Comissão Europeia o PGRH e respetivas atualizações, bem como os relatórios intercalares de execução dos programas de medidas previstos nesse plano.

Os tipos de medidas necessárias para melhorar e proteger as massas de água são muito diversos, podendo estar associados à gestão de cargas de nutrientes, à melhoria do tratamento de descargas pontuais urbanas e industriais, ao controle das fontes difusas com origem na agricultura e na pecuária, à redução/eliminação do uso de substâncias químicas, à revisão dos títulos de utilização dos recursos hídricos, às técnicas de controlo de espécies invasivas não nativas, à reposição da continuidade fluvial, à implementação do regime de caudais ecológicos, entre outros.

A transversalidade da água implica que a implementação das medidas envolva diferentes entidades, públicas e privadas, tornando bem mais complexa a sua execução e verificação. Acresce que a crise financeira que assolou Portugal e, da qual lentamente tem vindo a recuperar, dificulta a execução da

programação física previamente estabelecida. O curto período de tempo que decorreu entre a aprovação do plano e a elaboração deste relatório intercalar não permitem ainda relacionar o efeito das medidas iniciadas e concluídas com o estado das massas de água. No entanto, ao avaliar o estado de execução das medidas e ao ajustar a programação física permitirá gerir as expectativas de potenciais efeitos no estado das massas de água.

No fim do período de vigência do plano de gestão de região hidrográfica será elaborada uma avaliação dos resultados da aplicação dos programas de medidas definidos, permitindo aferir a sua eficácia e eficiência para atingir os objetivos definidos e avaliar os sucessos e insucessos, contribuindo com orientações e recomendações no decurso da revisão do 3.º ciclo do plano.

## 2. METODOLOGIA

O programa de medidas constitui uma fase crucial de implementação dos PGRH e tem como objetivo atingir os objetivos ambientais, concretizado no bom estado de todas as massas de água. Para tal é essencial a monitorização das massas de água para se saber o seu estado atual e se identificar quais os respetivos impactes. A partir daqui é preciso atuar nas pressões existentes, através da aplicação das medidas necessárias para o efeito, de forma a se atingir os objetivos ambientais (Figura 2.1).

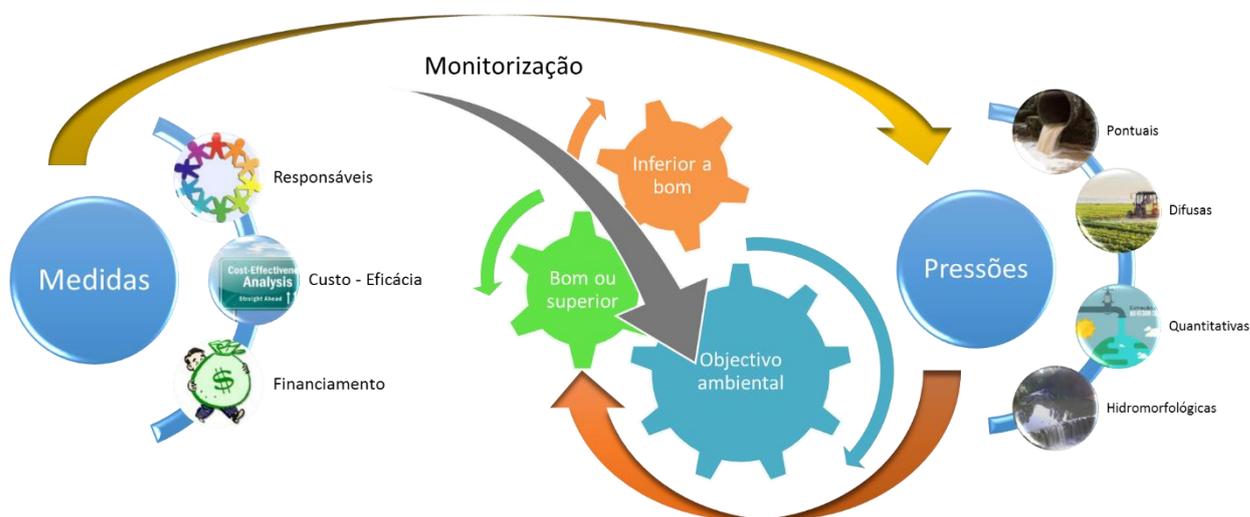


Figura 2.1 – Esquema das fases do PGRH

A definição das medidas passa por definir quem são as entidades responsáveis pela sua implementação, respetivas fontes de financiamento a utilizar e a programação física e financeira da sua execução, o que vai permitir definir um prazo para a finalização da medida. Deste modo, permite prever quando os seus efeitos se irão refletir na melhoria do estado da massa de água.

No entanto, os efeitos da execução das medidas no estado das massas de água não pode ser reconhecido até que tenham sido implementadas em pleno e, mesmo após a sua implementação, há que aguardar que produza os efeitos esperados. Também há que considerar o estado da massa de água antes da implementação da medida, pois a não recuperação de uma massa de água em estado medíocre é mais complexa do que no estado razoável, assim como os elementos biológicos têm uma resposta mais lenta do que as características físico-químicas da massa de água.

A falta de informação, o tempo necessário para o implementação efetiva de uma medida, o tempo de resposta das massas de água e o tempo necessário para obter resultados definitivos sobre o seu estado dificultam uma análise realista do efeito das medidas sobre a massa de água num espaço temporal tão curto.

O sistema de avaliação da implementação dos PGRH passa por conhecer o ponto de situação da execução das medidas e pela avaliação dos indicadores de acompanhamento do PGRH.

O grande número de medidas e de entidades envolvidas implicou a definição de uma estratégia para levantamento da informação necessária de forma pragmática, mas discriminada medida a medida, que permitisse efetuar esta avaliação intercalar.

Um dos órgãos consultivos, em matéria de recursos hídricos fundamentais neste processo, é o Conselho de Região Hidrográfica (CRH), em que estão representados os organismos da Administração Pública, os municípios diretamente interessados e as entidades representativas dos principais utilizadores relacionados

com o uso consumptivo e não consumptivo da água na região hidrográfica respetiva, bem como as organizações técnicas, científicas e não-governamentais representativas dos usos da água na bacia hidrográfica. Entre as suas competências, o CRH tem que:

- a) Acompanhar e participar na elaboração dos planos de gestão de bacia hidrográfica e dos planos específicos de gestão das águas, emitindo parecer prévio à sua aprovação;
- b) Participar na elaboração dos programas de medidas, com vista à sua operacionalização e implementação futuras;
- c) Promover e acompanhar a definição de procedimentos e a produção de informação relativamente à avaliação da execução dos programas de medidas para os recursos hídricos, constituindo-se como fóruns dinamizadores da articulação entre as entidades promotoras dessas medidas.

Assim, começou-se por realizar uma sistematização das entidades responsáveis pela implementação das medidas e dos indicadores e verificar quais dessas entidades tinham assento no CRH. No âmbito das reuniões do CRH foram realizadas as seguintes etapas de interação:

- 1) 2.ª Reunião de 2017 do CRH – Apresentação da estratégia;
- 2) 3.ª Reunião de 2017 do CRH - Solicitação dos pontos focais para reuniões de trabalho;
- 3) 1.ª Reunião de 2018 do CRH – Apresentação do ponto de situação dos dados recolhidos;
- 4) 3.ª Reunião de 2018 do CRH – Apresentação dos resultados da avaliação da implementação das medidas a constar no relatório de avaliação.

No que se refere às entidades que não estavam representadas no CRH foi igualmente solicitada a identificação de pontos focais dentro dessas entidades para pedir o ponto de situação da implementação das medidas.

A recolha dos dados incidiu nos anos de 2016 e 2017, em termos de execução física e financeira das medidas, e de programação para os restantes anos. Desta forma conseguiu-se retificar a programação física e o investimento previsto face ao que estava programado no PGRH.

No investimento foi solicitada a separação da componente nacional da componente comunitária, tendo para o efeito sido contactadas as autoridades de gestão do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR2020) e do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR2020), a solicitar informação sobre as candidaturas aprovadas e sua execução.

O processo de validação da informação para apresentação dos resultados neste relatório de avaliação foi um processo moroso e complexo, em que foi necessário contactar várias vezes as entidades para esclarecimento de dúvidas, para se chegar a obter a avaliação da implementação das medidas do PGRH.

Na Figura 2.2 encontra-se o esquema da estratégia para avaliação da implementação das medidas.

Foram também sistematizadas as medidas não previstas no PGRH em vigor mas que foram entretanto implementadas e que contribuem para o atingir dos objetivos ambientais.

Avaliação intercalar Programa de medidas Grau de implementação até Dez 2017

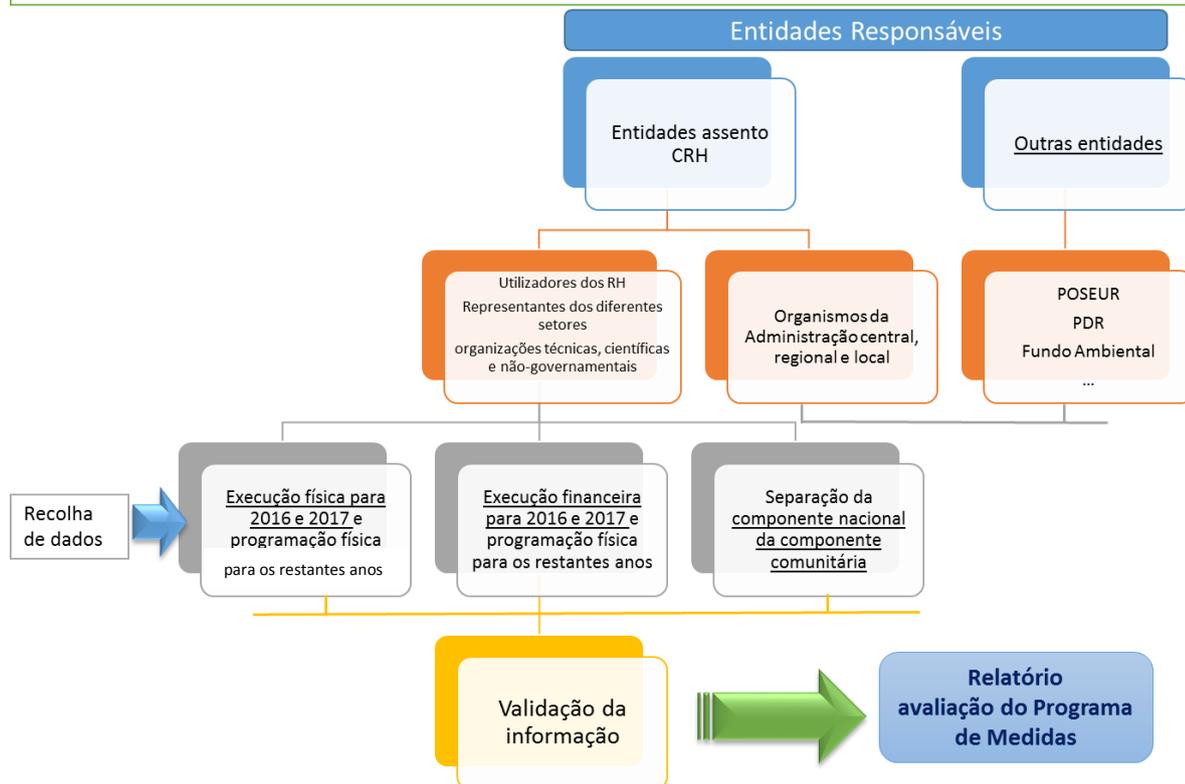


Figura 2.2 – Esquema da estratégia para avaliação da implementação das medidas

### 3. REGIÃO HIDROGRÁFICA – Breve súpula do PGRH em vigor

A Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6), com uma área total de 12 149 km<sup>2</sup>, integra as bacias hidrográficas dos rios Sado e Mira e as bacias hidrográficas das ribeiras de costa, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes. A Figura 3.1 apresenta a delimitação geográfica da RH6.

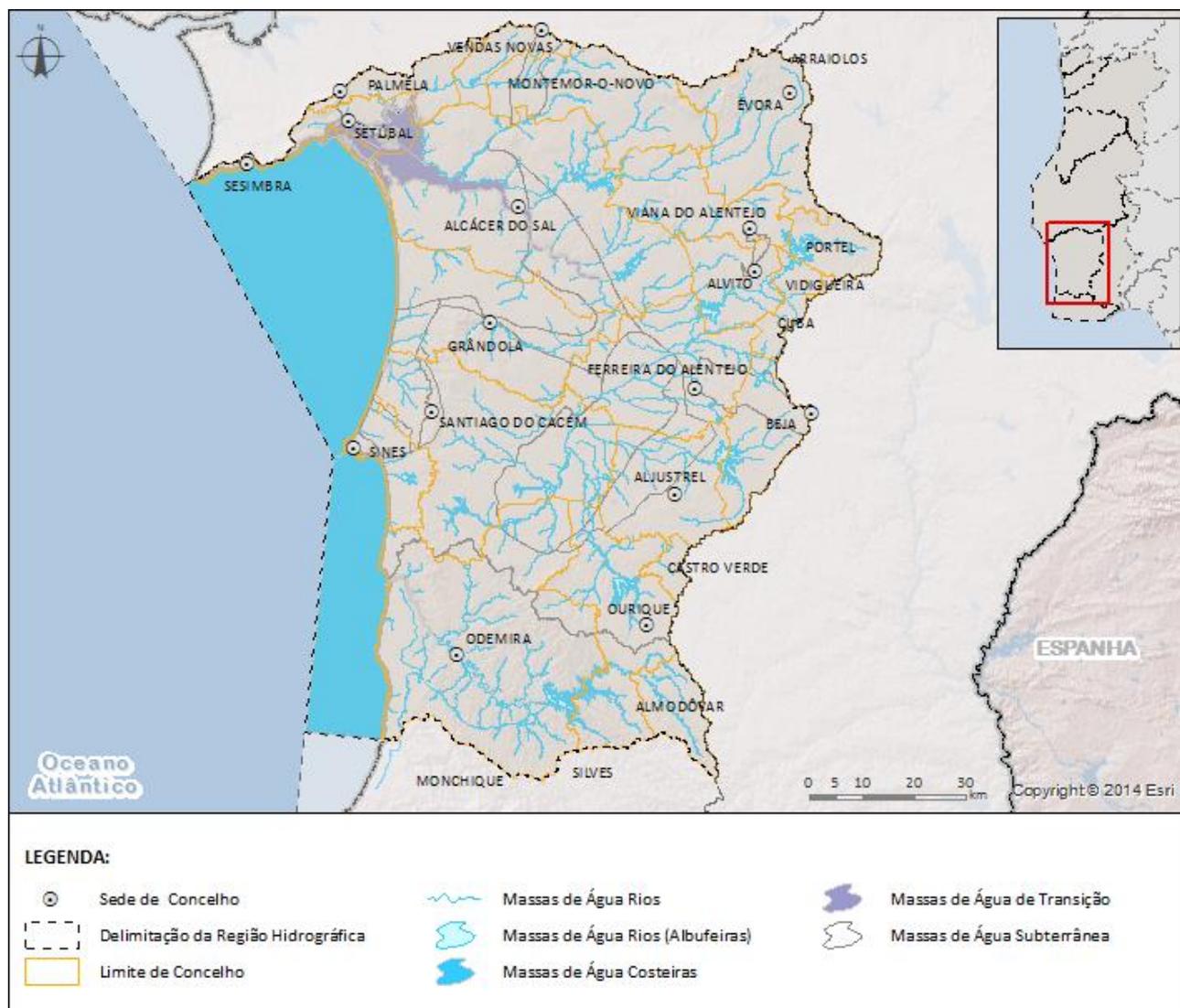


Figura 3.1 – Delimitação geográfica da RH6

#### Massas de água

A revisão do processo de delimitação das massas de água, realizado no PGRH do 2.º ciclo de planeamento na região hidrográfica do Sado e Mira, originou 238 massas de água superficial, das quais 226 são massas de água naturais, e 9 massas de água subterrânea (Quadro 3.1).

Quadro 3.1 - Massas de água por categoria

Categoria		Naturais (N.º)	Fortemente modificadas (N.º)	Artificiais (N.º)	TOTAL (N.º)
Superficiais	Rios	161	58	7	226
	Águas de transição	7	2	-	9
	Águas costeiras	3	-	-	3

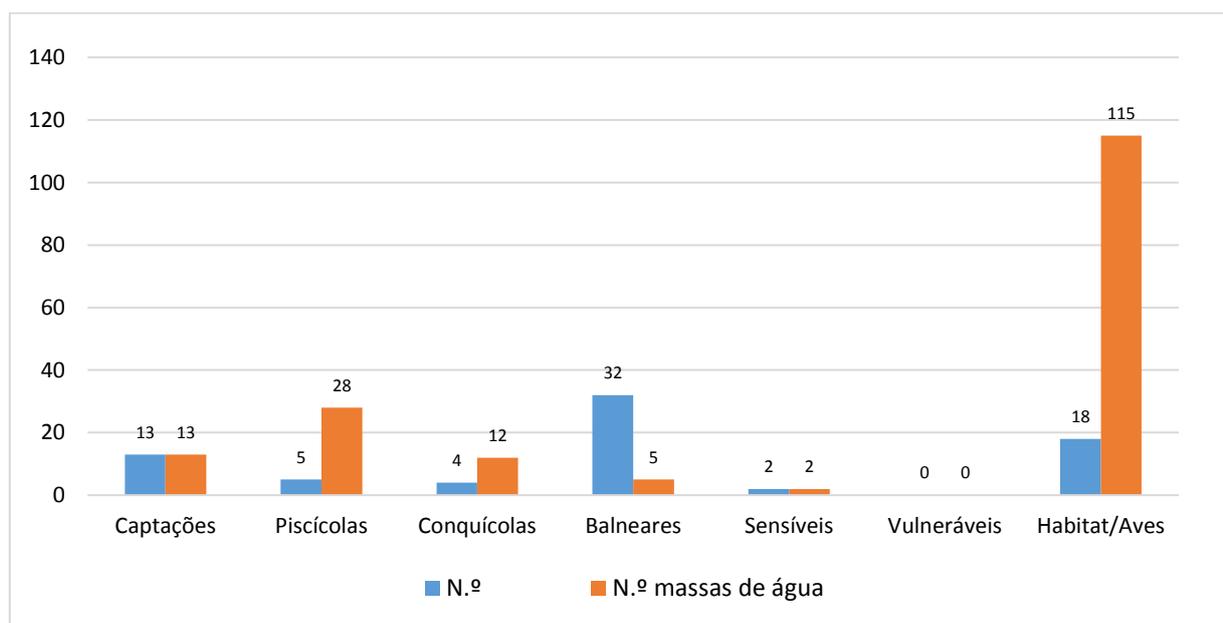
Categoria	Naturais (N.º)	Fortemente modificadas (N.º)	Artificiais (N.º)	TOTAL (N.º)
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>171</b>	<b>60</b>	<b>7</b>	<b>238</b>
Subterrâneas	9	-	-	9
<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>60</b>	<b>7</b>	<b>247</b>

### **Zonas protegidas**

A RH do Sado e Mira inclui os seguintes tipos de zonas protegidas.

- Captação de água destinada à produção de água para consumo humano;
- Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico (águas piscícolas);
- Águas de recreio, incluindo as designadas como águas balneares;
- Zonas designadas como sensíveis em termos de nutrientes;
- Zonas designadas para a proteção de habitats ou de espécies, incluindo os sítios relevantes da rede Natura 2000 (Diretiva Habitats e Diretiva Aves).

Na Figura 3.2 apresenta-se o número de zonas protegidas e respetivo número de massas de água abrangidas, e para algumas das quais poderá requerer uma avaliação complementar de conformidade de acordo com os objetivos para as quais foram criadas.



**Figura 3.2 – Zonas protegidas da RH6**

### **Pressões**

A análise das principais pressões e impactes é fundamental para a identificação das questões significativas e do risco de atingir os objetivos ambientais. Em regra, consideram-se quatro grupos principais de pressões que mais afetam as águas superficiais e subterrâneas:

- Pressões qualitativas, pontuais ou difusas;
- Pressões quantitativas, as referentes às atividades de extração de água para fins diversos;
- Pressões hidromorfológicas;

- Pressões biológicas.

Todas essas pressões, agrupadas em conjunto ou isoladamente, cumulativamente ou de forma sinérgica, podem produzir uma série de impactos negativos sobre as massas de água, nos habitats e na biodiversidade (Figura 3.3).

Na RH6 as **pressões qualitativas pontuais** relacionadas com as cargas de origem urbana consideradas incluem 471 descargas urbanas, das quais 354 correspondem a descargas pontuais para o meio hídrico e 117 correspondem a descargas no solo. Nesta região predominam os sistemas de tratamento secundário (54 e primário (33,5%). O tratamento preliminar e o tratamento mais avançado que o secundário representam 6,5% e 5,9% respetivamente. Cerca de 50,5% da carga total é rejeitada nas massas de água costeiras, seguindo-se as massas de água da categoria rios com 39%.

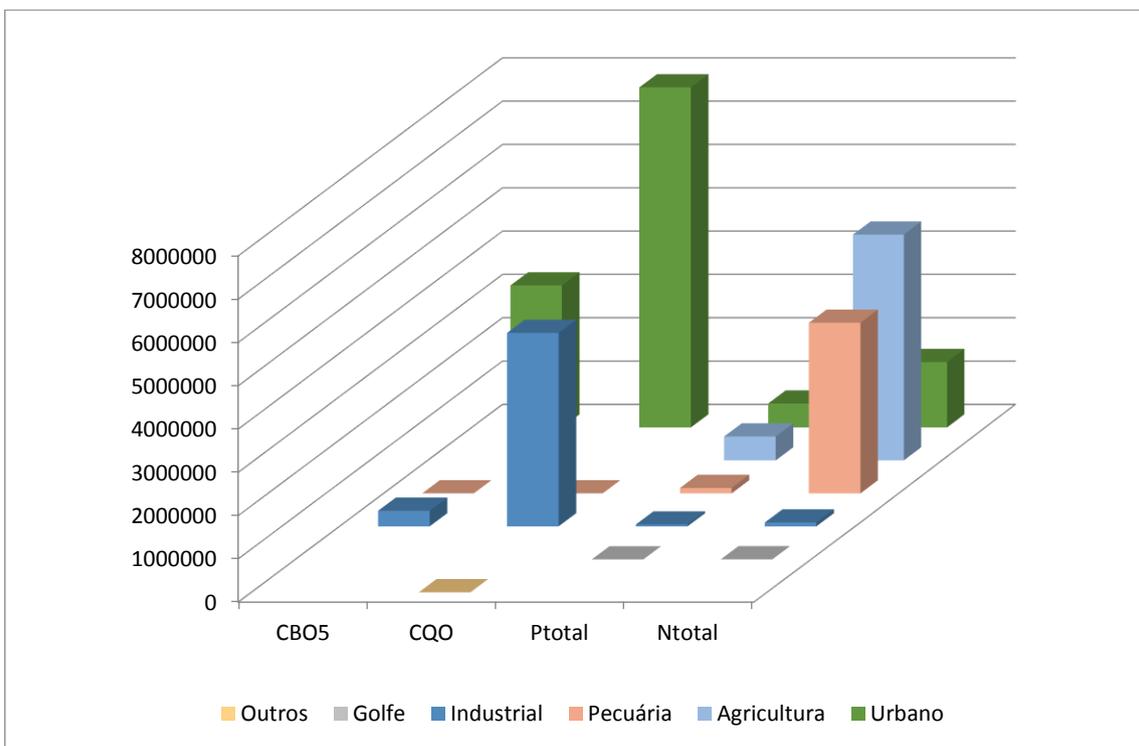
Nesta região estão identificadas 36 instalações com licença ambiental (PCIP), associadas a diferentes atividades, sendo as mais representativas a produção de energia e o tratamento e valorização de resíduos. No que se refere à indústria transformadora, a atividade da indústria do cimento contribui com as maiores cargas para o meio hídrico, sendo o CQO o parâmetro mais representativo. No que diz respeito à indústria alimentar e do vinho, as atividades de abate de animais e a preparação de produtos de carne e de conservação de frutos e produtos hortícolas, contribuem com as maiores cargas para o meio hídrico, sendo o CBO5 e o CQO os parâmetros mais representativos.

Das 17 instalações aquícolas identificadas, 16 desenvolvem a atividade em regime semi-intensivo, representando 94% da carga rejeitada para o meio hídrico, enquanto a exploração em regime extensivo representa 6 % (correspondente a uma exploração). Em termos de carga rejeitada têm-se cerca de 20 t/ano de CBO5 e de 22 t/ano de CQO.

Outra atividade que importa salientar são as explorações de quartzo e caulino e ferro e manganês. Existem 2 concessões mineiras que ocupam uma área de 10 km<sup>2</sup>.

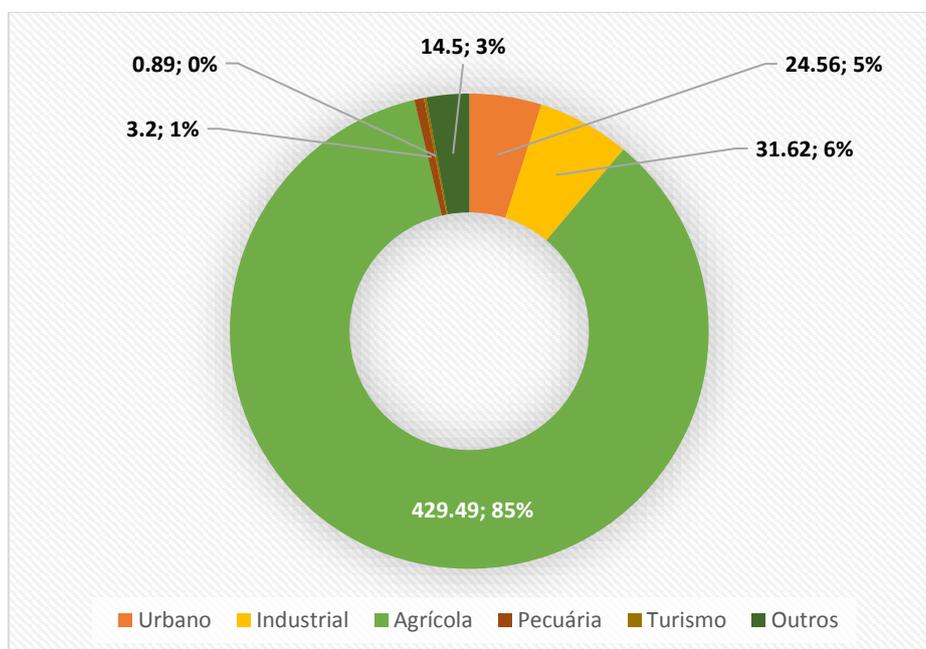
Para a caracterização das **pressões qualitativas difusas**, identificam-se a superfície agrícola utilizada (SAU), os regadios públicos (existentes e previstos), a superfície irrigável, a superfície regada, as explorações pecuárias extensivas e intensivas com valorização agrícola e estimam-se as cargas de azoto e fósforo. Nesta região destaca-se uma % da área de SAU relativamente à área da RH (64,4%) muito superior à média do continente (39,8%).

O setor da pecuária é responsável pela produção de efluentes pecuários que, por conterem azoto e fósforo, podem constituir uma importante fonte de poluição, tanto pontual (se ocorrerem descargas no solo ou nas águas superficiais) como difusa (se os efluentes pecuários forem aplicados nos solos agrícolas de forma menos adequada). Em 2009, no âmbito do RA realizado pelo INE, registou-se um efetivo pecuário, em Portugal, de 42 982 097 animais, correspondente a 2 205 812 de Cabeças Normais (CN). Nesta região registou-se um efetivo de 238 798 CN. Nesta região todas as instalações pecuárias procedem à valorização agrícola dos efluentes, estimando-se uma carga de 126 t/ano de P-P2O5 e de 3942 t/ano de Ntotal.



**Figura 3.3 - Síntese das cargas rejeitadas pelos setores (kg/ano)**

Em termos de **pressões quantitativas**, os principais volumes captados/consumidos dizem respeito à energia (volumes não consumptivos), com cerca de 70% do total captado, à agricultura com 25,4%, à indústria (não PCIP) com 1,6% e ao abastecimento público com 1,4% (Figura 3.4).



**Figura 3.4 - Distribuição dos consumos de água pelas principais utilizações consumptivas**

Das **pressões hidromorfológicas** de origem antrópica existem 798 barragens e açudes dos quais 31 estão classificados como grandes barragens (1 para abastecimento público e indústria, 4 para abastecimento

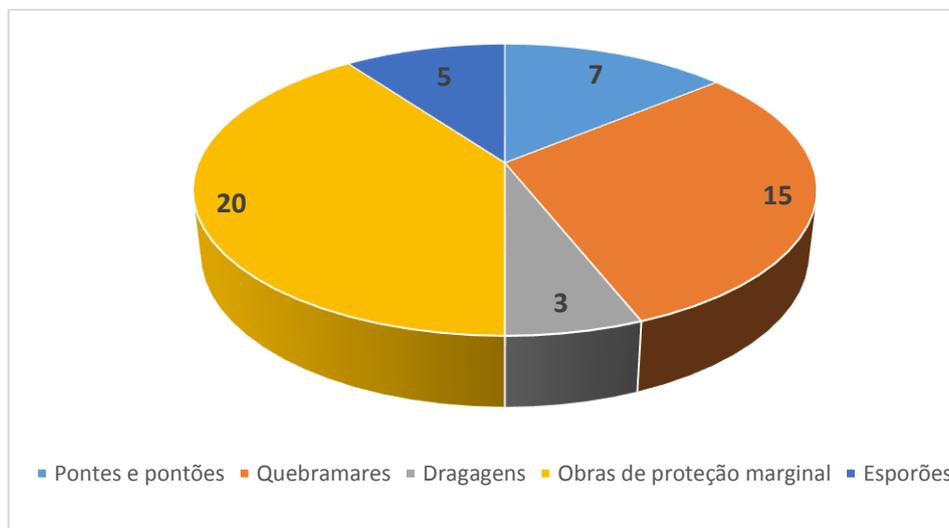
público e rega, 7 para rega e 19 para outras finalidades) pelo que estão abrangidas pelo regulamento de segurança de barragens.

Na RH6 existem 10 infraestruturas com capacidade de regularização, 5 das quais destinadas a rega, 4 destinadas a rega e abastecimento público (Quadro 3.2).

**Quadro 3.2 - Barragens com capacidade de regularização**

Barragem	Finalidade	Regime de caudais ecológicos (S/N)	Volume útil (hm <sup>3</sup> )
Morgavel	Abastecimento público e indústria	N	27
Alvito	Abastecimento público e rega	S	130
Roxo		S	89,5
Monte da Rocha		S	100
Santa Clara		S	240
Odivelas		S	70
Fonte Serne	Rega	S	4
Campilhas		S	26
Pego do Altar		S	94
Vale do Gaio		S	58

Nas massas de águas de transição e costeiras existem cerca de 50 intervenções e infraestruturas (Figura 3.5).



**Figura 3.5 - Número do tipo de intervenções/infraestruturas existentes nas massas de água costeiras e de transição**

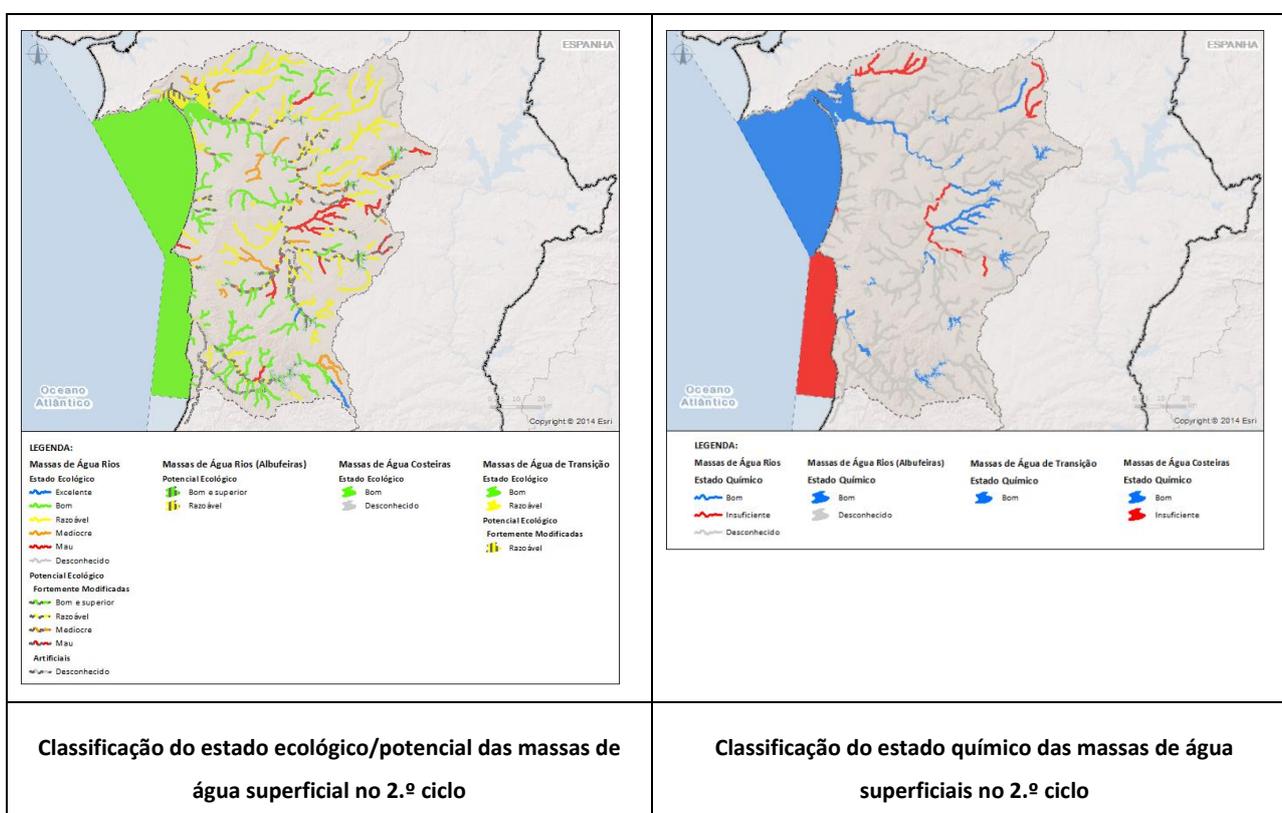
### **Estado das massas de água**

A classificação do estado das massas de água superficiais indica 40% com estado Bom ou superior, 57% com estado inferior a Bom e 3% com estado Desconhecido (Quadro 3.3).

**Quadro 3.3 - Classificação do estado global das massas de água superficiais**

Classificação	Rios	Rios (albufeiras)	Águas de Transição	Águas Costeiras	TOTAL	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%
Bom e Superior	73	19	3	1	96	40
Inferior a Bom	124	3	6	2	135	57
Desconhecido	7	0	0	0	7	3
<b>TOTAL</b>	<b>204</b>	<b>22</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>238</b>	<b>100</b>

A Figura 3.6 ilustra a classificação do estado/potencial ecológico e estado químico das massas de água superficiais desta Região Hidrográfica, determinados no PGRH em vigor.



**Figura 3.6 – Classificação do estado das massas de águas superficiais**

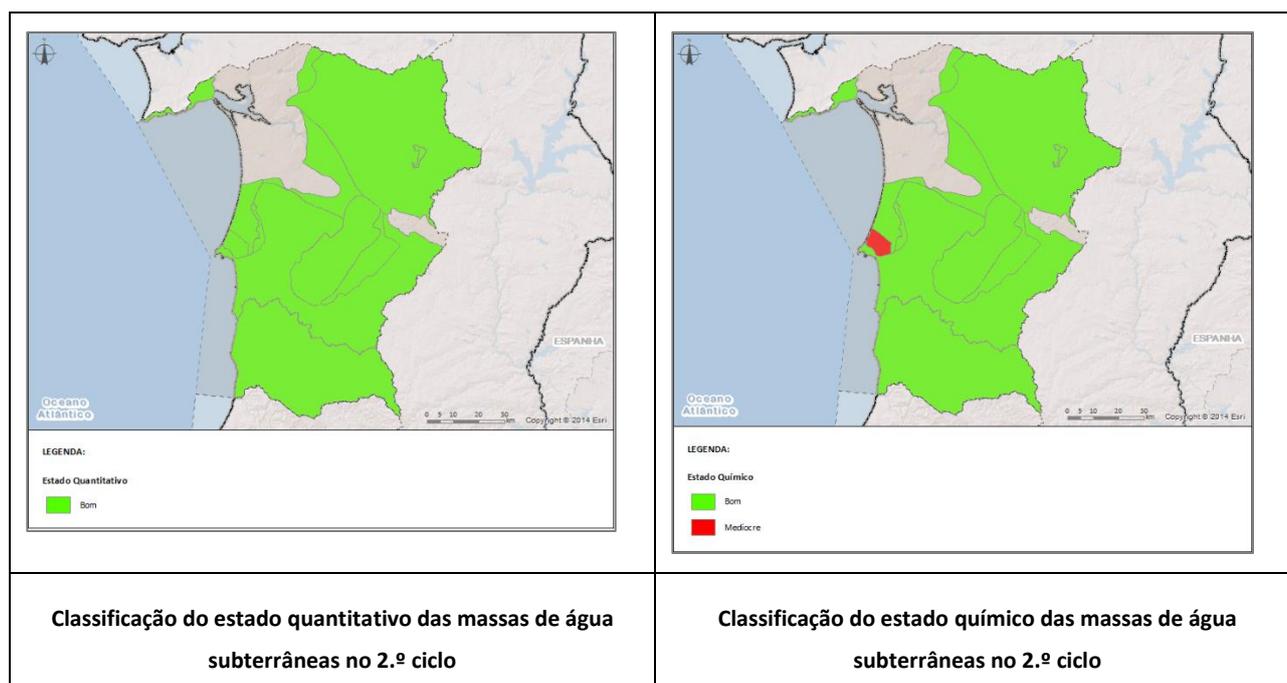
A classificação do estado das massas de água subterrâneas indica 89% com estado Bom, 11% com estado inferior a Bom e 0% com estado Desconhecido (Quadro 3.4).

**Quadro 3.4 - Classificação do estado global das massas de água subterrânea**

Classificação	Massas de água	
	N.º	%
Bom	8	89
Medíocre	1	11

Classificação	Massas de água	
	N.º	%
Desconhecido	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>100</b>

A Figura 3.7 ilustra a classificação do estado quantitativo e estado químico das massas de água subterrâneas desta Região Hidrográfica, determinados no PGRH em vigor.



**Figura 3.7 - Classificação do estado das massas de águas subterrâneas**

Cerca de 87% das massas de água com estado inferior a Bom têm como pressões significativas a agricultura (incluindo a pecuária), 47% pressões pontuais urbanas e 5% pressões hidromorfológicas.

### **Programa de medidas**

O programa de medidas inclui medidas de base e medidas suplementares, em que as medidas de base correspondem aos requisitos para cumprir os objetivos ambientais ao abrigo da legislação em vigor e as medidas suplementares visam garantir uma maior proteção ou uma melhoria adicional das águas sempre que tal seja necessário, nomeadamente para o cumprimento de acordos internacionais.

A classificação das medidas quanto à prioridade, que relaciona o estado da massa de água com o cumprimento de obrigações legislativas, variou entre 1 a 5, sendo a classificação 1 atribuída à situação menos prioritária e a pontuação 5 à mais prioritária. As medidas foram ainda classificadas como Corretiva (visavam solucionar um problema existente) ou como Preventiva (preveniam a ocorrência de um problema que se sabe que ocorrerá se não forem tomadas medidas ou que seja previsível que aconteça).

Em termos de âmbito as medidas classificadas como regionais têm um carácter mais preventivo, aplicáveis, em regra, a toda a região, podendo incidir em particular em determinadas massas de água em que não é possível definir medidas específicas, atendendo a que as causas de não se atingir o bom estado se relacionam com dificuldades de aplicação de legislação, falta de informação e sensibilização ou mesmo desconhecimento. As medidas classificadas como específicas, são medidas que incidem diretamente sobre as pressões significativas identificadas na massa de água, tendo por isso características mais corretivas e direcionadas.

O Quadro 3.5 apresenta a organização das medidas em eixos e programas de medidas, com a respetiva correspondência aos KTM (*Key Type Measure*), que correspondem aos programas de medidas definidos no WISE de forma a ser comparável entre Estados-membros.

**Quadro 3.5 – Eixos e programas de medidas**

EIXO		PROGRAMA DE MEDIDAS		
Código	Designação	Código	Designação	KTM
PTE1	Redução ou eliminação de cargas poluentes	PTE1P01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	KTM01
		PTE1P02	Remodelação ou melhoria das estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo as explorações agrícolas)	KTM16
		PTE1P03	Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias	KTM15
		PTE1P04	Redução das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias	KTM15
		PTE1P05	Definição de condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99
		PTE1P06	Reduzir a poluição por nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária	KTM02
		PTE1P07	Reduzir a poluição por pesticidas proveniente da agricultura	KTM03
		PTE1P08	Reduzir a poluição proveniente da atividade florestal	KTM22
		PTE1P09	Remediação de áreas contaminadas (poluição)	KTM04
		PTE1P10	Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas	KTM21
		PTE1P11	Locais de deposição de resíduos: aterros sanitários	KTM04
		PTE1P12	Explorações mineiras: medidas de minimização	KTM04
		PTE1P13	Áreas Aquícolas: medidas de minimização	KTM20
		PTE1P14	Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas	KTM21
		PTE1P15	Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem	KTM21
PTE2	Promoção da sustentabilidade das captações de água	PTE2P01	Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	KTM08
		PTE2P02	Promover a aprovação de perímetros de proteção de captações	KTM13
		PTE2P03	Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário.	KTM13
		PTE2P04	Condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99
		PTE2P05	Controlar a recarga das águas subterrâneas	KTM99
PTE3	Minimização de alterações hidromorfológicas	PTE3P01	Promover a continuidade longitudinal	KTM05
		PTE3P02	Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água,	KTM06
		PTE3P03	Implementar regimes de caudais ecológicos	KTM07
		PTE3P04	Condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99
PTE4	Controlo de espécies exóticas e pragas	PTE4P01	Prevenir ou controlar os impactes negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas	KTM18
		PTE4P02	Prevenir ou controlar os impactes negativos da pesca e outras formas de exploração / remoção de animais e plantas	KTM20
PTE5	Minimização de riscos	PTE5P01	Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água)	KTM23

EIXO		PROGRAMA DE MEDIDAS		
Código	Designação	Código	Designação	KTM
		PTE5P02	Adaptação às mudanças climáticas	KTM24
		PTE5P03	Medidas para combater a acidificação	KTM25
		PTE5P04	Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)	KTM17
		PTE5P05	Prevenção de acidentes de poluição	KTM15
		PTE5P06	Medidas para combater a erosão costeira	KTM24
PTE6	Recuperação de custos dos serviços da água	PTE6P01	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços urbanos	KTM09
		PTE6P02	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da indústria	KTM10
		PTE6P03	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da agricultura	KTM11
PTE7	Aumento do conhecimento	PTE7P01	Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	KTM14
PTE8	Promoção da sensibilização	PTE8P01	Elaboração de guias	KTM12
		PTE8P02	Sessões de divulgação	KTM12
PTE9	Adequação do quadro normativo	PTE9P01	Promover a fiscalização	KTM99
		PTE9P02	Adequar a monitorização	KTM14
		PTE9P03	Revisão legislativa	KTM99
		PTE9P04	Articular com objetivos das Diretivas <i>Habitats</i> e <i>Aves</i>	KTM99
		PTE9P05	Articular com objetivos da DQEM	KTM99
		PTE9P06	Gestão das bacias internacionais	KTM99
		PTE9P07	Articular com políticas setoriais	KTM99

As medidas foram caracterizadas em fichas que contemplaram as seguintes áreas:

1. Identificação
2. Enquadramento legal
3. Caracterização
4. Objetivos ambientais
5. Programação da medida
6. Financiamento da medida
7. Indicadores de acompanhamento

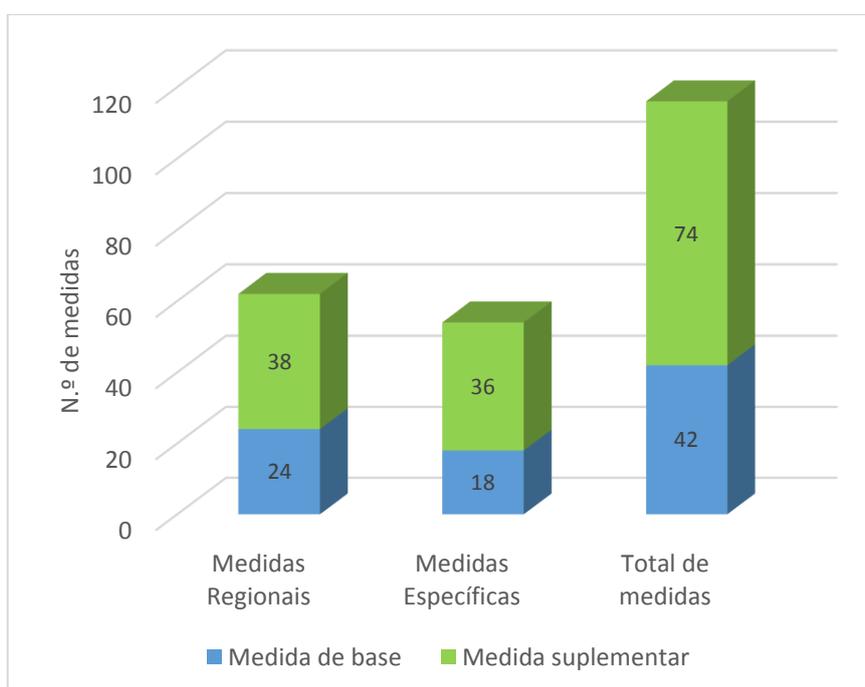
Nesta caracterização considera-se:

- a) As características que definem a medida, indicando os objetivos pretendidos;
- b) A incidência geográfica, identificando as massas de água em que, por aplicação das medidas, devem ocorrer melhoria dos parâmetros que determinam o estado das massas de água;
- c) A identificação dos efeitos que devem ser mitigados ou eliminados mediante a aplicação da medida;
- d) A programação física e financeira das medidas tendo em conta a avaliação económica, assim como as entidades responsáveis e os indicadores de monitorização.

Na Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) e para o período de vigência do PGRH, entre 2016 e 2021, foram definidas um total de 116 medidas, em que 62 são medidas regionais e 54 são medidas específicas. Em termos da tipologia de medidas foram definidas 42 medidas de base, 24 de âmbito regional e 18 medidas específicas, e 74 medidas suplementares, 38 de âmbito regional e 36 medidas específicas (Quadro 3.6 e Figura 3.8).

**Quadro 3.6 – Número de medidas por âmbito**

	Medidas Regionais	Medidas Específicas	Total de medidas
<b>Medida de Base</b>	24	18	<b>42</b>
<b>Medida Suplementar</b>	38	36	<b>74</b>
<b>TOTAL</b>	62	54	116



**Figura 3.8 – Número de medidas por âmbito**

No Quadro 3.7 e na Figura 3.9 apresenta-se o número de medidas por eixo, observando-se que o PTE1 é o que apresenta o maior número de medidas, com 56 medidas, seguida do PTE3 com 15 medidas.

**Quadro 3.7 – Número de medidas por eixo**

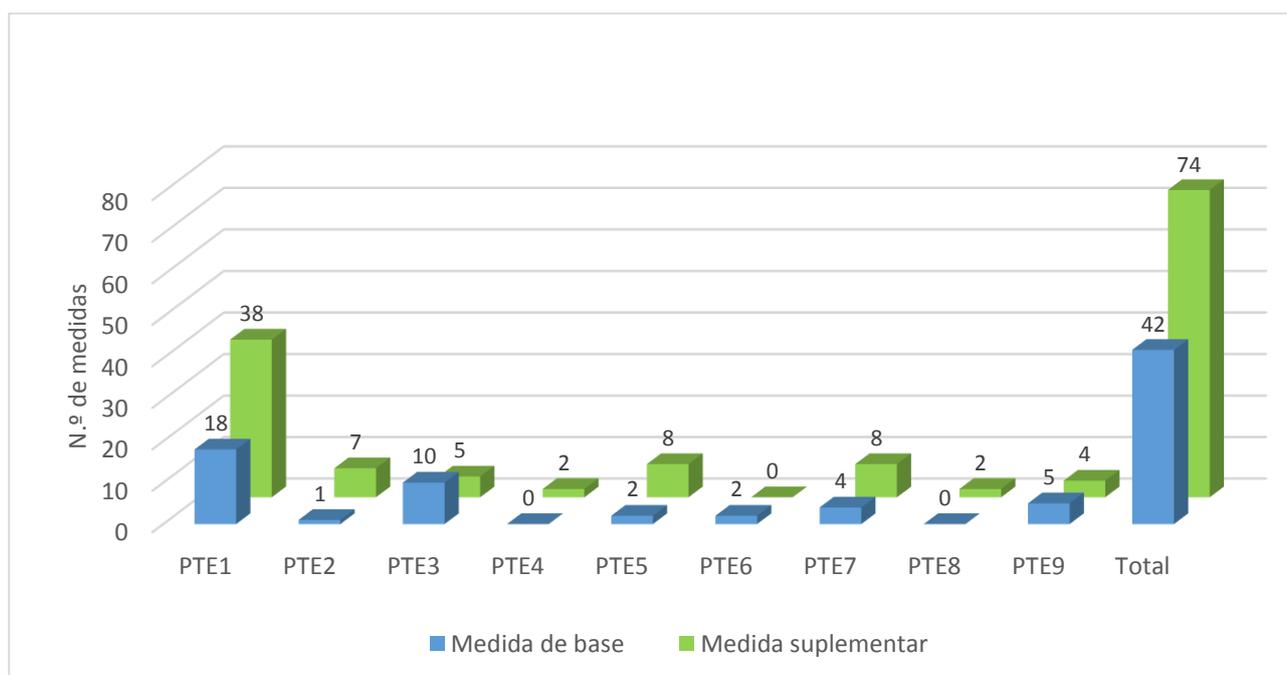
	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE6	PTE7	PTE8	PTE9	Total
<b>Medida de base</b>	18	1	10	0	2	2	4	0	5	42
<b>Medida suplementar</b>	38	7	5	2	8	0	8	2	4	74

	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE6	PTE7	PTE8	PTE9	Total
<b>TOTAL</b>	56	8	15	2	10	2	12	2	9	116

PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

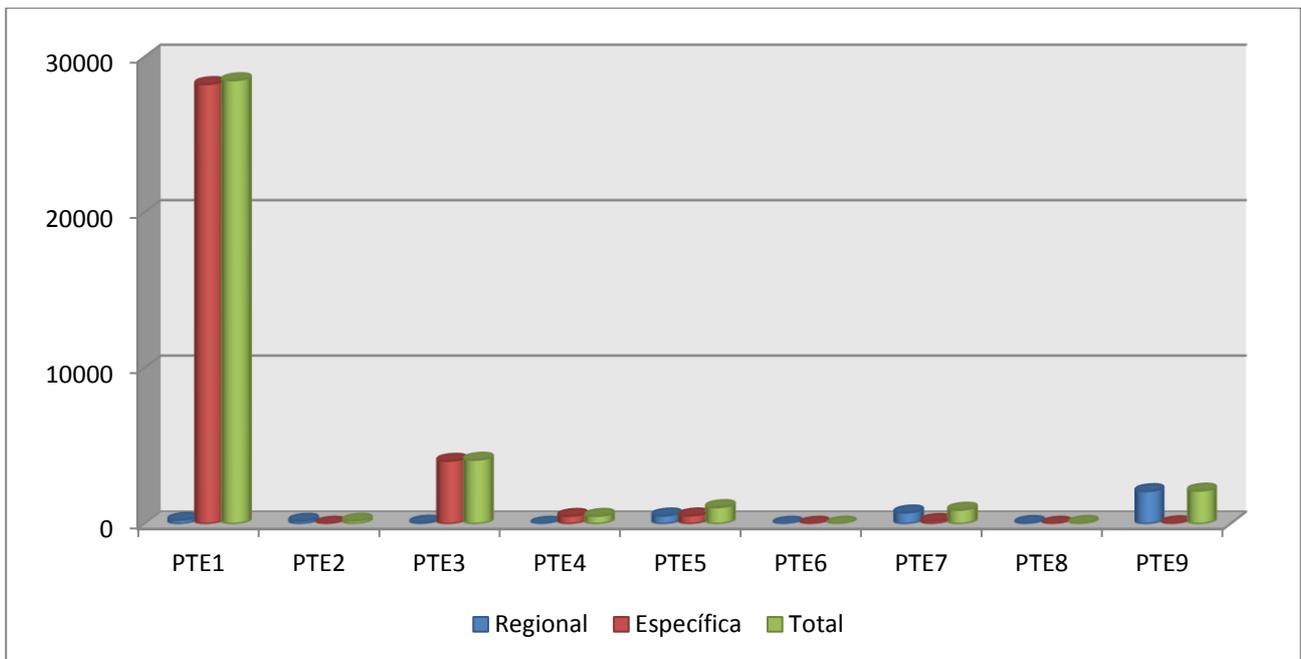
No que respeita às **medidas de base** e quanto à sua distribuição por eixo de medida, verifica-se que 18 (43%) das medidas estão integradas no eixo PTE1, enquanto o eixo PTE3 tem um total de 10 medidas, sendo 9 específicas, e o eixo PTE9 tem um total de 5 medidas. Nos eixos PTE5, PTE6, PTE7 e PTE9 as medidas de base definidas são todas de âmbito regional.

Em relação às **medidas suplementares** e quanto à sua distribuição por eixos de medida verifica-se que 38 (51%) medidas estão integradas no eixo PTE1 (27 são específicas – 71%), enquanto o eixo PTE2 tem um total de 7 e os eixos PTE7 e PTE5 têm um total de 8 respetivamente. Nos eixos PTE7 e PTE9 as medidas suplementares definidas são todas de âmbito regional.



**Figura 3.9 – Número de medidas por eixo**

O custo total das 116 medidas que foram propostas no PGRH era de 37 393 900 €, em que as medidas de âmbito regional têm um custo de 3 891 500 € e as medidas específicas um custo de 33 502 400€, cerca de 90% do investimento total (Figura 3.10).

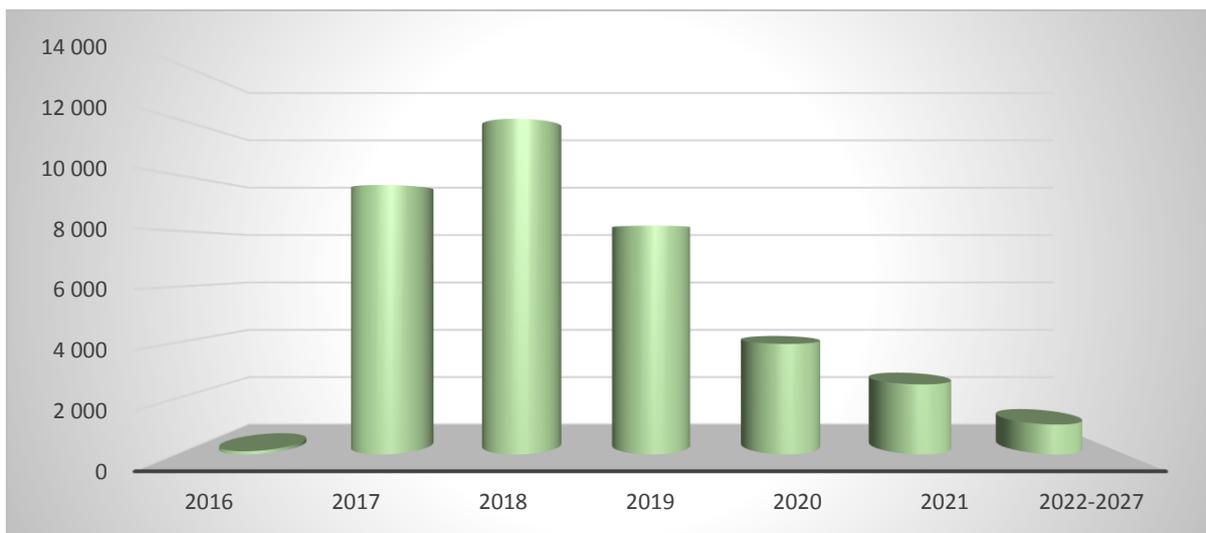


PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 3.10 – Custo das medidas por eixo de medida previsto no PGRH em vigor (mil €)**

Em termos de repartição de custos, 76% estavam alocados ao eixo PTE1, seguindo-se o eixo PTE3 com 11%. O custo das medidas de âmbito regional concentrava-se nos eixos PTE5, PTE7, PTE8 e PTE9 enquanto o custo das medidas mais operacionais associa-se aos eixos PTE1, PTE3 e PTE4.

Analisando os custos totais por ano que foram previstos no PGRH em vigor o maior peso de investimento iria recair nos 3 anos intermédios (Figura 3.11).



**Figura 3.11 – Programação financeira das medidas prevista no PGRH em vigor (mil €)**

Analisando os custos totais por fonte de financiamento verifica-se que, neste 2.º ciclo de planeamento o maior peso de investimento irá recair nos fundos comunitários, nomeadamente no POSEUR 2020, e nas empresas públicas.

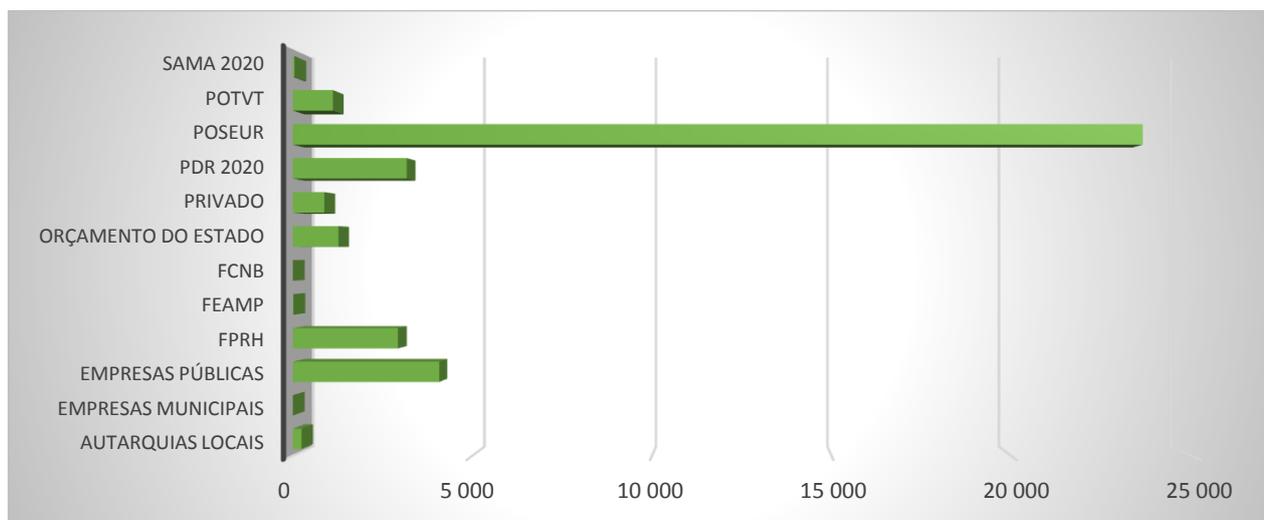


Figura 3.12 – Distribuição dos custos totais das medidas por financiamento previsto no PGRH em vigor (mil €)

### **Objetivos ambientais**

Com aplicação das medidas previstas no PGRH pretendiam-se atingir os seguintes objetivos ambientais (Figura 3.13):

- Em 2015, para as águas superficiais, a proporção das massas de água que atingiu o bom estado/potencial foi de 40%, de acordo com as projeções efetuadas, esta proporção aumenta para 75% em 2021 e 100% em 2027, altura em que a proporção de massas de água com estado/potencial bom ou superior será total.
- Para as águas subterrâneas, a proporção das massas de água com estado bom foi de 89% em 2015, de acordo com as projeções efetuadas, esta proporção manter-se-á em 2021 e subirá para 100% em 2027.

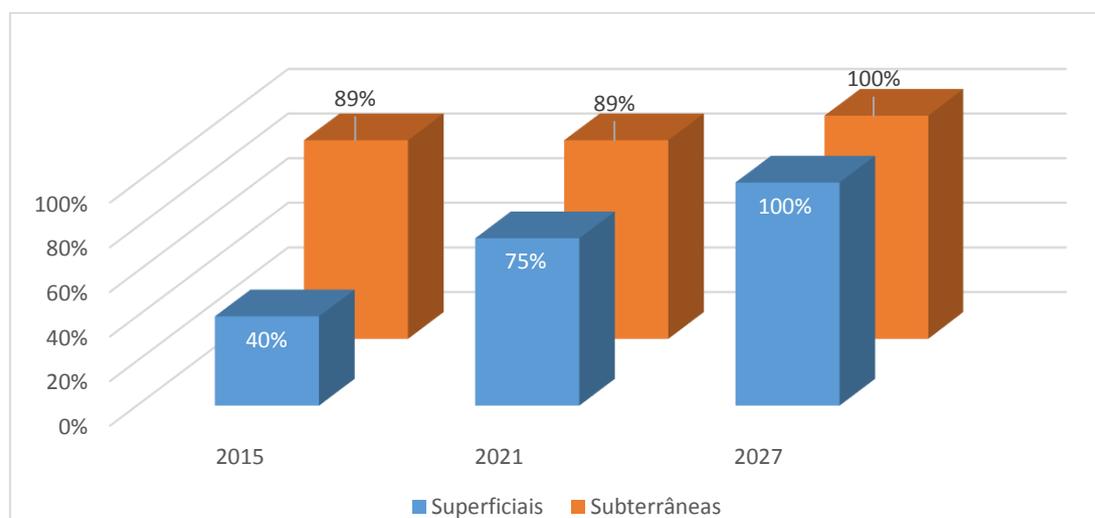


Figura 3.13 - Objetivos ambientais para as massas de água superficial e subterrânea

#### **4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO 2016-2021**

##### **4.1. Avaliação do programa de medidas**

O programa de medidas constitui uma das peças mais importantes do PGRH, atendendo a que define as ações, técnica e economicamente viáveis, que permitam atingir ou preservar o bom estado das massas de água.

A sua definição deve ter por base o conhecimento das relações entre causas e efeitos, numa abordagem combinada, de forma a desenvolver instrumentos de gestão que permitam avaliar as respostas do meio e as alterações das pressões que sobre ele são exercidas, nomeadamente pelas diferentes atividades socioeconómicas existentes.

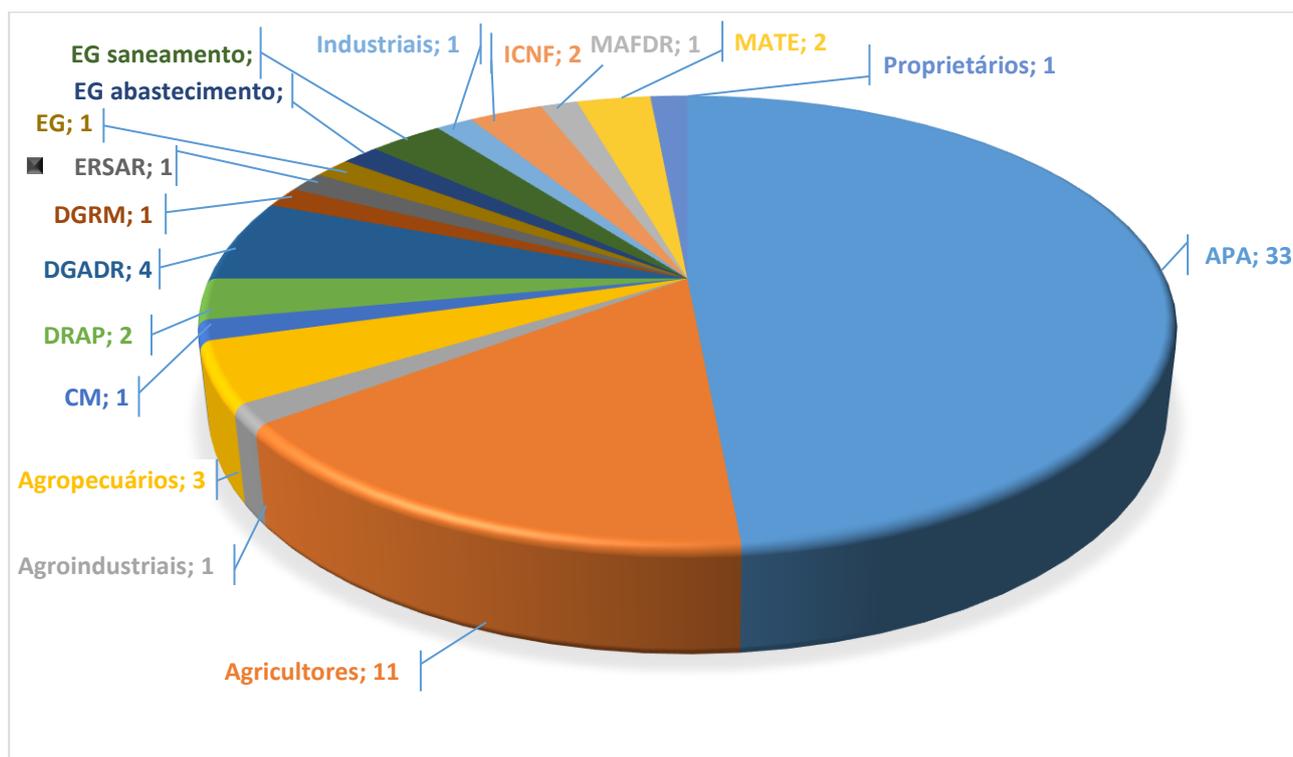
A análise da avaliação das medidas vai ser dividida em medidas regionais e medidas específicas, sendo numa primeira fase realizada uma análise da execução física seguida de uma execução financeira, e por último realiza-se o cálculo dos indicadores.

##### **4.1.1. Medidas regionais**

A programação física e financeira das medidas regionais foi estabelecida no PGRH e caracterizada ao nível de cada ficha de medida para o ciclo 2016-2021 (Anexos da Parte 6 do PGRH).

A análise realizada sobre o ponto de situação das medidas regionais baseou-se na informação das entidades responsáveis pelas medidas que forneceram o ponto de situação da sua implementação para os anos de 2016 e 2017. Na Figura 4.1 apresenta-se o número de medidas por entidade responsável pela sua implementação.

As medidas regionais foram analisadas em conjunto para todas as regiões hidrográficas (RH) sendo que muitas delas são mesmo de âmbito nacional e o seu ponto de situação é comum para todas as RH. Nos casos onde é aplicável ter resultados da implementação destas medidas por RH foi efetuada essa desagregação da informação.



**Figura 4.1 – Número de medidas regionais por entidade responsável**

Pela análise do gráfico verifica-se que cerca de 49% das medidas são da responsabilidade da APA, sendo que o peso dos agricultores também é representativo, com cerca de 16% das medidas regionais, devido às medidas e ações constantes no PDR2020. A quando da definição do programa de medidas apenas eram conhecidos os eixos de financiamento do PDR2020 que poderiam, de alguma forma, contribuir para os objetivos do PGRH e por isso foram englobados nas medidas regionais atendendo que as candidaturas poderiam depois ser efetuadas em toda a região hidrográfica.

No Anexo I apresenta-se a tabela das entidades responsáveis (Tabela A) discriminado por medida.

#### 4.1.1.1. Análise da execução física das medidas

A análise da execução física foi efetuada para os anos de 2016 e 2017 e realizada a programação retificada para os restantes anos de implementação da medida. O ponto de situação foi classificado com base numa legenda explicada no Quadro 4.1.

**Quadro 4.1 – Legenda aplicada para classificar o ponto de situação das medidas**

Ponto de Situação	Descrição
Executada	Medida executada até 2017, inclusive.
Em execução	Medida iniciada até 2017, inclusive, cuja execução decorre durante o 2.º ciclo mas pode prolongar-se para o 3.º ciclo.
Executada em contínuo	Medida executada até 2017, inclusive, mas cuja execução é contínua.
Por executar	Medida a iniciar após 2017.
Adiada	Medida a iniciar antes de 2017, inclusive, e cuja programação foi adiada mas que será executada durante o 2.º ciclo dos PGRH.
Não executada neste ciclo	Medida que não vai ser executada no 2.º ciclo mas será executada no 3.º ciclo dos PGRH.
Não executada	Medida que não vai ser executada.

No Quadro 4.2 apresenta-se a síntese do ponto de situação da implementação de todas as medidas regionais por eixo de medida e na Figura 4.2 a nível de toda a região.

**Quadro 4.2 – Ponto de situação das medidas regionais até final de 2017**

Ponto de situação das medidas	N.º de medidas									Total
	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE6	PTE7	PTE8	PTE9	
Executada	1	1	0	0	0	0	0	0	2	4
Em execução	9	4	2	0	3	1	5	0	3	27
Por executar	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Adiada	1	2	0	1	1	0	3	0	2	11
Não executada	3	0	1	0	1	0	1	1	0	7
Executada em contínuo	6	1	0	0	2	0	1	1	1	11
Não executada neste ciclo	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>62</b>

PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 4.2 – Ponto de situação das medidas regionais**



Constata-se que, em termos de ponto de situação da implementação das medidas em final de 2017, existem 6% de medidas executadas, 18% das medidas que são executadas em contínuo, uma vez que correspondem a tarefas contínuas da competência das próprias entidades, nomeadamente licenciamento, fiscalização e monitorização, e 43% de medidas em execução. Nesta fase, existem 2% de medidas por executar (que só terão início após 2018, inclusive) e 18% das medidas que foram adiadas, ou seja, que o seu início de execução foi atrasado. Nesta avaliação intercalar também se pode já concluir as medidas que não vão ser executadas por razões várias (11%).

Relativamente à medida que não vai ser executada neste ciclo, é:

- PTE2P05M02\_SUB\_RH - Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental que podem provocar contaminação de águas balneares. Não se prevê que esta medida possa ser desenvolvida neste ciclo por ainda ser necessário efetuar uma avaliação prévia dos sistemas de alerta eventualmente necessários, face à falta de disponibilidade de recursos humanos e de dotação financeira.

Quanto às medidas que não vão ser executadas são genericamente medidas não aplicáveis a esta região e, por isso, não faz sentido a sua implementação, ou medidas do PDR2020 em que não houve candidaturas nesta região. A justificação para cada medida é apresentada no capítulo 4.3.

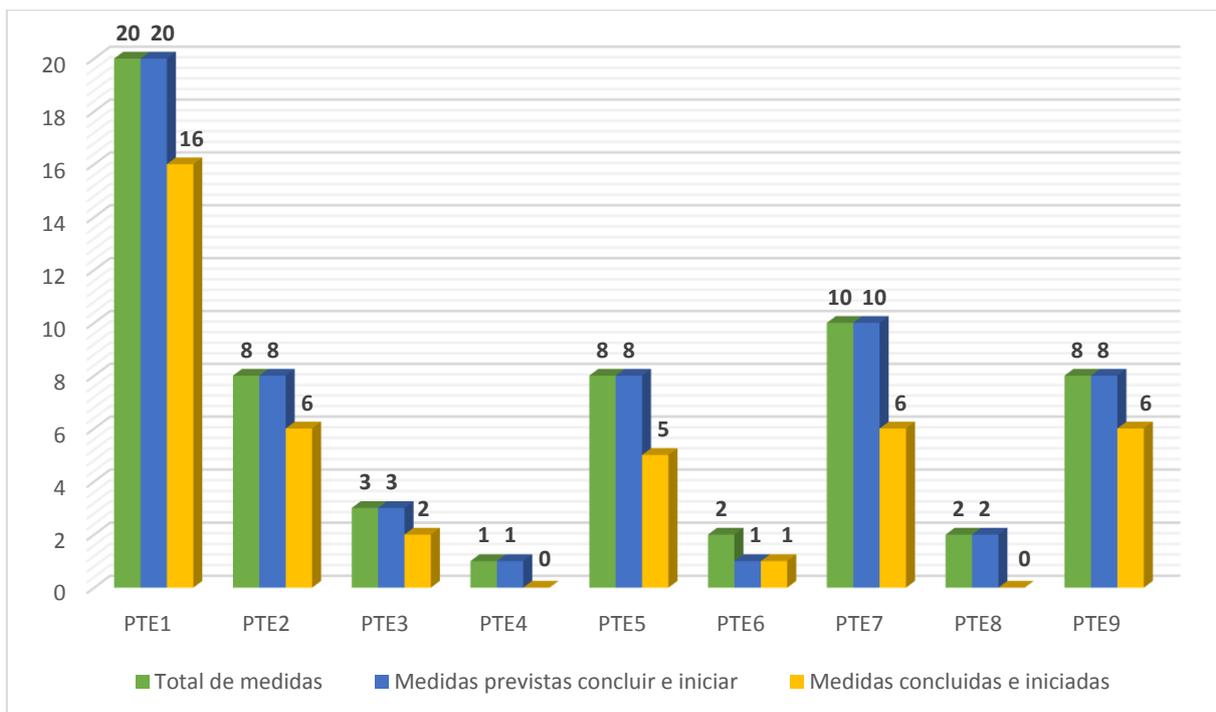
Existem situações de agregações de medidas, que estão especificadas no capítulo 4.3.

No Quadro 4.3 e na Figura 4.3 apresentam-se o grau de implementação das medidas regionais por eixo de medida face ao que estava previsto concluir e/ou iniciar até final de 2017. Daqui resulta o executado face ao previsto das medidas que foram efetivamente concluídas e/ou iniciadas no prazo previsto na programação das medidas no PGRH.

**Quadro 4.3 – Grau de implementação das medidas regionais em final de 2017**

Eixo de Medida	Total de medidas	Medidas previstas concluir	Medidas previstas iniciar	Medidas concluídas	Medidas iniciadas	Executado face ao previsto (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	20	1	19	7	9	80%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	0	8	2	4	75%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	1	2	0	2	67%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	0	1	0	0	0%
PTE5 – Minimização de riscos	8	0	8	2	3	63%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	0	1	0	1	100%
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	2	8	1	5	60%
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	0	2	0	0	0%
PTE9 – Adequação do quadro normativo	8	0	8	3	3	75%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>4</b>	<b>57</b>	<b>15</b>	<b>27</b>	<b>69%</b>

Constata-se que, em termos do grau de implementação das medidas, existem 69% de medidas já concluídas e/ou iniciadas face ao previsto num total de 62 medidas, demonstrando que houve um atraso na execução de cerca de 31% das medidas e que existe um esforço ainda considerável para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 4.3 – Grau de implementação das medidas regionais**

Em termos dos eixos com maior execução foram o PTE1, PTE2, PTE6 e o PTE9 e os eixos com menor execução foram o PTE4, PTE5 e o PTE8. No entanto, há que ver o número de medidas em cada eixo destacando-se o PTE1 com um maior número de medidas e com uma execução de 80%, seguida do PTE7 com 60% e, com igual número de medidas, o PTE9 com 75%, o PTE2 com 75% e o PTE5 com 63%.

No Anexo I apresenta-se a tabela da execução física (Tabela B) das medidas regionais.

#### 4.1.1.2. Análise da execução financeira das medidas

A análise da execução financeira foi realizada para os anos de 2016 e 2017 e com a respetiva retificação da programação para os restantes anos de implementação da medida. Os investimentos realizados e programados foram ainda desagregados entre componente nacional e componente comunitária de forma a conhecer qual o esforço financeiro do país na implementação destas medidas e quais os contributos do financiamento comunitário.

A análise comparativa baseou-se no investimento que estava programado no PGRH face ao investimento que está efetivamente a ser executado. Como o ponto de situação recai sobre os anos de 2016 e 2017 comparou-se a programação financeira que havia para esses anos e a execução financeira que ocorreu na realidade para esses mesmos anos. Posteriormente calculou-se a taxa de execução atual, ou seja, face ao investimento retificado o que já foi executado nestes dois anos para avaliar o esforço que ainda falta concretizar na implementação de cada uma das medidas.

Para as medidas relacionadas com as ações do PDR2020 não tinham sido incluídos, no PGRH aprovado em 2016, valores de investimento, por não ser possível, à data, estimar nem o número de candidaturas que seriam alvo de apoio deste programa, nem os investimentos que seriam elegíveis neste âmbito. Nesta fase de avaliação preliminar, os valores agora incluídos têm por base as ações do PDR2020 que tinham sido incluídas no programa de medidas, sendo que nem todas as intervenções que integram as candidaturas contribuem para a melhoria das massas de água. Na realidade, os projetos constantes nas candidaturas apresentam atividades diversas, que incluem desde construções até aspetos ambientais propriamente ditos, sendo impossível separar os investimentos da componente estritamente ambiental. Assim, com base na informação divulgada pelo *site* do PDR2020, foram selecionadas as candidaturas cujas intervenções estariam eventualmente relacionadas com a melhoria do estado quantitativo ou qualitativo das massas de água, tendo sido determinada uma percentagem que pode potencialmente contribuir para a componente ambiental (Quadro 4.4). Para algumas das operações do PDR2020 consideradas não foram apresentadas candidaturas (indicadas com sombreado a cinzento no quadro).

**Quadro 4.4 – Medidas regionais relacionadas com as ações do PDR2020**

Designação da Medida	Código da medida	PDR2020 Ação/Operação	N.º total de candidaturas	N.º de candidaturas selecionadas	Componente ambiental (%)
Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	PTE1P02M01_RH	Ação 3.3 Operações 3.3.1 e 3.3.2	18	6	10%
Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	PTE1P02M02_RH	Ação 3.2 Operação 3.2.1 e 3.2.2	358	18	10%
Adotar modos de produção sustentáveis	PTE1P06M05_RH	Ação 7.1; Operações 7.1.1 e 7.1.2; Operação 7.2.1	0	0	
Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	PTE1P06M06_RH	Ação 7.3; Operações 7.3.1 e 7.3.2;	0	0	
Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	PTE2P01M01_RH	Ação 3.4; Operações 3.4.1 e 3.4.2; Ação 7.5; Operação 7.5.1	18	10	10%
Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	PTE3P02M02_SUP_RH	Ação 7.10; Operação 7.10.2; Ação 7.11; Operação 7.11.1	0	0	
Promover a silvicultura sustentável	PTE5P01M02_RH	Ação 8.1; Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5	84	2	10%
Promover a conservação do solo	PTE5P04M01_RH	Ação 7.4; Operações 7.4.1 e 7.4.2 Operação 7.11.1	0	0	
Promover a inovação no sector agrícola	PTE7P01M02_RH	Área 1 Operação 1.0.1	30	8	10%
Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	PTE8P02M01_RH	Ação 2.1; Operações 2.1.1. e 2.1.4; Ação 2.2 Operações 2.2.1. e 2.2.2;	3	0	

Descrição das ações/operações do PDR 2020:

- Ação 3.3. Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas; Operação 3.3.1. Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas; Operação 3.3.2. Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas.
- Ação 3.2. Investimento na Exploração Agrícola; Operação 3.2.1. Investimento na Exploração Agrícola; Operação 3.2.2. Pequenos investimento nas Explorações Agrícolas.
- Ação 7.1. Agricultura Biológica; Operação 7.1.1. Conversão para a Agricultura Biológica; Operação 7.1.2. Manutenção em Agricultura Biológica; Ação 7.2. Produção Integrada; Operação 7.2.1. Produção Integrada.
- Ação 7.3. Pagamentos Rede Natura; Operação 7.3.1. Pagamentos Rede Natura - Pagamento Natura; Operação 7.3.2. Pagamentos Rede Natura - Apoios Zonais de Carácter Agroambiental.
- Ação 3.4. Infraestruturas Coletivas; Operação 3.4.1. Desenvolvimento do Regadio Eficiente; Operação 3.4.2. Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes; Ação 7.5. Uso Eficiente da Água (Portaria 50/2015, de 25-02, art.º 20.º); Operação 7.5.1. Uso Eficiente da Água; b) Melhorar a gestão da água, dos adubos e dos pesticidas; c) Melhorar a eficiência na utilização da água pelo sector agrícola.
- Ação 7.10. Silvoambientais; Operação 7.10.2. Manutenção e Recuperação de Galerias Ripícolas; Ação 7.11. Investimentos não produtivos; Operação 7.11.1. Investimentos não produtivos.
- Ação 8.1. Silvicultura Sustentável; Operação 8.1.1. Florestação de Terras Agrícolas e não Agrícolas; Operação 8.1.2. Instalação de Sistemas Agroflorestais; Operação 8.1.3. Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos; Operação 8.1.4. Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos; Operação 8.1.5. Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas.
- Ação 7.4. Conservação do Solo; Operação 7.4.1. Conservação do Solo – Sementeira; Operação 7.4.2. Conservação do Solo - Envolvimento da Entrelinha de Culturas Permanentes.
- Área 1. Inovação; Operação 1.0.1 - Grupos operacionais.
- Ação 2.1. Capacitação e Divulgação; Operação 2.1.1. Ações de Formação; Operação 2.1.2. Atividades de Demonstração; Operação 2.1.3. Intercâmbios de Curta Duração e Visitas a Explorações Agrícolas e Florestais; Operação 2.1.4. Ações de Informação; Ação 2.2. Aconselhamento; Operações 2.2.1. Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal; Operação 2.2.2. Apoio à criação de serviços de aconselhamento.

No Quadro 4.5 e na Figura 4.4 apresenta-se a síntese da execução financeira das medidas regionais.

**Quadro 4.5 – Execução financeira das medidas regionais até ao final de 2017**

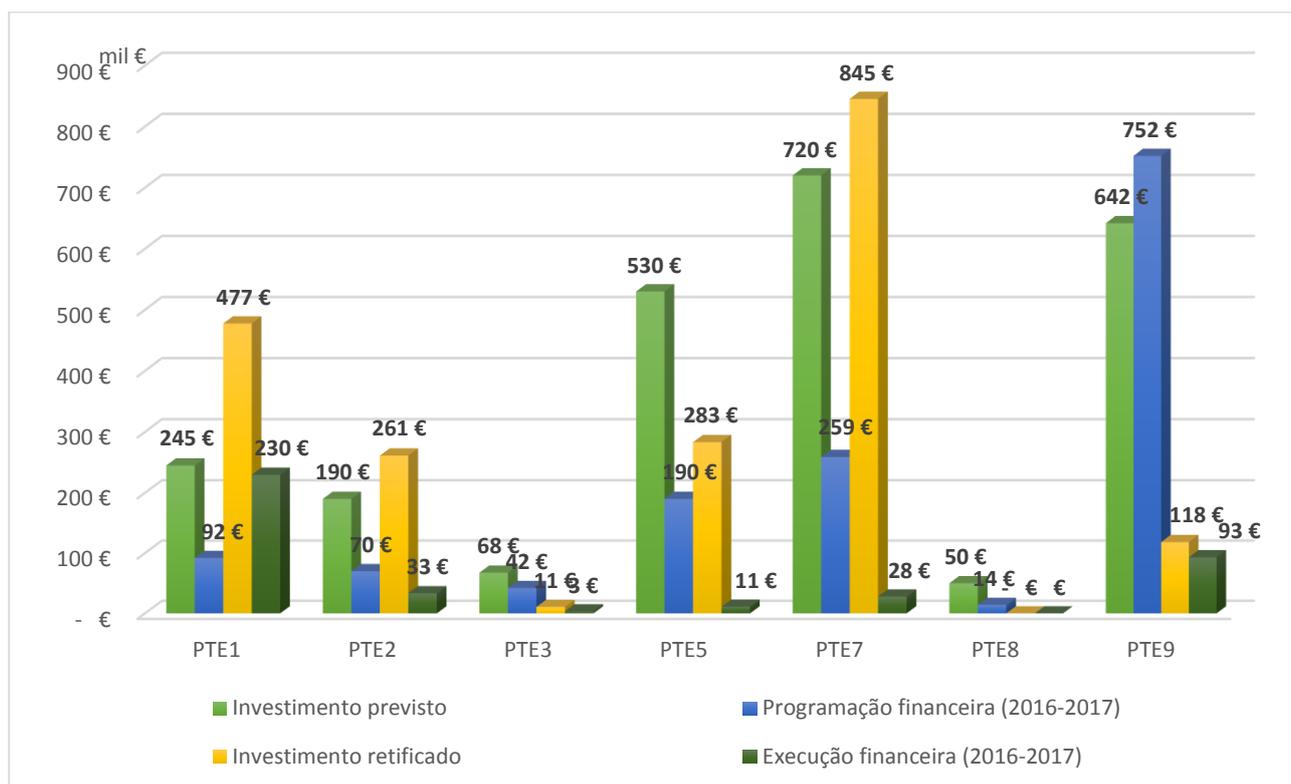
Eixo de Medida	Total de medidas	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Investimento retificado (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Taxa de execução (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	20	245 €	92 €	477 €	230 €	48%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	190 €	70 €	261 €	33 €	13%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	68 €	42 €	11 €	3 €	30%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	- €	- €	- €	- €	

Eixo de Medida	Total de medidas	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Investimento retificado (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Taxa de execução (%)
PTE5 – Minimização de riscos	8	530 €	190 €	283 €	11 €	4%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	- €	- €	- €	- €	
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	720 €	259 €	845 €	28 €	3%
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	50 €	14 €	- €	- €	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	8	642 €	752 €	118 €	93 €	79%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>2 444 €</b>	<b>1 419 €</b>	<b>1 996 €</b>	<b>398 €</b>	<b>20%</b>

Constata-se que, em termos globais o investimento retificado é ligeiramente inferior ao investimento programado.

Em termos globais a taxa de execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento global ronda os 20%, o que representa um esforço diminuto face ao que é necessário para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo.

À primeira vista parece que esta taxa de execução de 20% difere muito do grau de implementação física das medidas de 69%, no entanto ressalva-se que esta taxa incide no que já foi liquidado nos anos de 2016 e 2017 relativamente ao total que falta executar em termos financeiros enquanto os 69% representa as medidas que já foram concluídas e/ou iniciadas face ao previsto.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 4.4 – Execução financeira das medidas regionais.**

Em termos dos eixos com maior diferença no investimento retificado face ao investimento previsto, sendo superior, foram o PTE1, PTE2 e o PTE7 e os eixos em que o investimento retificado é inferior ao investimento previsto foram o PTE3, PTE5, PTE8 e o PTE9. Quanto à execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento retificado os eixos com maior taxa de execução são o PTE9 com 79% e o PTE1 com 48%.

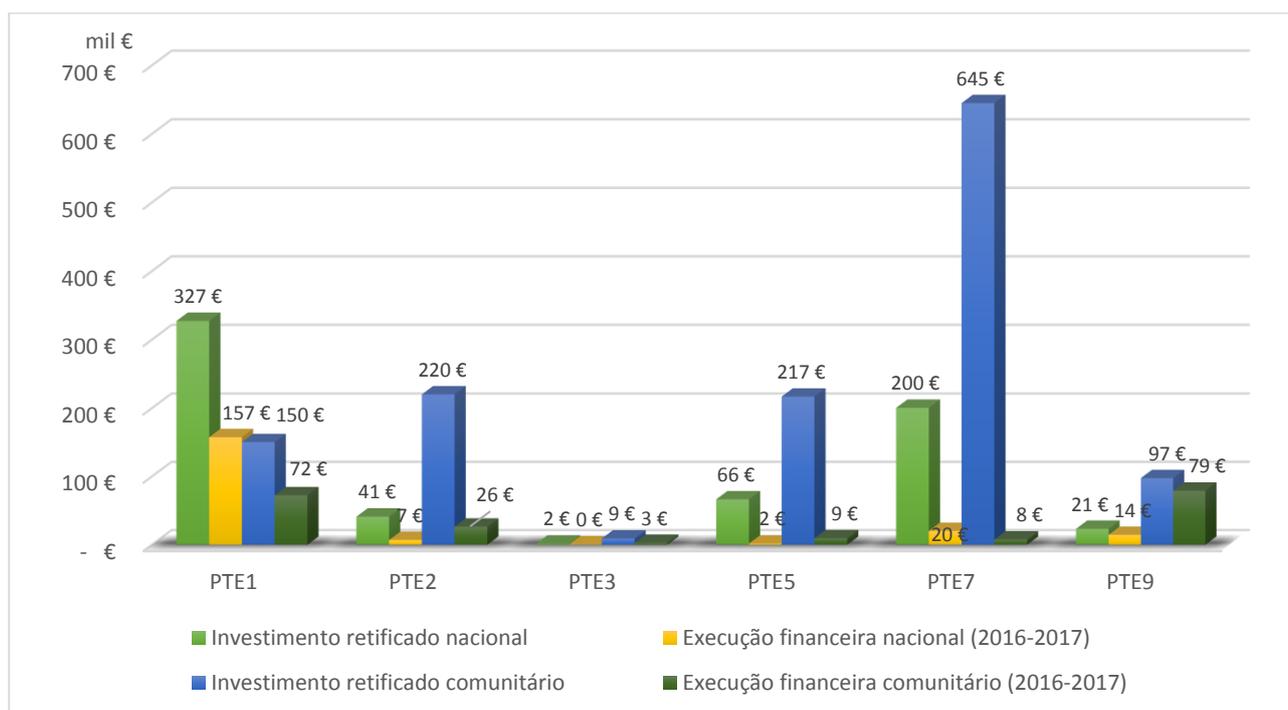
De forma a avaliar a repartição dos investimentos previstos e já efetuados pelas diferentes fontes de financiamento fez-se a separação entre a componente nacional e comunitária por eixo de medida (Quadro 4.6), cujos resultados estão apresentados na Figura 4.5.

**Quadro 4.6 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária**

Eixo de Medida	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitária (2016-2017) (mil €)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	327 €	150 €	157 €	72 €
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	41 €	220 €	7 €	26 €
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	2 €	9 €	0 €	3 €
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	- €	- €	- €	- €
PTE5 – Minimização de riscos	66 €	217 €	2 €	9 €

Eixo de Medida	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	- €	- €	- €	- €
PTE7 – Aumento do conhecimento	200 €	645 €	20 €	8 €
PTE8 – Promoção da sensibilização	- €	- €	- €	- €
PTE9 – Adequação do quadro normativo	21 €	97 €	14 €	79 €
<b>TOTAL</b>	<b>658 €</b>	<b>1 339 €</b>	<b>201 €</b>	<b>198 €</b>

Constata-se que, em termos globais o investimento comunitário é superior ao investimento nacional representando cerca de 67% do investimento total o que mostra a importância dos fundos comunitários na implementação das medidas. No entanto, a execução financeira para 2016-2017 apresenta um equilíbrio com 50% em ambas as componentes relativamente ao total já executado. Em cada componente, a execução foi de cerca de 15% na componente comunitária e cerca de 31% na componente nacional.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 4.5 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária**

As maiores participações comunitárias observam-se nos eixos PTE2, PTE5 e PTE7 pelo que o esforço nacional está mais concentrado no eixo PTE1. Em termos de execução financeira em 2016-2017, a componente nacional teve uma taxa de execução maior no eixo PTE9 com cerca de 67% mas com mais

expressão no PTE1 com cerca de 48% e na componente comunitária teve também uma taxa de execução maior no eixo PTE9 com cerca de 81%

No Anexo I apresenta-se a tabela da execução financeira (Tabela C) das medidas regionais.

#### 4.1.1.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas

A monitorização das medidas foi estabelecida no PGRH, através de indicadores associados a cada medida com uma breve caracterização, que inclui as metas previstas, a periodicidade e as entidades responsáveis pelo cálculo desses indicadores.

A análise que foi realizada baseou-se na informação recolhida junto das entidades responsáveis pelos indicadores das medidas e foi efetuado o cálculo dos resultados dos indicadores.

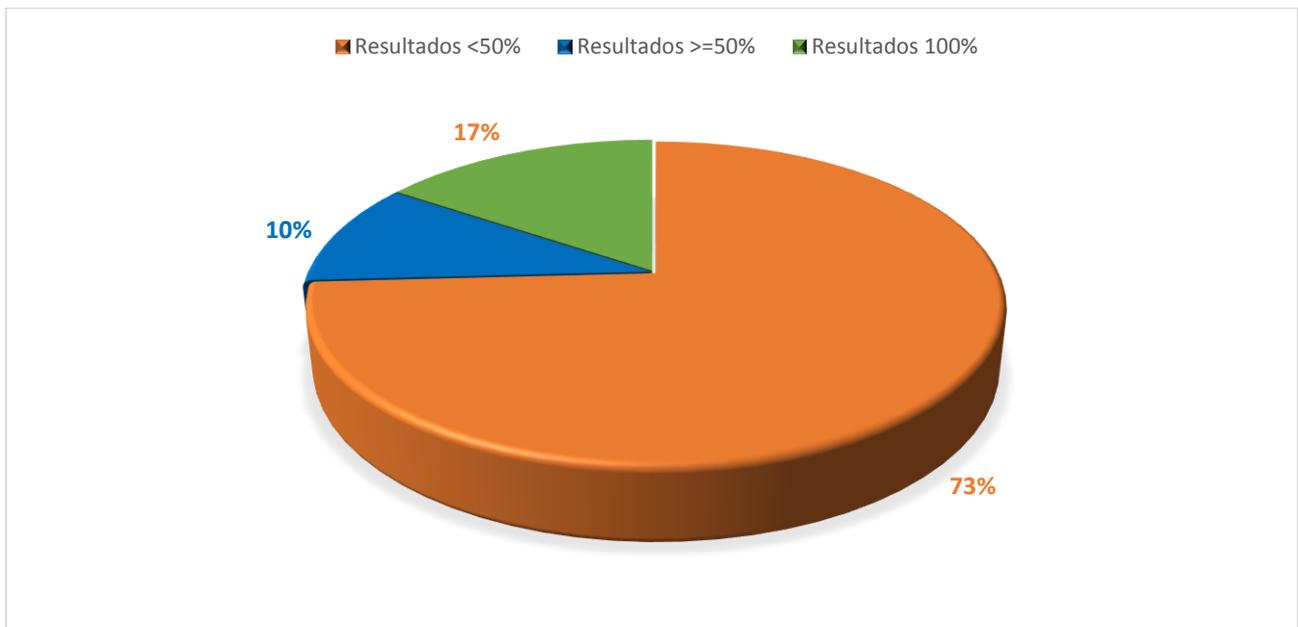
No caso das medidas regionais, o cálculo dos indicadores foi realizado consoante o tipo de indicador que foi selecionado para avaliar a monitorização da medida, sendo sempre uma percentagem que pode resultar de um número face ao universo que se pretende atingir e ainda outros que na prática são iguais à execução física da medida.

Em termos de uma avaliação agregada por eixo de medida, e uma vez que os indicadores apresentavam métricas diferentes, optou-se por uma análise qualitativa, realizando uma contagem das medidas que já cumpriram em 100%, as que cumpriram em 50% e as que estão abaixo dos 50%.

No Quadro 4.7 e nas Figura 4.6 e Figura 4.7 apresentam-se a síntese dos resultados dos indicadores das medidas regionais.

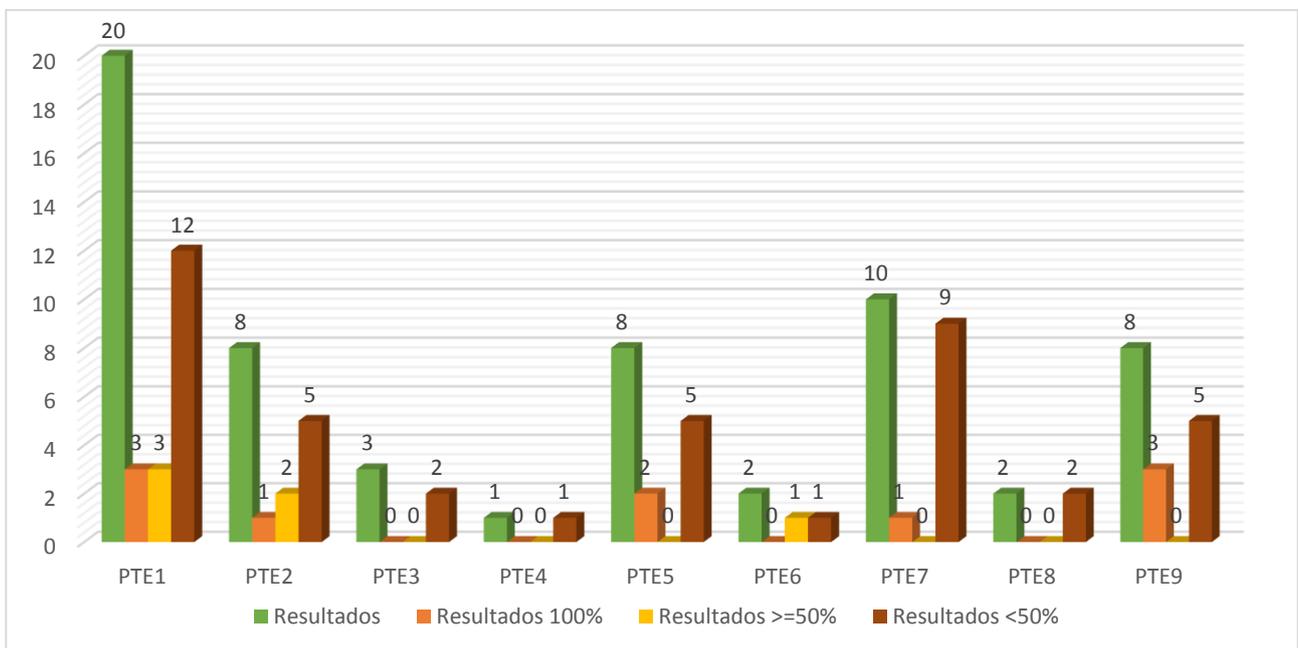
**Quadro 4.7 – Grau de implementação dos indicadores das medidas regionais até final de 2017**

Eixo de Medida	Total de medidas	Total de indicadores	Resultados	Resultados <50%	Resultados >50%	Resultados 100%
PTE1 – redução ou eliminação de cargas poluentes	20	20	20	12	3	3
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	8	8	5	2	1
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	3	3	2	0	0
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	1	1	1	0	0
PTE5 – Minimização de riscos	8	8	8	5	0	2
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	2	2	1	1	0
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	10	10	9	0	1
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	2	2	2	0	0
PTE9 – Adequação do quadro normativo	8	8	8	5	1	3
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>42</b>	<b>6</b>	<b>10</b>



**Figura 4.6 – Grau de implementação dos indicadores das medidas regionais**

Num total de 62 resultados verifica-se que 17% das medidas já atingiram os 100%, sendo que muitas destas medidas são de execução em contínuo, e que 73% das medidas ainda estão abaixo dos 50% de realização.



**Figura 4.7 – Grau de implementação dos indicadores das medidas regionais por eixo de medida**

Neste gráfico verifica-se que os eixos que apresentam maior realização de indicadores a 100% são os PTE9 com 38% e PTE5 com 25%, existindo eixos que, nesta fase, não têm ainda resultados de indicadores acima de 50%, como seja, os eixos PTE3, PTE4-e PTE8.

No Anexo I apresenta-se a tabela dos indicadores (Tabela D) das medidas regionais.

#### 4.1.2. Medidas específicas

A programação física e financeira das medidas específicas foi estabelecida no PGRH e caracterizada ao nível de cada ficha de medida para o ciclo 2016-2021 (Anexos da Parte 6 do PGRH).

A análise realizada sobre o ponto de situação das medidas específicas baseou-se na informação das entidades responsáveis pelas medidas que forneceram o ponto de situação da sua implementação para os anos de 2016 e 2017.

As medidas específicas foram analisadas para esta região hidrográfica, sendo medidas que incidem diretamente sobre as pressões significativas identificadas nas massas de água.

Na Figura 4.8 apresenta-se o número de medidas por entidade responsável pela sua implementação.

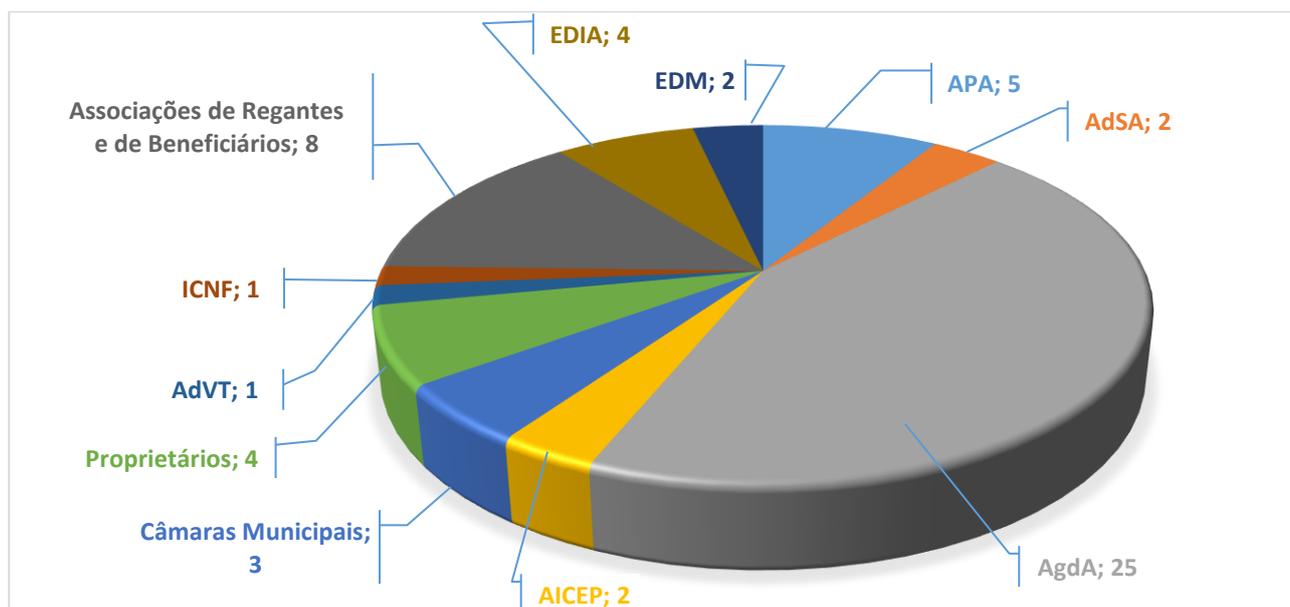


Figura 4.8 – Número de medidas específicas por entidade responsável

Pela análise do gráfico verifica-se que cerca de 54% das medidas são do setor urbano em que Águas Públicas do Alentejo representam 81% das medidas desse setor. Relativamente ao setor agrícola são cerca de 30% do total de medidas, sendo as associações de beneficiários responsáveis por cerca de 47% dessas medidas.

No Anexo II apresenta-se a tabela das entidades responsáveis (Tabela E) discriminado por medida.

##### 4.1.2.1. Análise da execução física das medidas

A análise da execução física foi efetuada para os anos de 2016 e 2017 e realizada a programação retificada para os restantes anos de implementação da medida. O ponto de situação foi classificado com base numa legenda que está explicada no Quadro 4.8.

Quadro 4.8 – Legenda aplicada para classificar o ponto de situação das medidas

Ponto de Situação	Descrição
Executada	Medida executada até 2017, inclusive.
Em execução	Medida iniciada até 2017, inclusive, cuja execução decorre durante o 2.º ciclo mas pode prolongar-se para o 3.º ciclo.
Executada em contínuo	Medida executada até 2017, inclusive, mas cuja execução é contínua.

Ponto de Situação	Descrição
Por executar	Medida a iniciar após 2017.
Adiada	Medida a iniciar antes de 2017, inclusive, e cuja programação foi adiada mas que será executada durante o 2.º ciclo dos PGRH.
Não executada neste ciclo	Medida que não vai ser executadas no 2.º ciclo mas será executada no 3.º ciclo do PGRH.
Não executada	Medida que não vai ser executada.

No Quadro 4.9 e na Figura 4.9 apresentam-se a síntese do ponto de situação da implementação de todas as medidas específicas, independentemente do previsto face ao realizado.

**Quadro 4.9 – Ponto de situação das medidas específicas por eixo até final de 2017**

Ponto de situação das medidas	N.º de medidas								TOTAL
	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE7	PTE8	PTE9	
Executada	5	0	1	0	0	0	0	0	6
Em execução	5	0	1	1	1	1	0	1	10
Por executar	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Adiada	19	0	10	0	1	0	0	0	30
Não executada	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Executada em contínuo	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Não executada neste ciclo	2	0	0	0	0	0	0	0	2
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>54</b>

PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.



**Figura 4.9 – Ponto de situação das medidas específicas**

Constata-se que, em termos de ponto de situação da implementação das medidas em final de 2017, existem 11% de medidas executadas, 2% das medidas que são executadas em contínuo, uma vez que correspondem a tarefas de monitorização, e 19% de medidas em execução. Nesta fase, existem 7% de medidas por executar (que só terão início após 2018, inclusive) e 56% das medidas que foram adiadas, ou seja, que o seu início de execução foi atrasado. Nesta avaliação intercalar também se pode já concluir as medidas que não vão ser executadas neste ciclo (4%) e aquelas que não vão ser de todo executadas por razões várias (2%).

Quanto à medida que não vai ser executada PTE1P01M18\_SUP\_RH6 - Reabilitação da ETAR de Ervidel, na freguesia de Ervidel, concelho de Aljustrel, deve-se ao facto de a melhor solução técnica encontrada foi a construção de uma nova ETAR para servir Santa Vitória (medida PTE1P01M21\_SUP\_RH6). Assim, a ETAR de Ervidel já não irá receber os efluentes de Santa Vitória, pelo que a sua reabilitação já não será necessária.

Relativamente às medidas que não vão ser executadas neste ciclo são:

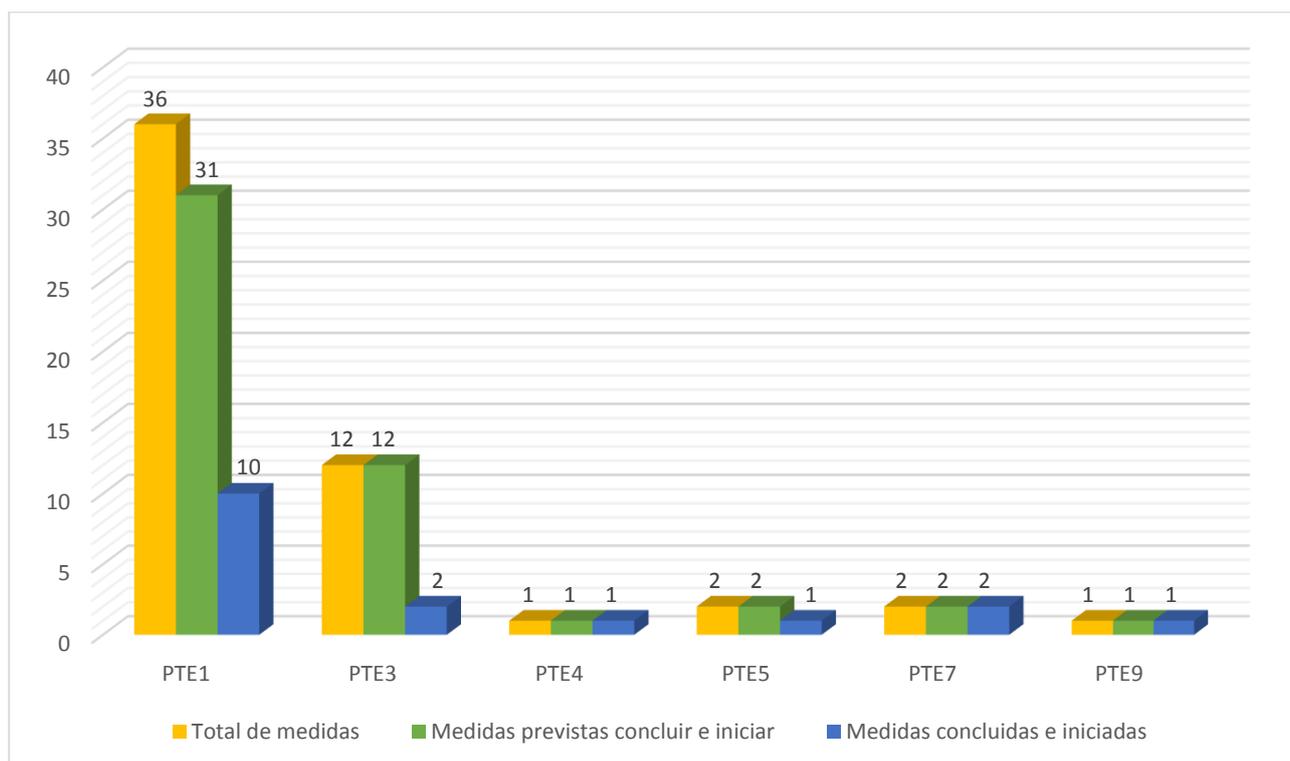
- PTE1P01M08\_SUP\_RH6 - Reabilitação da ETAR de Alcáçovas - Zona Sul, na freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo, em que o funcionamento da ETAR é afetado pelas descargas agroindustriais. A ETAR não consegue tratar as aflúncias, e como as ligações à rede de drenagem municipal são da responsabilidade da EG "baixa", este investimento encontra-se dependente de ações da "baixa".
- PTE1P01M24\_SUP\_RH6 - Empreitada do Sistema de Saneamento do Concelho de Portel - Conceção, Construção/Reabilitação das ETAR do Concelho de Portel das Estações Elevatórias e dos Sistemas Intercetoras (Santana, São Bartolomeu do Outeiro). A ETAR já foi executada e no que se refere ao sistema de drenagem, encontra-se em estudo a melhor solução técnica, pelo que a previsão da sua execução está para o ano 2022.

No Quadro 4.10 e Figura 4.10 apresentam-se o grau de implementação das medidas específicas por eixo de medida face ao que estava previsto concluir e/ou iniciar até final de 2017. Daqui resulta o executado face ao previsto das medidas que foram efetivamente concluídas e/ou iniciadas no prazo previsto na programação das medidas no PGRH.

**Quadro 4.10 – Grau de implementação das medidas específicas em final de 2017**

Eixo de Medida	Total de medidas	Medidas previstas concluir	Medidas previstas iniciar	Medidas concluídas	Medidas iniciadas	Executado face ao previsto (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	36	20	11	5	5	<b>32%</b>
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	0	0	0	0	0	
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	12	2	10	1	1	<b>17%</b>
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	0	1	0	1	<b>100%</b>
PTE5 – Minimização de riscos	2	0	2	0	1	<b>50%</b>
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	0	0	0	0	0	
PTE7 – Aumento do conhecimento	2	1	1	1	1	<b>100%</b>
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	0	0	0	0	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	1	0	1	0	1	<b>100%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>35%</b>

Constata-se que, em termos do grau de implementação das medidas, existem 35% de medidas já concluídas e/ou iniciadas face ao previsto num total de 54 medidas, demonstrando que houve um atraso na execução de cerca de 65% das medidas e que existe um esforço ainda considerável para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo. Chama-se a atenção que não foram definidas medidas específicas para os eixos PTE2, PTE6 e PTE8 para esta região.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 4.10 – Grau de implementação das medidas específicas**

Em termos dos eixos com maior execução foram o PTE4, PTE7 e o PTE9, mas que tinham uma a duas medidas, e os eixos com menor execução foram o PTE1 e o PTE3. Assim, há que ver o número de medidas em cada eixo destacando-se o PTE1 com um maior número de medidas, num total de 36 medidas que deveriam ter concluído e/ou iniciado nesta fase, e com uma execução de 28%, seguida do PTE3 com 12 medidas e uma execução de 17%.

No Anexo II apresenta-se a tabela da execução física (Tabela F) das medidas específicas.

#### 4.1.2.2. Análise da execução financeira das medidas

A análise da execução financeira foi efetuada para os anos de 2016 e 2017 e realizada a programação retificada para os restantes anos de implementação da medida. Os investimentos realizados e programados foram ainda desagregados entre componente nacional e componente comunitária de forma a se conhecer qual o esforço financeiro do país na implementação destas medidas.

A análise comparativa baseou-se no investimento que estava programado no PGRH face ao investimento que está efetivamente a ser executado. Como o ponto de situação recai sobre os anos de 2016 e 2017 comparou-se a programação financeira que havia para esses anos e a execução financeira que ocorreu na realidade para esses mesmos anos. Posteriormente calculou-se a taxa de execução atual, ou seja, face ao investimento retificado o que já foi executado nestes dois anos para se ter uma ideia do esforço que ainda falta concretizar na implementação das medidas.

Relativamente às medidas relacionadas com candidaturas do POSEUR, e com base em informação disponibilizada pela autoridade de gestão, foram analisados os montantes aprovados, elegíveis e comparticipados por ano, assim como os montantes executados em 2016 e 2017 da componente comunitária.

No Quadro 4.11 e nas Figura 4.11 e Figura 4.12 apresentam-se a síntese da execução financeira das medidas específicas.

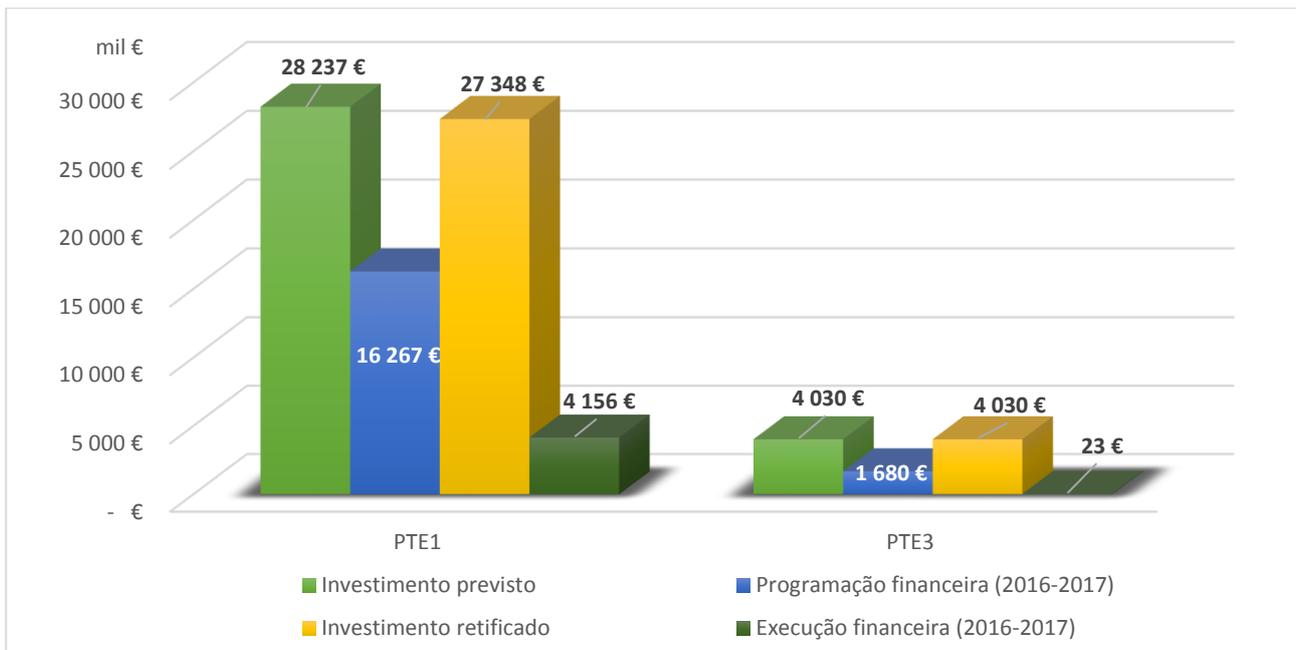
**Quadro 4.11 – Execução financeira das medidas específicas até final de 2017**

Eixo de Medida	Total de medidas	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Investimento retificado (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Taxa de execução (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	36	28 237 €	16 267 €	27 348 €	4 156 €	15%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	0	- €	- €	- €	- €	
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	12	4 030 €	1 680 €	4 030 €	23 €	1%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	500 €	125 €	500 €	125 €	25%
PTE5 – Minimização de riscos	2	530 €	135 €	300 €	- €	0%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	0	- €	- €	- €	- €	
PTE7 – Aumento do conhecimento	2	175 €	75 €	175 €	54 €	31%
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	- €	- €	- €	- €	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	1	30 €	23 €	- €	- €	
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>33 502 €</b>	<b>18 305 €</b>	<b>32 353 €</b>	<b>4 357 €</b>	<b>13%</b>

Constata-se que, em termos globais o investimento retificado é semelhante ao investimento programado.

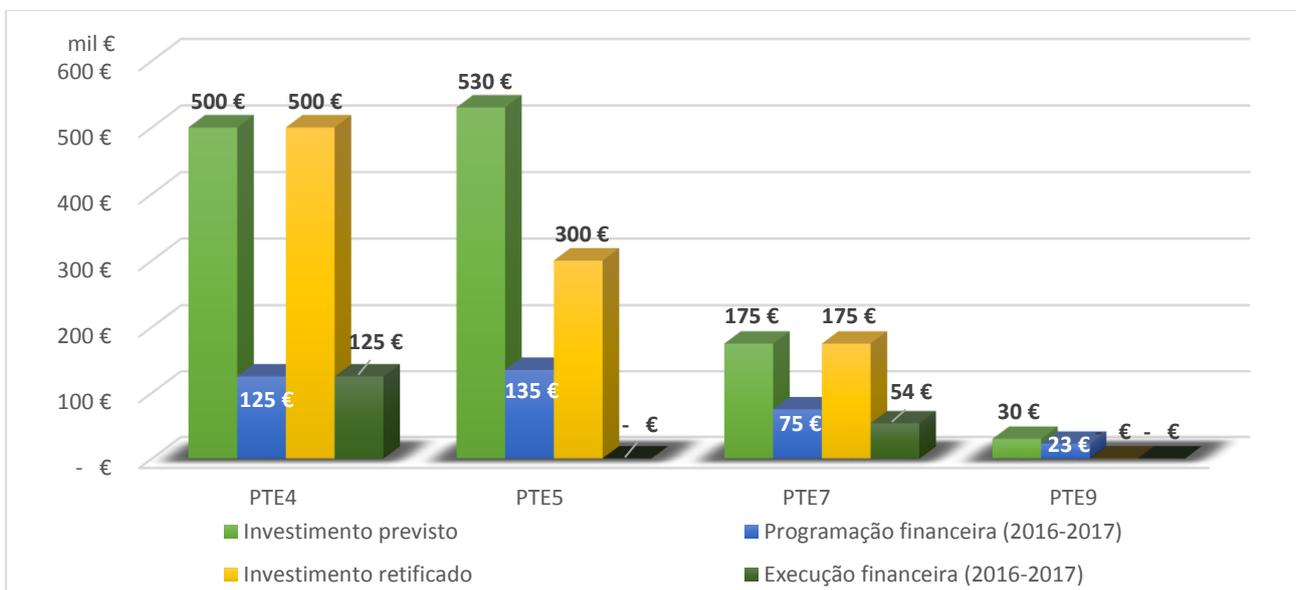
Em termos globais a taxa de execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento global ronda os 13%, o que representa um esforço ainda muito considerável financeiro para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo.

Numa primeira análise parece que esta taxa de execução de 13% difere muito do grau de implementação física das medidas de 35%, no entanto ressalva-se que esta taxa incide no que já foi liquidado nos anos de 2016 e 2017 relativamente ao total que falta executar em termos financeiros enquanto os 35% representa as medidas que já foram concluídas e/ou iniciadas face ao previsto.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 4.11 – Execução financeira das medidas específicas nos eixos PTE1 e PTE3**



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 4.12 – Execução financeira das medidas específicas nos eixos PTE4, PTE5, PTE7 e PTE9**

Em termos dos eixos o investimento retificado face ao investimento previsto foi, de uma forma geral, bastante semelhante, sendo o eixo PTE5 o que mostra maior diferença, tendo ficado inferior.

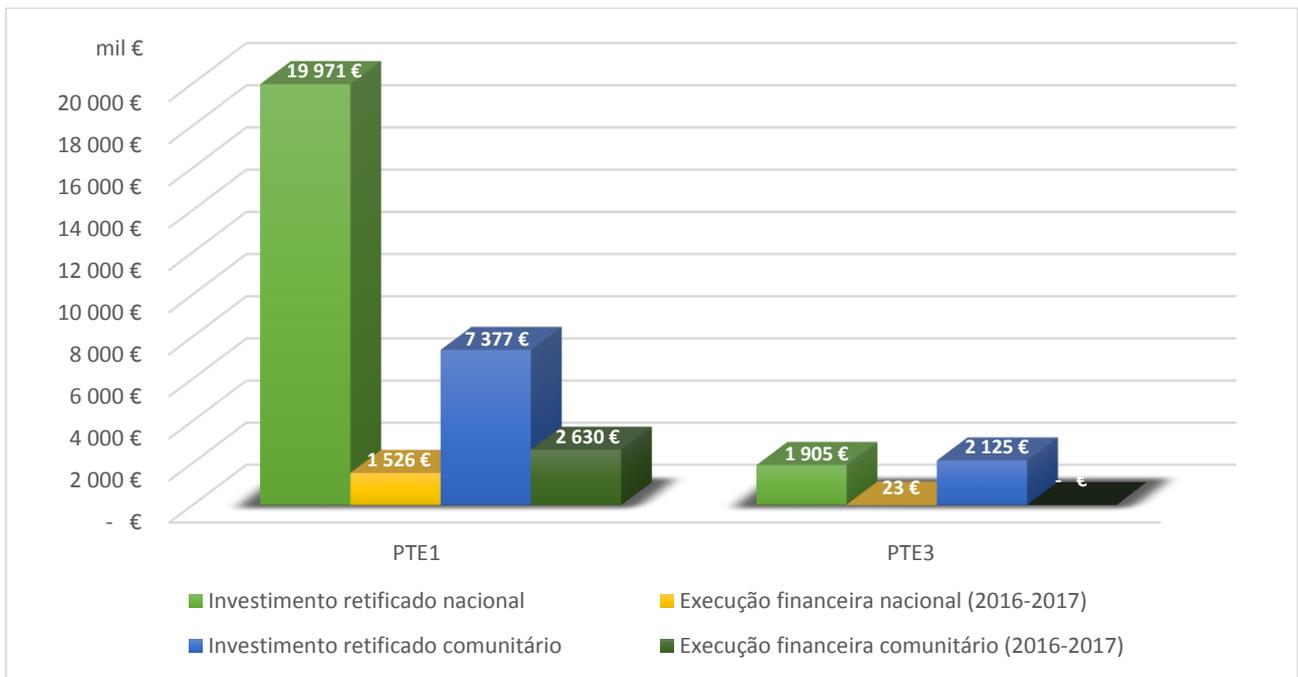
Quanto à execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento retificado os eixos com maior taxa de execução são o PTE7 com 31% e o PTE4 com 25%.

De forma a avaliar a repartição dos investimentos previstos e já efetuados pelas diferentes fontes de financiamento entre a componente nacional e comunitária por eixo de medida apresentam-se os resultados no Quadro 4.12 e nas Figura 4.13 e Figura 4.14.

**Quadro 4.12 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária**

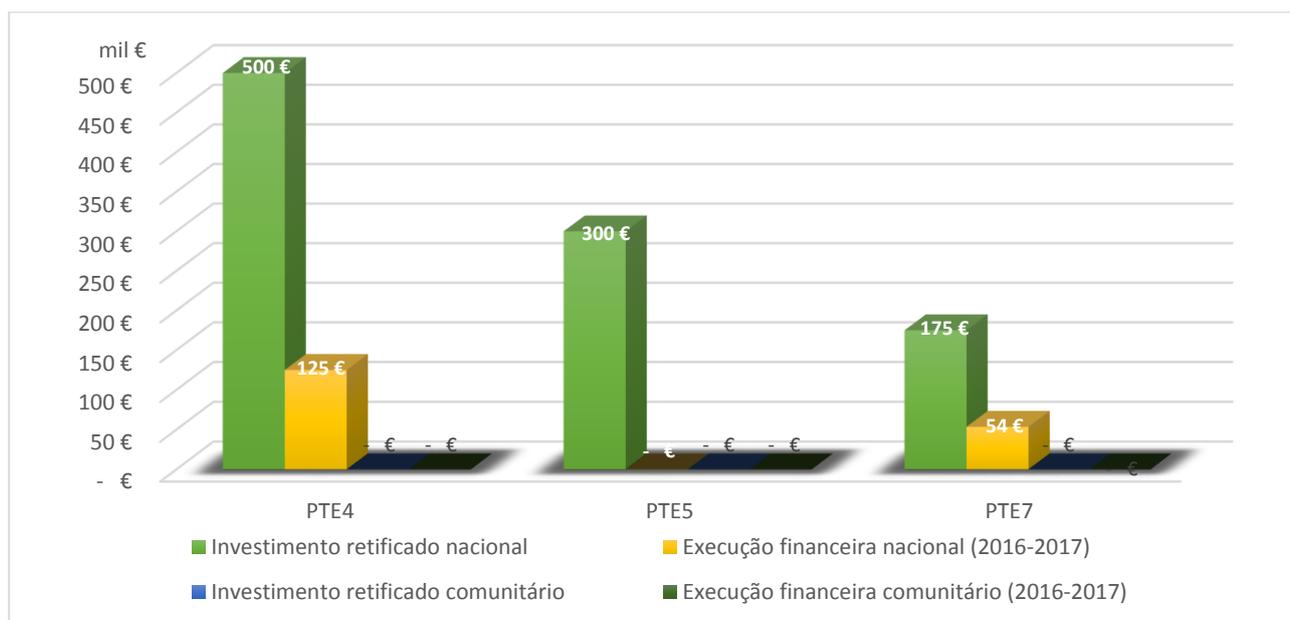
Eixo de Medida	<i>Investimento retificado nacional (mil €)</i>	<i>Investimento retificado comunitário (mil €)</i>	<i>Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)</i>
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	19 971 €	7 377 €	1 526 €	2 630 €
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	- €	- €	- €	- €
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	1 905 €	2 125 €	23 €	- €
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	500 €	- €	125 €	- €
PTE5 – Minimização de riscos	300 €	- €	- €	- €
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	- €	- €	- €	- €
PTE7 – Aumento do conhecimento	175 €	- €	54 €	- €
PTE8 – Promoção da sensibilização	- €	- €	- €	- €
PTE9 – Adequação do quadro normativo	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>22 851 €</b>	<b>9 502 €</b>	<b>1 727 €</b>	<b>2 630 €</b>

Constata-se que, em termos globais o investimento nacional é superior ao investimento comunitário com cerca de 71% o que mostra o grande peso do investimento nacional na implementação das medidas. Esse paralelismo inverte-se na execução financeira para 2016-2017 com 40% dos custos nacionais face ao total já executado. Em cada componente, a execução foi de cerca de 28% na componente comunitária e cerca de 8% na componente nacional.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 4.13 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária nos eixos PTE1 e PTE3**



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

**Figura 4.14 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária nos eixos PTE4, PTE5 e PTE7**

As maiores participações comunitárias observam-se nos eixos PTE1 e PTE3 apesar do esforço nacional, no primeiro eixo, ser superior ao comunitário, com cerca de 73% do peso nacional. Existem eixos que apenas têm participação nacional como seja o PTE4, PTE5 e o PTE7. Em termos de execução financeira em 2016-2017, a componente nacional teve uma taxa de execução maior nos eixos PTE7 com cerca de 31% e no eixo PTE4 com 25% enquanto a componente comunitária teve apenas execução no eixo PTE1 com cerca de 36%.

No Anexo II apresenta-se a tabela da execução financeira (Tabela G) das medidas específicas.

#### 4.1.2.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas

A monitorização das medidas foi estabelecida no PGRH, através de indicadores associados a cada medida com uma breve caracterização, que inclui as metas previstas, a periodicidade e as entidades responsáveis pelo cálculo desses indicadores.

A análise que foi realizada baseou-se na informação recolhida junto das entidades responsáveis pelos indicadores das medidas e foi efetuado o cálculo dos resultados dos indicadores.

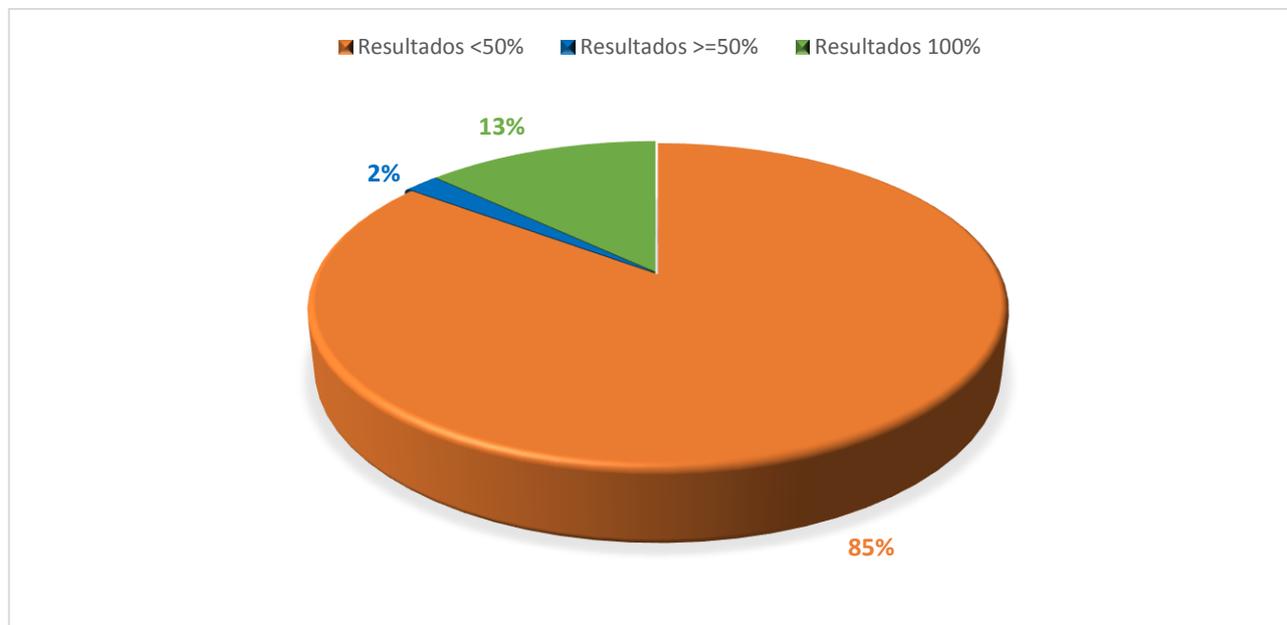
No caso das medidas específicas, e à semelhança das medidas regionais, o cálculo dos indicadores foi realizado consoante o tipo de indicador que foi selecionado para avaliar a monitorização da medida. No entanto, a maior parte dos indicadores das medidas específicas são iguais à execução física da medida. Nesta fase intercalar de avaliação, e para as medidas que têm mais de um indicador, apenas se realizou o cálculo de um dos indicadores, o mais representativo.

Em termos de uma avaliação agregada por eixo de medida, e uma vez que os indicadores apresentavam métricas diferentes, optou-se por uma análise qualitativa, realizando uma contagem das medidas que já cumpriram em 100%, as que cumpriram em 50% e as que estão abaixo dos 50%.

No Quadro 4.13 e nas Figura 4.15 e Figura 4.16 apresentam-se a síntese dos resultados dos indicadores das medidas específicas.

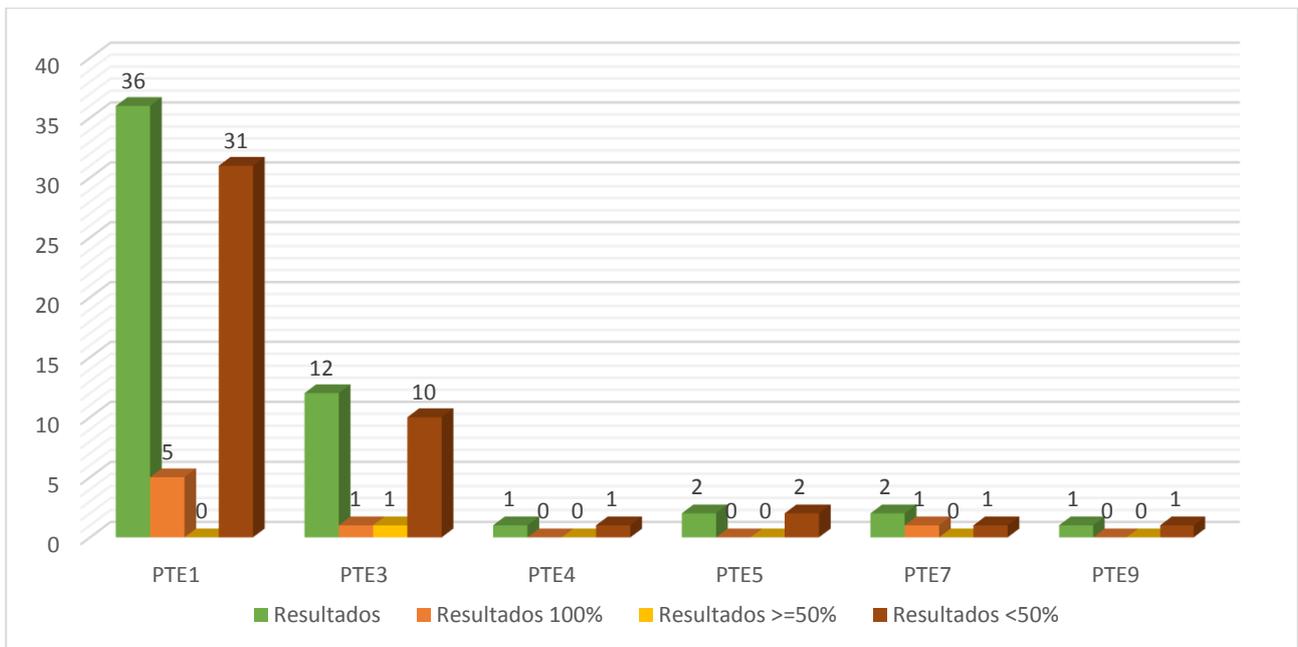
**Quadro 4.13 – Grau de implementação dos indicadores das medidas específicas até final de 2017**

Eixo de Medida	Total de medidas	Total de indicadores	Resultados	Resultados <50%	Resultados >50%	Resultados 100%
PTE1 – redução ou eliminação de cargas poluentes	36	36	36	31	0	5
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	0	0	0	0	0	0
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	12	21	12	10	1	1
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	1	1	1	0	0
PTE5 – Minimização de riscos	2	2	2	2	0	0
PTE7 – Aumento do conhecimento	2	2	2	1	0	1
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	0	0	0	0	0
PTE9 – Adequação do quadro normativo	1	1	1	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>63</b>	<b>54</b>	<b>46</b>	<b>1</b>	<b>7</b>



**Figura 4.15 – Grau de implementação dos indicadores das medidas específicas**

Num total de 54 resultados verifica-se que 13% das medidas já atingiram os 100%, sendo que muitas destas medidas são de execução em contínuo, e que 85% das medidas ainda estão abaixo dos 50% de realização.



**Figura 4.16 – Grau de implementação dos indicadores das medidas específicas por eixo de medida**

Neste gráfico verifica-se que os eixos que apresentam maior realização de indicadores a 100% são os PTE7 com 50% e PTE1 com 14%, existindo eixos que, nesta fase, não têm ainda resultados de indicadores acima de 50%, como seja, os eixos PTE4, PTE5 e PTE9.

No Anexo II apresenta-se a tabela dos indicadores (Tabela H) das medidas específicas.

## 4.2. Síntese dos desvios da execução das medidas face ao previsto

No reporte à Comissão Europeia os programas de medidas reportados no WISE são os KTM (Key Type Measure) em que foi realizada uma correspondência aos nossos PM (Programa de Medidas). No Quadro 4.14 encontra-se essa correspondência e as respetivas designações, onde os KTM foram traduzidos para português.

**Quadro 4.14 – Correspondência entre KTM e PM e respetivas designações**

<i>KTM</i>	<i>Designação</i>	<i>PM</i>	<i>Designação</i>
KTM01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	PTE1P01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas
KTM02	Reduzir a poluição de nutrientes da agricultura	PTE1P06	Reduzir a poluição de nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária
KTM03	Reduzir a poluição de pesticidas da agricultura	PTE1P07	Reduzir a poluição de pesticidas proveniente da agricultura
KTM04	Remediação de locais contaminados (poluição histórica incluindo sedimentos, águas subterrâneas, solo)	PTE1P09	Remediação de áreas contaminadas (poluição histórica)
		PTE1P11	Locais de deposição de resíduos: aterros sanitários
		PTE1P12	Explorações mineiras: medidas de minimização
KTM05	Melhoria da continuidade longitudinal (por exemplo, estabelecimento de passagens para peixes, demolição de barragens antigas)	PTE3P01	Promover a continuidade longitudinal
KTM06	Melhoria das condições hidromorfológicas das massas de água além da continuidade longitudinal	PTE3P02	Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água
KTM07	Melhorias no regime de caudal e/ou estabelecimento de caudais ecológicos	PTE3P03	Implementar regimes de caudais ecológicos
KTM08	Eficiência hídrica, medidas técnicas para irrigação, indústria, energia e residências	PTE2P01	Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações
KTM09	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água urbanos	PTE6P01	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços urbanos
KTM10	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água da indústria	PTE6P02	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água da indústria
KTM11	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água da agricultura	PTE6P03	Medidas de política de preços para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da agricultura
KTM12	Serviços de consultoria para agricultura	PTE8P01	Elaboração de guias
		PTE8P02	Sessões de divulgação
KTM13	Medidas de proteção da água potável (por exemplo, estabelecimento de zonas de salvaguarda, zonas tampão etc.)	PTE2P02	Promover a aprovação de perímetros de proteção de captações
		PTE2P03	Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário
KTM14	Pesquisa, melhoria da base de conhecimento reduzindo a incerteza	PTE7P01	Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza
		PTE9P02	Adequar a monitorização
KTM15	Medidas para a eliminação progressiva das emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias ou para a redução de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias	PTE1P03	Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias
		PTE1P04	Redução das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias
		PTE5P05	Prevenção de acidentes poluição
KTM16	Remodelações ou melhorias de estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo explorações agrícolas).	PTE1P02	Remodelação ou melhorias das estações de tratamento de águas residuais

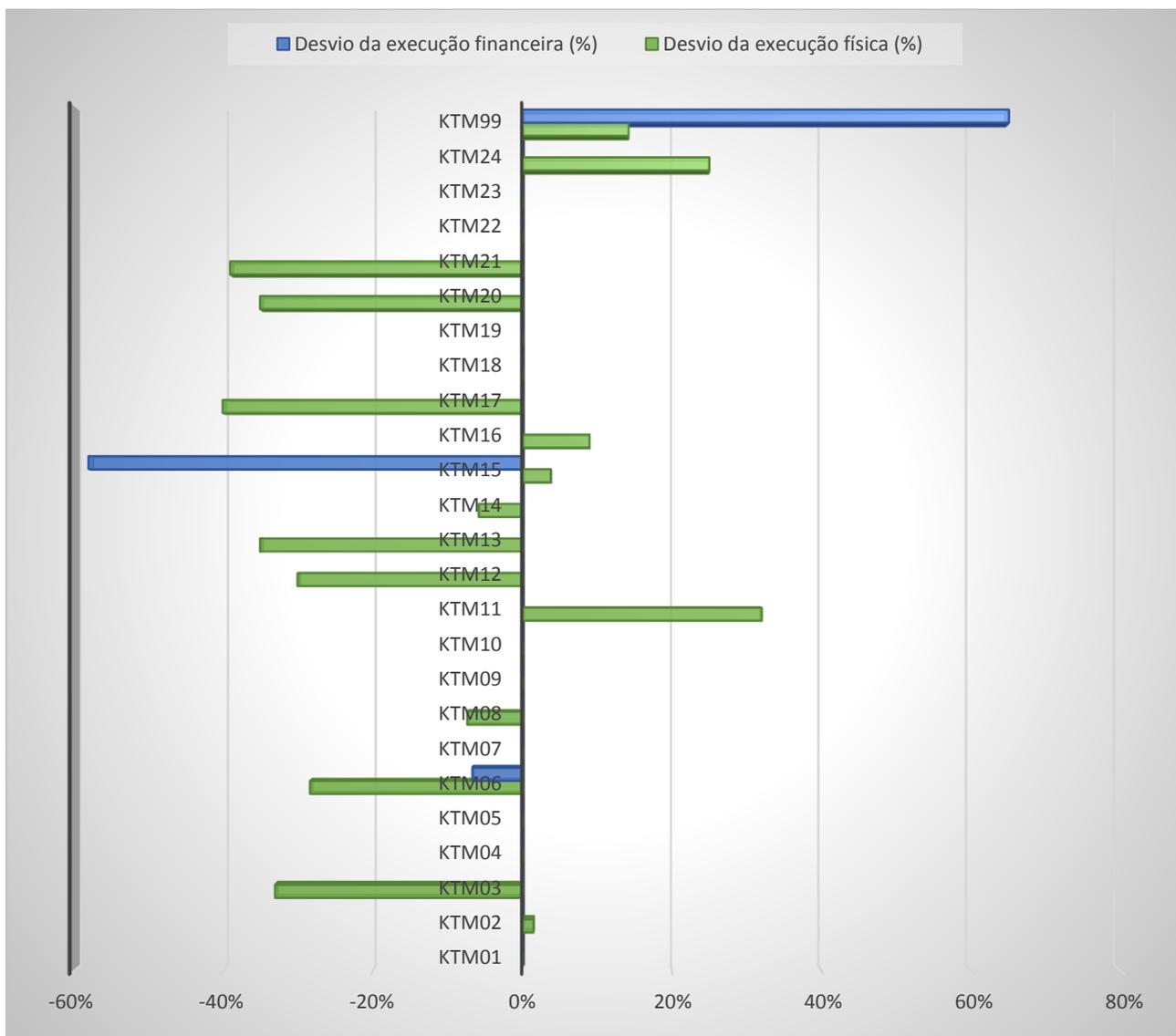
<i>KTM</i>	<i>Designação</i>	<i>PM</i>	<i>Designação</i>
			industriais (incluindo as explorações agrícolas)
KTM17	Medidas para reduzir os sedimentos da erosão do solo e escoamento superficial	PTE5P04	Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)
KTM18	Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos de espécies exóticas invasoras e doenças introduzidas	PTE4P01	Prevenir ou controlar os impactos negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas
KTM19	Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos da recreação, incluindo a pesca		
KTM20	Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos da pesca e outra exploração/remoção de animais e plantas	PTE1P13	Áreas Aquícolas: medidas de minimização
		PTE4P02	Prevenir ou controlar os impactos negativos da pesca e outras formas de exploração / remoção de animais e plantas
KTM21	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição das áreas urbanas, transporte e infraestruturas construídas	PTE1P10	Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas
		PTE1P14	Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas
		PTE1P15	Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem
KTM22	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição da silvicultura	PTE1P08	Reduzir a poluição proveniente da atividade florestal
KTM23	Medidas naturais de retenção de água	PTE5P01	Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água)
KTM24	Adaptação à mudança climática	PTE5P02	Adaptação às mudanças climáticas
		PTE5P06	Medidas para combater a erosão costeira
KTM25	Medidas para combater a acidificação	PTE5P03	Medidas para combater a acidificação
KTM99	Outra KTM reportada no PM	PTE1P05	Definição de condicionantes aplicar no licenciamento
		PTE2P04	Condicionantes aplicar no licenciamento
		PTE2P05	Controlar a recarga das águas subterrâneas
		PTE3P04	Condicionantes aplicar no licenciamento
		PTE9P01	Promover a fiscalização
		PTE9P03	Revisão legislativa
		PTE9P04	Articular com objetivos das Diretivas Habitats e Aves
		PTE9P05	Articular com objetivos da DQEM
		PTE9P06	Gestão das bacias internacionais
PTE9P07	Articular com políticas setoriais		

#### 4.2.1. Medidas regionais

Com base na análise efetuada anteriormente, apresenta-se no Quadro 4.15 e na Figura 4.17 o desvio da execução física e financeira das medidas regionais por programa de medidas e respetivo KTM.

**Quadro 4.15 – Desvio da execução física e financeira das medidas regionais por Programa de Medidas e respetivo KTM**

EIXO Código	PROGRAMA DE MEDIDAS Código	KTM	<i>Desvio da execução física</i> (%)	<i>Desvio da execução financeira</i> (%)
PTE1	PTE1P01	KTM01		
	PTE1P02	KTM16	9%	
	PTE1P03	KTM15	18%	
	PTE1P04	KTM15	-17%	
	PTE1P05	KTM99	37%	
	PTE1P06	KTM02	2%	
	PTE1P07	KTM03	-33%	
	PTE1P08	KTM22		
	PTE1P09	KTM04		
	PTE1P10	KTM21	-33%	
	PTE1P11	KTM04		
	PTE1P12	KTM04		
	PTE1P13	KTM20	-30%	
	PTE1P14	KTM21	-45%	
	PTE1P15	KTM21		
PTE2	PTE2P01	KTM08	-7%	
	PTE2P02	KTM13		
	PTE2P03	KTM13	-35%	
	PTE2P04	KTM99	0%	
	PTE2P05	KTM99	53%	65%
PTE3	PTE3P01	KTM05		
	PTE3P02	KTM06	-28%	-7%
	PTE3P03	KTM07		
	PTE3P04	KTM99		
PTE4	PTE4P01	KTM18		
	PTE4P02	KTM20	-40%	
PTE5	PTE5P01	KTM23	0%	
	PTE5P02	KTM24	67%	
	PTE5P03	KTM25		
	PTE5P04	KTM17	-40%	
	PTE5P05	KTM15	13%	-58%
	PTE5P06	KTM24	-17%	
PTE6	PTE6P01	KTM09		
	PTE6P02	KTM10		
	PTE6P03	KTM11	32%	
PTE7	PTE7P01	KTM14	-22%	<-100%
PTE8	PTE8P01	KTM12	-20%	
	PTE8P02	KTM12	-40%	
PTE9	PTE9P01	KTM99	13%	
	PTE9P02	KTM14	73%	<-100%
	PTE9P03	KTM99	50%	
	PTE9P04	KTM99	0%	
	PTE9P05	KTM99	-40%	
	PTE9P06	KTM99		
	PTE9P07	KTM99	-34%	



**Figura 4.17 – Desvio da execução física e financeira das medidas regionais em 2016/2017**

Pela análise da Figura 4.17 conclui-se que os KTM que apresentam maior desvio negativo da execução física são o KTM21, KTM20, KTM13, KTM12, KTM06 e o KTM03 enquanto em termos de desvio positivo são os KTM11, KTM24 e KTM99.

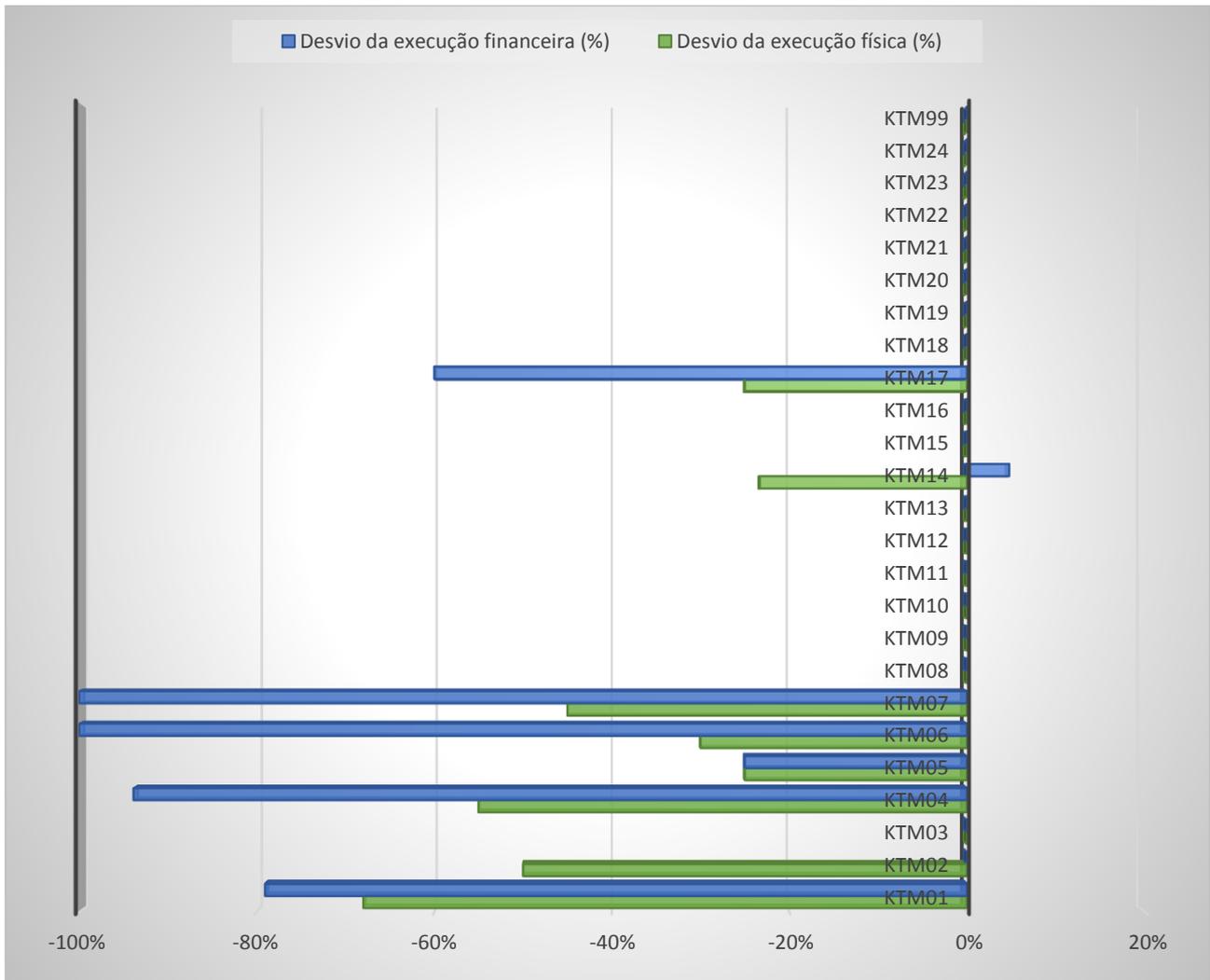
Em relação ao maior desvio negativo da execução financeira são os KTM15 e KTM14 (<-100%) enquanto em termos de desvio positivo é o KTM99.

#### 4.2.1. Medidas específicas

Com base na análise efetuada anteriormente apresenta-se no Quadro 4.16 e na Figura 4.18 o desvio da execução física e financeira das medidas específicas por programa de medidas e respetivo KTM.

**Quadro 4.16 – Desvio da execução física e financeira das medidas específicas por Programa de Medidas e respetivo KTM**

EIXO Código	PROGRAMA DE MEDIDAS Código KTM		<i>Desvio da execução física (%)</i>	<i>Desvio da execução financeira (%)</i>
PTE1	PTE1P01	KTM01	-68%	-79%
	PTE1P02	KTM16		
	PTE1P03	KTM15		
	PTE1P04	KTM15		
	PTE1P05	KTM99		
	PTE1P06	KTM02	-50%	
	PTE1P07	KTM03		
	PTE1P08	KTM22		
	PTE1P09	KTM04	-40%	-92%
	PTE1P10	KTM21		
	PTE1P11	KTM04	-100%	-100%
	PTE1P12	KTM04		
	PTE1P13	KTM20		
	PTE1P14	KTM21		
	PTE1P15	KTM21		
PTE2	PTE2P01	KTM08		
	PTE2P02	KTM13		
	PTE2P03	KTM13		
	PTE2P04	KTM99		
	PTE2P05	KTM99		
PTE3	PTE3P01	KTM05	-25%	-25%
	PTE3P02	KTM06	-30%	-100%
	PTE3P03	KTM07	-45%	-100%
	PTE3P04	KTM99		
PTE4	PTE4P01	KTM18	0%	0%
	PTE4P02	KTM20		
PTE5	PTE5P01	KTM23		
	PTE5P02	KTM24		
	PTE5P03	KTM25		
	PTE5P04	KTM17	-25%	-60%
	PTE5P05	KTM15		
	PTE5P06	KTM24	0%	0%
PTE6	PTE6P01	KTM09		
	PTE6P02	KTM10		
	PTE6P03	KTM11		
PTE7	PTE7P01	KTM14	-8%	7%
PTE8	PTE8P01	KTM12		
	PTE8P02	KTM12		
PTE9	PTE9P01	KTM99		
	PTE9P02	KTM14	-55%	0%
	PTE9P03	KTM99		
	PTE9P04	KTM99		
	PTE9P05	KTM99		
	PTE9P06	KTM99		
	PTE9P07	KTM99		



**Figura 4.18 – Desvio da execução física e financeira das medidas específicas em 2016/2017**

Pela análise da Figura 4.18 conclui-se que os KTM que apresentam maior desvio negativo da execução física são o KTM01, KTM02, KTM04, e o KTM07, não existindo desvios positivos.

Em relação ao maior desvio negativo da execução financeira são os KTM17, KTM07, KTM06, KTM04 e KTM01 enquanto em termos de desvio positivo só surge o KTM14.

### 4.3. Novas medidas e medidas eliminadas

O programa de medidas do 2.º ciclo dos PGRH pode sofrer alterações ao longo de ciclo por diversas razões. Se por um lado podem estar previstas medidas que acabam por não ser implementadas devido a serem definidas outras soluções mais eficientes e apropriadas ou por agregação a outras medidas existentes, por outro podem aparecer novas medidas que não estavam programadas para dar resposta a novos acontecimentos não previstos.

Assim, no Quadro 4.17 apresenta-se as medidas que foram eliminadas ou agregadas a outras medidas do PGRH e a respetiva justificação.

**Quadro 4.17 – Medidas eliminadas ou agregadas**

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipo de medida</i>	<i>Âmbito da medida</i>	<i>Justificação</i>
<b>PTE1P04M02_SUP_RH</b>	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Medida de base	Medida regional	Agregação com a medida PTE1P03M01_SUP_RH - Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas
<b>PTE7P01M08_RH</b>	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Medida suplementar	Medida regional	Agregação com a medida PTE7P01M09_RH - Plataforma de Gestão do PGRH
<b>PTE1P06M05_RH</b>	Adotar modos de produção sustentáveis	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 e não se prevê que haja mais avisos até ao final deste quadro comunitário
<b>PTE1P06M06_RH</b>	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 e não se prevê que haja mais avisos até ao final deste quadro comunitário
<b>PTE3P02M02_SUP_RH</b>	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 para esta região
<b>PTE5P04M01_RH</b>	Promover a conservação do solo	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 para esta região
<b>PTE8P02M01_RH</b>	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 para esta região
<b>PTE7P01M07_RH</b>	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Medida suplementar	Medida regional	Está como Não executada porque houve uma alteração de estratégia relativamente a este assunto.
<b>PTE1P01M18_SUP_RH6</b>	Reabilitação da ETAR de Ervidel, na freguesia de Ervidel, concelho de Aljustrel	Medida suplementar	Medida Específica	A melhor solução técnica encontrada foi a construção de uma nova ETAR para servir Santa Vitória (medida PTE1P01M21_SUP_RH6). Assim, a ETAR de Ervidel já não irá receber os efluentes de Santa Vitória, pelo que a sua reabilitação já não será necessária.

No Quadro 4.18 apresenta-se as novas medidas com atribuição de um código novo e a sua caracterização em termos de entidade responsável, programação física e investimento associado.

**Quadro 4.18 – Medidas novas**

<i>Novo Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Entidade responsável</i>	<i>Programação física</i>	<i>Investimento (mil €)</i>	<i>Justificação</i>
<b>PTE1P01M30_SUP_RH6</b>	Construção da ETAR do Carregueiro	MUNICIPIO DE ALJUSTREL	2016-2018	74,99	A operação configura um investimento com vista à redução da poluição urbana na Ribeira dos Louriçais (massa de água Albufeira do Roxo), no concelho de Aljustrel, bem como uma iniciativa para dotar as populações da localidade do Carregueiro de melhores serviços de SAR. O resultado prático da operação é a substituição de uma solução de SAR ineficiente (fossa séptica), por uma que oferece garantias de qualidade de tratamento de efluentes (ETAR).
<b>PTE1P01M31_SUP_RH6</b>	Construção da ETAR de Aldeia dos Elvas	MUNICIPIO DE ALJUSTREL	2016-2018	90,35	A operação configura um investimento com vista à redução da poluição urbana no Barranco do Vale de Coelheiros (massa de água do Sado), no concelho de Aljustrel, bem como uma iniciativa para dotar as populações da localidade de Aldeia dos Elvas de melhores serviços de SAR. O resultado prático da operação é a substituição de uma solução de SAR ineficiente (fossa séptica), por uma que oferece garantias de qualidade (ETAR).
<b>PTE1P01M32_SUP_RH6</b>	Construção da Estação Elevatória de Águas Residuais do Bairro do Plano	MUNICIPIO DE ALJUSTREL	2017-2018	39,98	A operação configura um investimento com vista à melhoria e aumento do acesso das populações do Bairro do Plano, Aljustrel, a serviços de SAR de elevada qualidade, simultaneamente reduzindo os níveis de poluição das massas de água. O resultado prático da operação é um fecho de rede, por via da construção de uma estação elevatória que permitirá ligar o Bairro do Plano à ETAR de Aljustrel.
<b>PTE1P01M33_SUP_RH6</b>	Ampliação do sistema de drenagem de águas residuais do Castelão - Troviscais	MUNICÍPIO DE ODEMIRA	2017	111,94	Não sendo possível transportar as águas residuais para tratamento adequado por gravidade e ainda por se considerar excessivo a construção de mais uma ETAR, a operação consiste na condução dos efluentes domésticos desde a povoação de troviscais até à sua descarga na rede de drenagem de águas residuais no aglomerado de castelão, o que permitirá a entrega na ETAR do Castelão.
<b>PTE1P01M34_SUP_RH6</b>	Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais da Ribeira da Azenha	MUNICÍPIO DE ODEMIRA	2017-2018	318,53	A operação consta da construção de um sistema de tratamento e drenagem de águas residuais doméstica, que inclui a instalação de 16 coletores com um total 6127 m, 383 m de condutas elevatórias, 84 ramais, 125 caixa de visita, 2 estações elevatórias e 1 Estação de tratamento.
<b>PTE1P01M35_SUP_RH6</b>	ETAR da Aldeia das Amoreiras	MUNICÍPIO DE ODEMIRA	2017-2018	258,32	A operação consta da construção de uma ETAR e da sua ligação à rede existente. A nova ETAR, deslocada em relação à fossa existente o que obrigará à instalação de um coletor e de uma estação elevatória que conduzirá os efluentes desde à aldeia à nova localização, será dotada com um sistema de tratamento de águas residuais composto por um sistema de gradagem, uma fossa séptica tri-compartimentada e duas lagoas de evapotranspiração.
<b>PTE1P01M36_SUP_RH6</b>	Otimização do Sistema de Saneamento de Setúbal	MUNICIPIO DE SETUBAL	2017-2018	2 572,39	A operação visa o fecho da rede de saneamento de Setúbal com a orientação das águas residuais domésticas vindas de certas bacias de Setúbal e Pontes – sistema em baixa - para tratamento apropriado na ETAR de Setúbal – sistema em alta e, em paralelo, a desativação da ETAR de Pontes, cujo tratamento não cumpre as exigências legais e ambientais em vigor por via das limitações inerentes ao seu modo de tratamento.

<i>Novo Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Entidade responsável</i>	<i>Programação física</i>	<i>Investimento (mil €)</i>	<i>Justificação</i>
<b>PTE1P01M37_SUP_RH6</b>	Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas da Azinhaga das Milharadas e da Rua Camilo Castelo Branco	MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA	2017-2018	136,70	A operação configura um investimento com vista à melhoria e aumento do acesso das populações de alguns aglomerados habitacionais no concelho de Grândola a serviços de SAR de qualidade, em quantidade e com continuidade, simultaneamente reduzindo os níveis de poluição das massas de água. O resultado prático é um fecho de rede, por via da extensão da rede de drenagem de águas residuais às zonas abrangidas na presente operação.
<b>PTE1P01M38_SUP_RH6</b>	Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais dos Foros da Caiada	MUNICÍPIO DE ODEMIRA	2017	195,59	A operação consta da construção de um sistema de tratamento e drenagem de águas residuais doméstica, que inclui a instalação de um total 1766 m, 50 ramais, 33 caixas de visita e 1 Estação de tratamento.
<b>PTE1P01M39_SUP_RH6</b>	Construção de ETAR em Conceição	MUNICÍPIO DE OURIQUE	2016-2017	147,02	A Conceição está dotada de um sistema de tratamento de AR primário localizado junto ao Barranco da Rochinha, para onde é drenado todo o efluente. Esta linha de água segundo a APA apresenta uma qualidade da massa de água como “inferior a bom”. De forma a melhorar a qualidade da massa de água e a melhorar o sistema de tratamento de AR o Município de Ourique propõe a construção de uma ETAR de tratamento biológico, pelo processo de lamas ativadas.
<b>PTE1P01M40_SUP_RH6</b>	Drenagem de Águas Residuais de Brejinho de Água	MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA	2017-2018	146,14	A operação configura um investimento com vista à melhoria e aumento do acesso das populações de Brejinho de Água a serviços de SAR de elevada qualidade, simultaneamente reduzindo os níveis de poluição das massas de água. O resultado prático da operação é a construção de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas de raiz, incluindo rede de drenagem e ETAR, para servir as populações locais.
<b>PTE1P01M41_SUP_RH6</b>	Construção de ETAR em Santana da Serra	MUNICÍPIO DE OURIQUE	2018	164,36	Santana da Serra está dotada de um sistema de tratamento de águas residuais primário - fossa séptica, o qual revela mau funcionamento e inadequação, facto que origina poluição urbana e poluição na massa de água afluente. De forma a resolver este problema, propõe-se a construção de uma ETAR, que permitirá tratar as águas residuais da povoação e baseia-se num sistema de tratamento biológico/secundário, pelo processo de lamas ativadas.
<b>PTE1P01M42_SUP_RH6</b>	Construção de ETAR em Grandaços	MUNICÍPIO DE OURIQUE	2018	117,78	A localidade de Grandaços está dotada de um sistema de tratamento de águas residuais primário - fossa séptica, o qual revela mau funcionamento e inadequação, facto que origina poluição urbana e poluição na massa de água afluente. De forma a resolver este problema, propõe-se a construção de uma ETAR, que permitirá tratar as águas residuais da povoação e baseia-se num sistema de tratamento biológico/secundário, pelo processo de lamas ativadas.
<b>PTE3PO2M04_SUP_RH6</b>	Proteção da Albufeira do Roxo	Águas Públicas do Alentejo, S.A.	2018-2019	170,00	Retirada de material orgânico da albufeira do roxo, para evitar degradação da qualidade da água. Promover zonas de deposição de sedimentos nas linhas de água afluentes á albufeira para minimizar o assoreamento do fundo da mesma.

## 5. BALANÇO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DAS MEDIDAS DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO

### 5.1. Análise da execução das medidas por massa de água

As medidas regionais aplicam-se a todas as massas de água da região hidrográfica, com as devidas adaptações face às medidas que estejam em causa. No Quadro 5.1 ilustram-se o número de medidas definidas para cada eixo, as que foram iniciadas e/ou concluídas até 2017 e a percentagem de massas de água com estado inferior a Bom que são abrangidas, que no caso das medidas regionais se aplicam a todas as massas de água. Uma vez que o número total de massas de água nesta região são 238 superficiais e 9 subterrâneas, considerou-se um total de 247 massas de água para todos os eixos exceto os eixos PTE3 e PTE4 que apenas incidem nas massas de água superficiais.

**Quadro 5.1 – Número de massas de água e respetivo estado global abrangidas por medidas regionais**

Eixo de Medida	N.º de medidas	Medidas concluídas e/ou em execução	MA abrangidas	MA Inferior a Bom (2.º ciclo)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	20	16	247	54%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	6	247	54%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	2	238	56%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	0	238	56%
PTE5 – Minimização de riscos	8	5	247	54%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	1	247	54%
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	6	247	54%
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	0	247	54%
PTE9 – Adequação do quadro normativo	8	6	247	54%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>42</b>	<b>247</b>	<b>54%</b>

A relação entre as massas de água e as medidas específicas será mais evidente até porque se destinam às pressões significativas identificadas para cada uma das massas de água.

Assim, para cada medida e com base no número de massas de água abrangidas por essa medida, verificou-se qual a percentagem dessas massas de água com estado Inferior a Bom e qual a taxa de execução dessa medida.

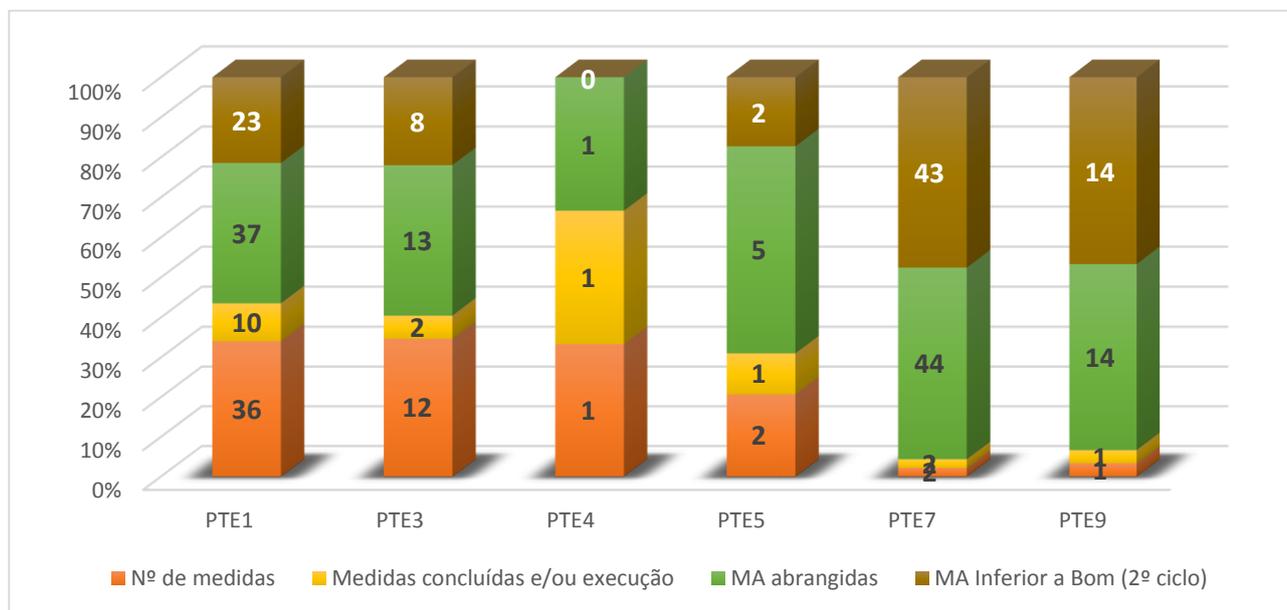
Por outro lado e para cada massa de água, tendo por base o seu estado ecológico e químico, nas águas superficiais, ou o seu estado químico e quantitativo, nas águas subterrâneas, verificou-se quantas medidas específicas existem para aquela massa de água, quantas estão concluídas e a sua taxa de execução.

No Quadro 5.2 e na Figura 5.1 apresentam-se os resultados obtidos quanto à relação entre medidas concluídas e/ou execução e as massas de água abrangidas.

**Quadro 5.2 – Número de massas de água e respetivo estado global abrangidas por medidas específicas**

Eixo de Medida	N.º de medidas	Medidas concluídas e/ou em execução	MA abrangidas	MA Inferior a Bom (2.º ciclo)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	36	10	37	61%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	0	0	0	
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	12	2	13	58%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	1	1	0%
PTE5 – Minimização de riscos	2	1	5	33%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	0	0	0	

Eixo de Medida	N.º de medidas	Medidas concluídas e/ou em execução	MA abrangidas	MA Inferior a Bom (2.º ciclo)
PTE7 – Aumento do conhecimento	2	2	44	99%
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	0	0	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	1	1	14	100%
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>17</b>	<b>114</b>	<b>60%</b>



**Figura 5.1 – Número de massas de água e respetivo estado global por eixo de medida**

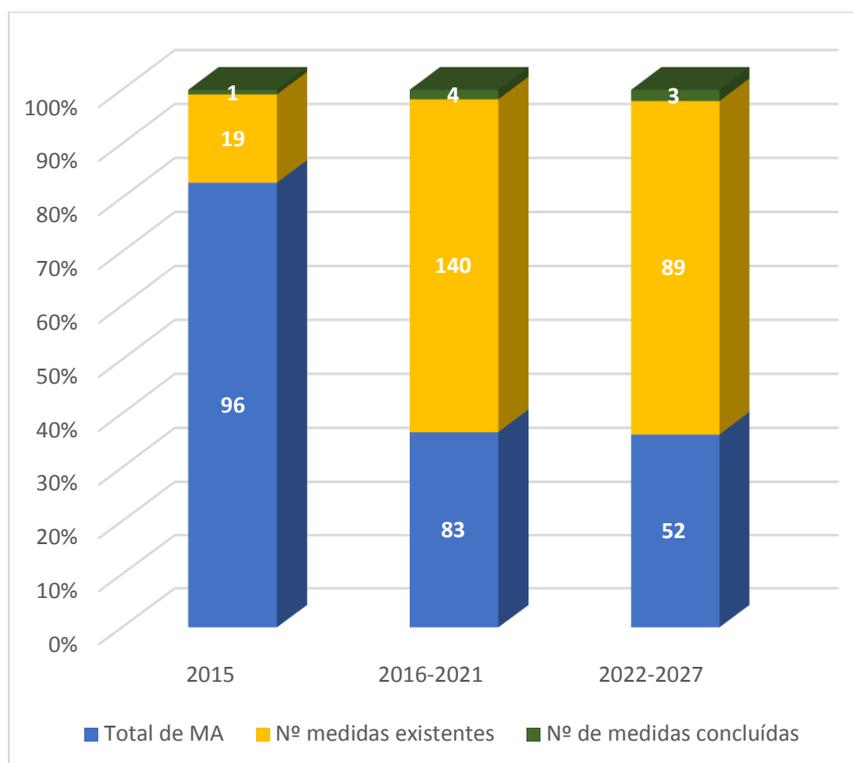
Constata-se que não são os eixos com maior número de medidas que abrangem um maior número de massas de água. Isto deve-se ao facto de determinadas medidas serem mais abrangentes na sua atuação, como é o caso das medidas do eixo PTE7. No eixo PTE1 é onde existem mais medidas e também um maior número de medidas concluídas e/ou execução.

No Quadro 5.3 e na Figura 5.2 apresentam-se a síntese da análise das massas de água superficiais e respetivas medidas específicas por objetivo ambiental.

**Quadro 5.3 – Número de massas de água superficiais por objetivo ambiental e respetivas medidas com a sua taxa de execução**

Objetivo ambiental	Total de MA	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	96	19	1	5%
2016-2021	83	140	4	3%
2022-2027	52	89	3	3%
<b>TOTAL</b>	<b>231</b>	<b>248</b>	<b>8</b>	<b>3%</b>

Nesta análise há que considerar que muitas das medidas específicas abrangem várias massas de água pelo que total de medidas aqui apresentado é uma replicação do número de medidas desta região que são um total de 54. Em termos do número de massas de água aqui não estão contabilizadas as massas de água artificiais.



**Figura 5.2 – Número de massas de água superficiais por objetivo ambiental e respectivas medidas**

O maior número de medidas abrangem as massas de água superficiais com objetivo ambiental 2016-2021, verifica-se que em termos da sua taxa de execução é semelhante para as massas de água com objetivo ambiental 2022-2027, existindo também medidas que abrangem as massas de água superficiais com objetivo ambiental 2015 para manutenção do Bom estado.

No Quadro 5.4 apresentam-se a síntese da análise das massas de água subterrâneas e respectivas medidas específicas por objetivo ambiental.

**Quadro 5.4 – Número de massas de água subterrâneas por objetivo ambiental e respectivas medidas com a sua taxa de execução**

Objetivo ambiental	Total de MA	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	8	9	0	0%
2016-2021	0	0	0	
2022-2027	1	4	1	25%
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>8%</b>

O maior número de medidas abrange as massas de água subterrâneas com objetivo ambiental 2015 para manutenção do Bom estado. Para o caso das massas de água subterrânea existe apenas uma com o objetivo ambiental para 2022-2027, verificando-se que das 4 medidas definidas apenas uma se encontra concluída.

No Anexo III apresenta-se a tabela das massas de água superficiais e subterrâneas abrangidas por medidas específicas (Tabela I), a execução das medidas específicas por massa de água superficial (Tabela J) e por massa de água subterrânea (Tabela K).

## 5.2. Análise custo-eficácia das medidas

A construção do programa de medidas teve em consideração a avaliação económica das medidas potenciais, a caracterização socioeconómica dos agentes envolvidos e o contributo adequado dos diversos sectores económicos de acordo com o princípio do poluidor pagador e do utilizador pagador.

Na análise económica das medidas devem ser considerados os seguintes aspetos:

- Os custos financeiros diretos da implementação da medida bem como os respetivos custos indiretos;
- As questões de equidade na distribuição dos custos não devem servir de critério de eliminação de qualquer medida que se revele mais adequada do ponto de vista da avaliação custo-eficácia;
- Os instrumentos de apoio à implementação das medidas e a perspetiva da sua exequibilidade;
- A distribuição pelos agentes económicos dos custos relativos à implementação das medidas;
- A distribuição de custos, a responsabilidade de cada agente para o não cumprimento dos objetivos ambientais pré-estabelecidos;
- O impacto dos custos das medidas a implementar ao nível de recuperação dos serviços da água.

Estes aspetos, embora fundamentais, são extremamente complexos de determinar e o seu balanço será realizado no final do ciclo de planeamento.

Acresce que a hierarquização das medidas deve ser realizada com base na relação custo/eficácia. Na elaboração do PGRH em vigor esta análise não foi realizada, ficando então o compromisso que a mesma seria apresentada durante avaliação intercalar do Programa de Medidas.

A análise custo-eficácia (ACE) é um instrumento que deve contribuir na identificação e seleção de projetos/ações alternativos (quantificados em termos físicos) para um determinado nível de resultados esperados (objetivos), otimizando os investimentos e custos necessários. Permite a seleção de uma combinação de medidas que consiga, através do menor custo, atingir os objetivos propostos. A eficácia de uma medida é estimada segundo o impacto de redução que a mesma origina sobre os objetivos ambientais, ou seja a distância entre a situação existente e a desejada, igualmente conhecida como “gap analysis”.

A valorização da eficácia de cada medida está assim intimamente relacionada com a finalidade da mesma, distinguindo-se para este efeito as medidas corretivas destinadas a alterar o estado das massas de água e as medidas preventivas destinadas às restantes finalidades, por exemplo, monitorização, fiscalização, licenciamento, sensibilização e informação.

Os aspetos a considerar numa análise de custo eficácia são:

- Custos financeiros de investimento;
- Custos financeiros de operação e manutenção;
- Custos económicos (se aplicável);
- Outros custos relevantes para a implementação da medida;
- Eficácia na redução de pressões.

O ACE é um instrumento obrigatório para a análise de medidas suplementares, e adicionais, que não estejam já previstas para o cumprimento de objetivos ambientais, uma vez que as medidas de base têm carácter obrigatório (exceto nos casos em que a legislação aplicável permita alguma flexibilidade nas soluções a adotar).

As medidas que constam no programa do PGRH foram selecionadas tendo por base a avaliação da sua exequibilidade técnica, e sujeitas a um procedimento de triagem que permitiu identificar as medidas com maior potencial de resolução dos problemas verificados na massa de água. O programa de medidas envolve todas as entidades responsáveis na região pela implementação das medidas, que possam garantir uma evolução positiva do estado das massas de água.

A ACE, de forma a cumprir os seus objetivos, teve em consideração os seguintes passos:

- Identificação das massas de água com estado inferior a bom em 2015;
- Identificação dos parâmetros responsáveis pelo estado inferior a Bom;
- Quantificação do desvio entre estado atual e o bom estado (*GAP analysis*);
- Identificação de medidas técnicas específicas com maior potencial de resolução;
- Avaliação das medidas em termos de eficácia na redução de pressões;
- Quantificação e avaliação dos custos das medidas;
- Elaboração de um ranking das medidas, associado ao custo-eficácia.

Nesta fase em que nem todas as medidas foram iniciadas procurou-se integrar critérios de custo-eficácia na avaliação dos programas de medidas e na identificação de medidas prioritárias, estabelecendo-se combinações de medidas com a melhor relação custo-eficácia, tendo em conta a sua viabilidade técnica e financeira.

Para esta análise, foram definidas prioridades em termos temporais tendo em conta os seguintes aspetos:

- Eficácia de cada medida – representado através do Índice de Prioridade de Implementação (IPI), cuja definição se apresenta no Quadro 5.5;
- Interdependência entre medidas/ações;
- Custos financeiros de investimento;
- Potenciais fontes de financiamento.

O referido Índice de Prioridade de Implementação (IPI) está associado à eficácia e pertinência de cada medida e serve de suporte à análise custo-eficácia. O cálculo deste índice baseou-se na classificação de cada medida segundo uma série de parâmetros e respetivas escalas (Quadro 5.5).

**Quadro 5.5 – Parâmetros considerados no Índice de Prioridade de Implementação (IPI)**

Parâmetro	Descrição e escala
P1 - Tipologia de medidas e relação com o estado da massa de água	<p>Considerando as tipologias de medidas definidas, base e suplementares, as massas de água associadas a cada medida bem como a distinção entre medidas regionais (de abrangência a toda a bacia) e específicas foram atribuídos pesos de 1 a 5 repartidos da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Medidas de Base específicas a implementar em massas de água com Estado inferior a Bom – <b>Pontuação 5</b></li> <li>• Medidas de Base específicas a implementar em massa de água com Estado Bom ou Superior – <b>Pontuação 4</b></li> <li>• Medidas de Base regionais a implementar em todas as massas de água – <b>Pontuação 4</b></li> <li>• Medidas Suplementares específicas a implementar em massas de água com Estado inferior a Bom – <b>Pontuação 3</b></li> <li>• Medidas Suplementares regionais a implementar em todas as massas de água – <b>Pontuação 2</b></li> <li>• Medidas Suplementares específicas a implementar em massa de água com Estado Bom ou Superior - <b>Pontuação 1</b></li> </ul>

Parâmetro	Descrição e escala																																																				
P2 – Zonas protegidas associadas à massas de água	<p>Existência de regimes de proteção associados às massas de água abrangidas pela medida (numa escala de:1 a 3)</p> <p><b>Pontuação 1</b> – massa de água que não está associada a zona protegida;</p> <p><b>Pontuação 2</b> – massa de água associada a zona protegida, exceto zonas protegidas para abastecimento público, zonas vulneráveis ou zonas sensíveis;</p> <p><b>Pontuação 3</b> – massa de água associada a zona protegida para abastecimento público, zona vulnerável ou zona sensível.</p>																																																				
P3 -Distância ao objetivo ambiental	<p>No caso de medidas diretamente associadas ao cumprimento de objetivos ambientais de massas de água, avaliar a distância do Estado atual para o Estado a atingir. É atribuída uma valorização de acordo com as tabelas seguintes.</p> <p>Massas de água superficiais</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Estado atual</th> <th colspan="5">Estado atingir</th> </tr> <tr> <th>Mau</th> <th>Medíocre</th> <th>Razoável</th> <th>Bom</th> <th>Excelente</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th>Mau</th> <td>0</td> <td>4</td> <td>8</td> <td>10</td> <td>10,5</td> </tr> <tr> <th>Medíocre</th> <td></td> <td>0</td> <td>4</td> <td>6</td> <td>6,5</td> </tr> <tr> <th>Razoável</th> <td></td> <td></td> <td>0</td> <td>4</td> <td>4,5</td> </tr> <tr> <th>Bom</th> <td></td> <td></td> <td></td> <td>3</td> <td>3,5</td> </tr> <tr> <th>Excelente</th> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>0,5</td> </tr> </tbody> </table> <p>Massas de água subterrâneas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Estado atual</th> <th colspan="2">Estado a atingir</th> </tr> <tr> <th>Medíocre</th> <th>Bom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th>Medíocre</th> <td>0</td> <td>6</td> </tr> <tr> <th>Bom</th> <td></td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table> <p>No caso de medidas de caráter estratégico ou operacional que não incidem diretamente no cumprimento de objetivos ambientais para as massas de água (e.g. quadro institucional, económico, legislativo ou outro), este estado reporta-se à situação considerada desejável para o assunto em análise, traduzindo-se a pontuação no grau de contributo da medida para atingir os respetivos objetivos estratégicos ou operacionais.</p>	Estado atual	Estado atingir					Mau	Medíocre	Razoável	Bom	Excelente	Mau	0	4	8	10	10,5	Medíocre		0	4	6	6,5	Razoável			0	4	4,5	Bom				3	3,5	Excelente					0,5	Estado atual	Estado a atingir		Medíocre	Bom	Medíocre	0	6	Bom		3
Estado atual	Estado atingir																																																				
	Mau	Medíocre	Razoável	Bom	Excelente																																																
Mau	0	4	8	10	10,5																																																
Medíocre		0	4	6	6,5																																																
Razoável			0	4	4,5																																																
Bom				3	3,5																																																
Excelente					0,5																																																
Estado atual	Estado a atingir																																																				
	Medíocre	Bom																																																			
Medíocre	0	6																																																			
Bom		3																																																			
P4 - Eficácia	<p>Classificação da medida relativamente ao seu contributo (para redução das pressões / melhoria da qualidade) ao nível das seguintes domínios:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Estado Ecológico</li> <li>2 - Estado Químico</li> <li>3 - Estado Quantitativo</li> <li>4 - Recuperação custos</li> <li>5 - Gestão riscos</li> <li>6 - Conhecimento e Governança</li> <li>7 - Uso Eficiente da água</li> </ol>																																																				

Parâmetro	Descrição e escala
	<p>Para cada um dos temas indicados é avaliado o impacto que a medida pode ter classificando da seguinte forma:</p> <p>Contributo reduzido = <b>Pontuação 1</b>; Contributo médio = <b>Pontuação 2</b>; Contributo elevado = <b>Pontuação 3</b>; quando não for expectável que a medida produza algum impacte = <b>Pontuação 0</b>.</p> <p>O P4 - Eficácia é calculado a partir do somatório das classificações de cada um dos domínios de 1 a 7. Varia entre um máximo de 21 e um mínimo de 0</p>

<b>Índice de Prioridade de Implementação (IPI)</b>	<b><math>IPI = P1</math> (prioridade de tipologia medidas) x <math>P2</math> (zonas protegidas associados à massas de água) x <math>P3</math> (distância ao objetivo ambiental) x <math>P4</math> (Eficácia)</b>
--	--

Após o cálculo de Índice de Prioridade de Implementação (IPI) por medida são adicionados os respetivos custos, tendo-se calculado o rácio custo eficácia com o objetivo de obter informação que auxilie o processo de programação e implementação das medidas.

Todas as medidas de Base são, à partida, incluídas na classe de prioridade mais elevada, pela sua própria natureza e objetivos associados. De igual modo, as medidas que já se encontrem atualmente em implementação, ou que não tenham custos associados, assumem igualmente um carácter de prioridade elevada.

Esta análise permite racionalizar os investimentos a realizar, sendo possível identificar que não são as medidas com maior IPI que obtêm o melhor rácio custo-eficácia. Assim, é igualmente possível identificar eventuais custos desproporcionados, ou seja, a necessidade de investimento para implementar a medida não é compensada de forma “proporcional” pelo seu nível de eficácia, tornando outras medidas mais prioritárias para atuar sobre os problemas identificados.

### **Medidas Regionais**

Da aplicação da metodologia anteriormente apresentada às medidas regionais foram obtidos os resultados ilustrados nos Quadro 5.6 e Quadro 5.7, que representam, respetivamente, os valores associados às medidas regionais de base e às medidas regionais suplementares, para o IPI e o custo/eficácia, relativos aos custos de investimento retificados nesta avaliação intercalar e excluindo as medidas que não vão ser executadas.

Atendendo a que as medidas regionais podem abranger todas as massas de água da região, ou todas as massas de água superficiais ou todas as massas de água subterrâneas, o cálculo dos parâmetros P2 e P3 do Índice de Prioridade de Implementação (IPI) para cada uma das medidas, resulta do somatório das ponderações, realizadas massa de água a massa de água, dividido pelo número total de massas de água, conforme o universo que esteja envolvido.

As medidas de base são por si só prioritárias, no entanto a aplicação desta metodologia permite avaliar a relação da eficácia com o custo e a hierarquização entre as diferentes medidas de base regionais definidas. No entanto, como para grande parte das medidas não foram associados custos de investimento, pois muitas destas medidas têm atividades associadas aos serviços da administração (ações de licenciamento, fiscalização, inventários, entre outros), não sendo possível avaliar ainda nesta fase os custos associados à sua

implementação pelos utilizadores dos recursos hídricos, não é possível calcular o custo/eficácia. As medidas associadas à monitorização e ao licenciamento são as que apresentam um IPI mais elevado.

**Quadro 5.6 – Medidas regionais de base: resultados da análise custo-eficácia**

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	0 €	296	-
PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	0 €	247	-
PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	0 €	296	-
PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	0 €	370	-
PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	0 €	444	-
PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	0 €	370	-
PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	0 €	395	-
PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	0 €	321	-
PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	0 €	296	-
PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	0 €	286	-
PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	10 727 €	286	38 €
PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição acidental que podem provocar contaminação de águas balneares	0 €	286	-
PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	32 390 €	395	82 €
PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	0 €	321	-
PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	0 €	321	-
PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	2 945 €	321	9 €
PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	236 407 €	214	1 103 €
PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	11 224 €	191	59 €
PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	57 697 €	296	195 €
PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	91 193 €	286	319 €
PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	2 742 €	444	6 €
PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	0 €	346	-

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	24 351 €	310	79 €
PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	0 €	346	-

Para as medidas regionais suplementares os valores máximos do IPI estão relacionados com as ações que incidem sobre as águas subterrâneas, atendendo que é um recurso estratégico e associado ao abastecimento dos pequenos aglomerados. Em termos de custo/eficácia, calculado para as medidas com investimentos associados, a gestão de riscos nas zonas costeiras são as que obtêm um rácio mais elevado. O elevado investimento penaliza o seu rácio custo-eficácia, contudo, é uma medida associada à proteção de pessoas e bens no âmbito da estratégia de adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

**Quadro 5.7 – Medidas regionais suplementares: resultados da análise custo-eficácia**

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	447 663 €	222	2 015 €
PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	29 772 €	222	134 €
PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	0 €	160	-
PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	0 €	173	-
PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	0 €	136	-
PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	0 €	222	-
PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	0 €	210	-
PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	0 €	179	-
PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	0 €	167	-
PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	258 896 €	185	1 398 €
PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	0 €	185	-
PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	0 €	210	-
PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	0 €	241	-
PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	0 €	259	-
PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	2 300 €	278	8 €
PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	0 €	296	-
PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	0 €	131	-

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	0 €	210	-
PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	0 €	222	-
PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	11 284 €	222	51 €
PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAA-RH)	0 €	222	-
PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição acidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	0 €	222	-
PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	239 580 €	167	1 437 €
PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	34 463 €	197	175 €
PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	0 €	296	-
PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	41 044 €	111	369 €
PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	461 538 €	107	4 307 €
PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	0 €	148	-
PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	0 €	74	-
PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	0 €	123	-
PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	0 €	197	-
PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	0 €	202	-

### Medidas específicas

O mesmo exercício foi realizado para as medidas específicas. Os resultados ilustrados nos Quadro 5.8 e Quadro 5.9 representam, respetivamente, os valores associados às medidas específicas de base e as medidas específicas suplementares, do cálculo do IPI e do custo/eficácia, face aos custos de investimento retificados nesta avaliação intercalar e excluindo as medidas que não vão ser executadas e excluindo as medidas que não vão ser executadas.

As medidas que apresentam um valor mais elevado de IPI são as que estão associadas à implementação do regime de caudais ecológicos nas grandes barragens e apresentam um rácio de eficácia muito interessante. Os IPI associados PTE1, com objetivo de diminuir as cargas rejeitadas, apresentam um IPI elevado mas um maior rácio custo/eficácia. O elevado investimento relacionado penaliza o seu rácio custo/eficácia, no entanto grande parte estão relacionados com o cumprimento da diretiva das águas residuais urbanas.

**Quadro 5.8 – Medidas específicas de base: resultados da análise custo-eficácia**

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P01M03_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Ribeira de Moinhos, na freguesia e concelho de Sines	5 500 000 €	384	14 323 €
PTE1P01M04_SUP_RH6	Conceção e Construção da ETAR de Grândola e Sistema Intercetor de Grândola, na freguesia e concelho de Grândola	3 958 000 €	480	8 246 €
PTE1P01M06_SUP_RH6	Nova ETAR de S. Teotónio e Sistema Elevatório, na freguesia de S. Teotónio e concelho de Odemira	1 734 000 €	384	4 516 €
PTE1P01M11_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Almogrove/Longueira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	160 000 €	384	417 €
PTE1P01M13_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Odemira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	200 000 €	384	521 €
PTE1P01M14_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Zambujeira do Mar, na freguesia de Zambujeira do Mar, concelho de Odemira	30 000 €	384	78 €
PTE3P03M01_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odivelas, Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas, na freguesia de Odivelas, concelho de Ferreira do Alentejo	300 000 €	960	313 €
PTE3P03M02_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Pego do Altar, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Santa Susana, concelho de Alcácer do Sal	300 000 €	640	469 €
PTE3P03M03_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Vale do Gaio, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	300 000 €	800	375 €
PTE3P03M05_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Fonte Serne, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	300 000 €	192	1 563 €
PTE3P03M06_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Monte da Rocha, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, freguesia e concelho de Ourique	300 000 €	384	781 €
PTE3P03M07_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Santa Clara, Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	300 000 €	480	625 €
PTE3P03M08_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Corte Brique, Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	300 000 €	240	1 250 €
PTE3P03M04_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Campilhas, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto-Sado, nas freguesias de Cercal e S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	300 000 €	800	375 €
PTE3P03M09_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico das Barragens de Monte Gato e Monte Miguéis, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de Conceição, concelho de Ourique e Freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel	600 000 €	256	2 344 €
PTE1P11M01_SUP_RH6	Remoção de lamas na ribeira do Roxo a Jusante da Barragem do Roxo, na freguesia e concelho de Aljustrel	50 000 €	560	89 €
PTE1P01M25_SUP_RH6	Construção da Nova ETAR de Ferreira do Alentejo, na freguesia e concelho de Ferreira do Alentejo	972 624 €	480	2 026 €

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P01M26_SUP_RH6	Reformulação do Sistema de Drenagem e Tratamento de Faralhão, na freguesia de Sado, concelho de Setúbal	405 439 €	640	633 €

Para as medidas específicas suplementares os valores máximos do IPI estão associados às ações que incidem sobre o eixo de medidas PTE1, relativo à redução ou eliminação de cargas poluentes, com valores de custo/eficácia elevados.

**Quadro 5.9 – Medidas específicas suplementares: resultados da análise custo-eficácia**

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P01M02_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Vila Alva, na freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba	600 000 €	576	1 042 €
PTE1P01M05_SUP_RH6	Remodelação do Tratamento secundário da ETAR de Senhora de Aires - Viana do Alentejo, na freguesia e concelho de Viana do Alentejo	401 000 €	192	2 089 €
PTE1P01M10_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Boa Vista dos Pinheiros, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	160 000 €	384	417 €
PTE1P01M12_SUP_RH6	Construção de EE e conduta de ligação da Mimosa à ETAR de Alvalade, na freguesia de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém	398 000 €	960	415 €
PTE1P01M15_SUP_RH6	Construção de nova ETAR de Ermidas do Sado, na freguesia de Ermidas do Sado, no concelho de Santiago do Cacém	1 200 000 €	576	2 083 €
PTE1P01M16_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Torrão, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	77 650 €	192	404 €
PTE1P01M17_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Beringel, na freguesia de Beringel, concelho de Beja	150 000 €	480	313 €
PTE1P01M19_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Comporta, na freguesia da Comporta, concelho de Alcácer do Sal	1 028 000 €	96	10 708 €
PTE1P01M20_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de São Luís/Odemira, na freguesia de São Luís, concelho de Odemira	1 300 000 €	96	13 542 €
PTE1P01M21_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Santa Vitória, na freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja	950 000 €	384	2 474 €
PTE1P01M22_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Penedo Gordo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	1 000 000 €	480	2 083 €
PTE1P01M23_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Escoural, na freguesia do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo	500 000 €	96	5 208 €
PTE1P01M08_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Alcáçovas - Zona Sul, na freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo	0 €	48	-
PTE3P02M03_SUP_RH6	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água, na região hidrográfica do Sado e do Mira	1 000 000 €	85,26	11 729 €
PTE1P01M24_SUP_RH6	Empreitada do Sistema de Saneamento do Concelho de Portel - Conceção, Construção/Reabilitação das ETAR do Concelho de Portel das Estações Elevatórias e dos Sistemas Intercetoras (Santana, São Bartolomeu do Outeiro)	0 €	144	-
PTE7P01M09_SUP_RH6	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Sado e do Mira	50 000 €	55,35	903 €
PTE1P01M01_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Cabrela, na freguesia de Cabrela, concelho de Montemor-o-Novo	70 000 €	384	182 €

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P01M28_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Sabóia, na freguesia de Sabóia, concelho de Odemira	250 000 €	576	434 €
PTE1P01M29_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Colos-Cerca do Montado, na freguesia de Colos, concelho de Odemira	250 000 €	48	5 208 €
PTE1P01M07_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Montes Velhos, na freguesia de São João de Negrilhos, concelho de Aljustrel	100 000 €	384	260 €
PTE1P01M09_SUP_RH6	Construção de EE e emissário para ligação ao sistema interceptor Melides-Praia, na freguesia de Melides, concelho de Santiago do Cacém	516 000 €	384	1 344 €
PTE1P01M27_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Canal Caveira, na freguesia e concelho de Grândola	60 000 €	48	1 250 €
PTE3P01M02_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco da Casa Branca associado à demolição da barragem do Peneireiro, na freguesia e concelho de Alvito	15 000 €	168	89 €
PTE3P01M03_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço da ribeira da Chaminé, afluente da ribeira do Outeiro associado à demolição da barragem da Misericórdia, na união de freguesias de Santiago Maior e S. João Batista, concelho de Beja	15 000 €	420	36 €
PTE1P12M01_SUP_RH6	Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal, na freguesia de Azinheira de Barros e S. Mamede do Sádio, concelho de Grândola	262 500 €	192	1 367 €
PTE1P12M02_SUP_RH6	Recuperação Hidrológico-Ambiental da Área Mineira de Aljustrel, na freguesia e concelho de Aljustrel	1 050 000 €	384	2 734 €
PTE4P01M01_SUP_RH6	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Região Hidrográfica do Sado e do Mira	500 000 €	67,65	7 391 €
PTE9P02M03_SUP_RH6	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Sado e do Mira	0 €	332,31	-
PTE1P06M09_SUP_RH6	Proteção da qualidade da água da Albufeira do Pisão	710 000 €	153	4 641 €
PTE5P04M02_RH6	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do Sado e do Mira	300 000 €	53,3	5 629 €
PTE7P01M10_RH6	Implementação do Plano de Monitorização de Recursos Hídricos da Zona Industrial e Logística de Sines, concelhos de Sines e Santiago do Cacém	125 000 €	495	253 €
PTE5P06M02_SUP_RH6	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe	30 000 €	312	96 €
PTE7P01M09_SUP_RH6	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Sado e do Mira	50 000 €	36	1 389 €
PTE1P09M01_SUB_RH6	Remediação da Massa de Água Subterrânea Sines Zona Sul - Ação Lote 2E1, concelho de Sines	500 000 €	864	579 €
PTE1P09M03_SUB_RH6	Recuperação Ambiental do Aterro da Sanchinha, na freguesia de Santo André, Concelho de Santiago do Cacém	1 000 000 €	864	1 157 €

### 5.3. Identificação dos principais obstáculos

Ao longo deste processo foram várias as dificuldades sentidas para a sistematização da informação necessária à realização desta avaliação intercalar. Destes importa salientar a identificação das entidades responsáveis por determinadas medidas e a obtenção da informação necessária à sua avaliação.

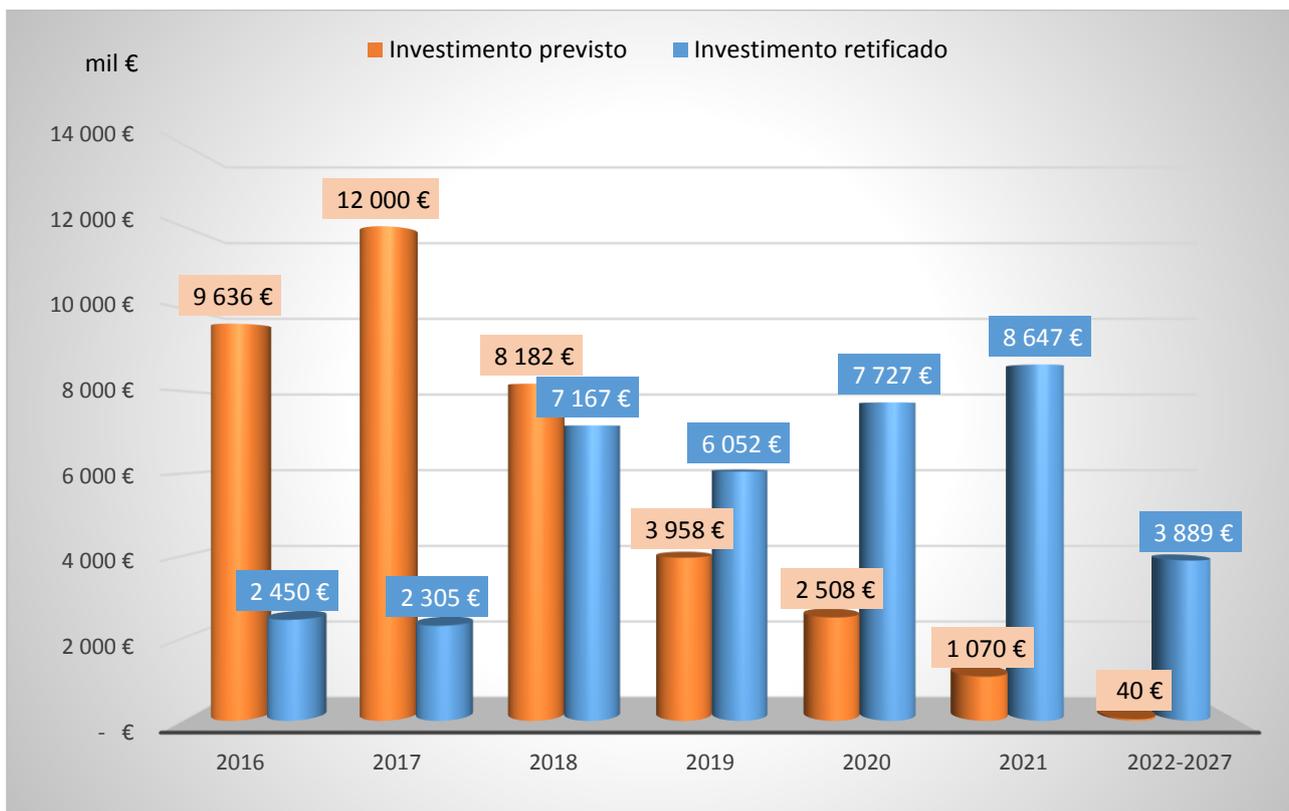
No seio das entidades nem sempre é fácil obter um ponto focal que faça a ligação entre todos os assuntos que são da competência dessa entidade, integrados nas medidas definidas. Esta necessidade de sistematizar todos os dados e realizar o seu tratamento para obter a informação necessária, que permita avaliar o ponto de situação de implementação das medidas, nem sempre é linear porque, ou essa informação não foi recolhida ou a quando existe a sua disponibilização nem sempre é fácil, pois não está sistematizada de forma a dar resposta ao pretendido.

O cálculo dos indicadores de acompanhamento das medidas foi uma dificuldade acrescida pois ao não se conhecer o universo da informação dificilmente se consegue definir o que falta fazer, para calcular a implementação completa das medidas. Esta realidade levou a que muitos dos indicadores definidos no PGRH tivessem de ser alterados, para que se pudesse ter informação do grau de execução das medidas. Assim, muitas vezes, a opção foi utilizar a execução física como indicador da implementação da medida.

Em termos da programação física e financeira constatou-se que uma grande percentagem das medidas foram adiadas por razões várias, nomeadamente:

- ✓ Medidas que estão dependentes de outras medidas cuja responsabilidade é de outras entidades e que não podem avançar sem estas estarem concretizadas;
- ✓ Dificuldades de contratação, por falta de concorrentes aos concursos lançados, o que provoca atrasos na realização física das medidas;
- ✓ Medidas que estavam dependentes da comparticipação de fundos comunitários para a sua execução, mas para as quais não houve abertura de avisos ou as candidaturas não eram elegíveis ou não foram aprovadas por razões várias;
- ✓ Otimismo na programação física das medidas nos PGRH e que depois na realidade os orçamentos de investimento e as dificuldades anteriormente referidas não permitem a sua implementação nos prazos planeados.

Na Figura 5.3 apresenta-se uma comparação por ano dos investimentos que estavam previstos no PGRH e os investimentos retificados nesta avaliação intercalar.



**Figura 5.3 – Investimento previsto e retificado por ano**

Verifica-se que de facto existe um desfasamento anual entre o investimento previsto e o retificado demonstrando que o maior investimento estava previsto para os primeiros anos mas que o investimento retificado recai mais sobre os anos finais do 2.º ciclo. Nesta sequência existe a necessidade de uma reprogramação física e financeira face ao conhecimento atual do ponto de situação da implementação das medidas.

Acréscimo que este aspeto vai dificultar a avaliação da eficácia das medidas para o atingir os objetivos ambientais das massas de água durante a elaboração dos planos do 3.º ciclo

## **6. ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS NA SEGUNDA METADE DO 2.º CICLO DO PLANO (2018-2021)**

Com base neste exercício de levantamento da informação para conhecimento do ponto de situação da implementação das medidas foram criados procedimentos que vão permitir agilizar o seguimento da implementação das medidas, preferencialmente com avaliações anuais, essenciais para o processo de planeamento do 3.º ciclo.

Há que lembrar que esta avaliação intercalar recai sobre os anos de 2016 e 2017, ou seja, praticamente um ano e meio depois da aprovação do PGRH, sendo um prazo muito curto para que se consiga antever os resultados da execução das medidas que estão ainda numa fase muito incipiente. No entanto, esta avaliação intercalar permitiu ver tendências, corrigir desvios, redefinir as prioridades com base numa análise custo-eficácia e perceber onde estão os maiores constrangimentos quer na implementação das medidas quer na obtenção da informação necessária ao seu acompanhamento.

Um dos aspetos cruciais deste exercício é como incentivar a entidade responsável para a necessidade de implementar as medidas sob a sua responsabilidade. Para tal, é necessário uma maior sensibilização para este compromisso que passa pela participação ativa das entidades com assento no CRH para que haja um maior envolvimento na avaliação da implementação das medidas e por se dar início à Comissão Interministerial de Coordenação da Água, que foi criada aquando da aprovação do Plano Nacional da Água.

A programação física e financeira com esta revisão intercalar está mais realista e sustentada pelas entidades responsáveis pelas medidas, o que permite reunir condições mais favoráveis para um melhor cumprimento da sua calendarização física e financeira.

Uma questão que terá que ser analisada no próximo exercício de planeamento, ou seja no 3.º ciclo do PGRH, é se a massa de água vai atingir o bom estado com as medidas previstas e se será necessário implementar mais medidas para se atingir os objetivos ambientais.



## Anexo I – Medidas regionais

Tabela A – Entidades responsáveis

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM16	PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	Medida suplementar	Agroindustriais
KTM16	PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	Medida suplementar	Agropecuários
KTM15	PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM15	PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM15	PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	Medida de base	Agropecuários Entidades Gestoras do Setor Urbano Industriais
KTM99	PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	Medida suplementar	Direção Regional de Agricultura e Pescas
KTM99	PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM02	PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	Medida suplementar	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM02	PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	Medida de base	Agricultores
KTM02	PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	Medida suplementar	Agricultores
KTM02	PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	Medida de base	Agricultores
KTM02	PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	Medida suplementar	Agricultores
KTM02	PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	Medida suplementar	Agricultores
KTM02	PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	Medida suplementar	Agropecuários
KTM02	PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	Medida de base	Ministério do Ambiente e Transição Energética Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
KTM03	PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	Medida de base	Agricultores

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM21	PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	Medida suplementar	Proprietários
KTM20	PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	Medida suplementar	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
KTM21	PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	Medida suplementar	Entidades gestoras dos sistemas de tratamento de águas residuais
KTM08	PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	Medida suplementar	Agricultores
KTM08	PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM08	PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	Medida suplementar	Entidades gestoras dos sistemas de tratamento de águas residuais Agência Portuguesa do Ambiente
KTM13	PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM13	PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente Entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água
KTM99	PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM06	PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	Medida suplementar	Agricultores
KTM06	PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM06	PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM20	PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	Medida suplementar	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
KTM23	PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	Medida suplementar	Agricultores
KTM23	PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	Medida suplementar	Agricultores
KTM24	PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAAAC-RH)	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM17	PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	Medida suplementar	Agricultores
KTM15	PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição acidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM15	PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição acidental que podem provocar contaminação de águas balneares	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM15	PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM24	PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM09	PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	Medida de base	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
KTM11	PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	Medida de base	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM14	PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	Medida suplementar	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM14	PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM12	PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM12	PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	Medida suplementar	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural Direção Regional de Agricultura e Pescas
KTM99	PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	Medida suplementar	Ministério do Ambiente e Transição Energética
KTM99	PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	Medida de base	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
KTM99	PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	Medida de base	Câmaras Municipais
KTM99	PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente

**Tabela B – Execução física das medidas regionais**

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM16	PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	2016 - 2020	40%		48%	8%	Em execução
KTM16	PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	2016 - 2020	40%		50%	10%	Em execução
KTM15	PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	2016 - 2021	33%		51%	18%	Em execução
KTM15	PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	2016 - 2019	50%	2017-2019	50%	0%	Em execução
KTM15	PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	2016 - 2021	33%		0%	-33%	Em execução
KTM99	PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	2016 - 2020	40%	2016-2021	16%	-24%	Executada em contínuo
KTM99	PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	2016 - 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM99	PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	2016 - 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	2016	100%	2016-2017	100%	0%	Executada
KTM02	PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	2016 - 2020	40%	2016-2021	100%	60%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	2016 - 2021	33%		33%	0%	Em execução
KTM02	PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	2016 - 2021	33%		10%	-23%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM02	PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada
KTM02	PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	2016 - 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	2017 - 2019	32%		20%	-12%	Em execução
KTM03	PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	2016 - 2021	33%	2016-2023	0%	-33%	Adiada
KTM21	PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	2016 - 2021	33%		0%	-33%	Não executada
KTM20	PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	2016 - 2020	40%		10%	-30%	Em execução
KTM21	PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	2016 - 2018	65%	2016-2021	20%	-45%	Em execução
KTM08	PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	2016 - 2020	40%		21%	-19%	Em execução
KTM08	PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	2017 - 2021	20%		20%	0%	Em execução
KTM08	PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	2016 - 2021	33%	2017-2019	30%	-3%	Em execução
KTM13	PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	2017 - 2021	20%	2018-2021	0%	-20%	Adiada
KTM13	PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	2016 - 2019	50%	2016-2021	0%	-50%	Adiada
KTM99	PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	2016 - 2021	33%		33%	0%	Executada em contínuo
KTM99	PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	2016 - 2020	40%	2015-2017	100%	60%	Executada
KTM99	PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	2016 - 2021	30%	2017-2027	75%	45%	Em execução
KTM06	PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada
KTM06	PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	2016 - 2017	50%	2016-2020	30%	-20%	Em execução

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM06	PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	2017 - 2019	35%	2017-2020	10%	-25%	Em execução
KTM20	PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	2016 - 2020	40%	2019-2021	0%	-40%	Adiada
KTM23	PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	2016 - 2020	40%		40%	0%	Em execução
KTM23	PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	2016 - 2020	40%		40%	0%	Em execução
KTM24	PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAA-RH)	2016 - 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM17	PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada
KTM15	PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição accidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	2016 - 2021	30%		100%	70%	Executada em contínuo
KTM15	PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental que podem provocar contaminação de águas balneares	2017 - 2021	20%	2022-2027	0%	-20%	Não executada neste ciclo
KTM15	PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	2017 - 2019	32%	2015-2021	20%	-12%	Em execução
KTM24	PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	2016 - 2020	17%	2019-2021	0%	-17%	Adiada
KTM09	PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	2018 - 2020	0%	2018-2019	0%		Por executar
KTM11	PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	2017 - 2018	50%		82%	32%	Em execução
KTM14	PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	2016 - 2020	40%	2016-2021	100%	60%	Executada em contínuo
KTM14	PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	2016 - 2020	40%		25%	-15%	Em execução
KTM14	PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	2016 - 2021	33%		33%	0%	Em execução
KTM14	PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	2017 - 2020	25%	2019	0%	-25%	Adiada
KTM14	PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	2016 - 2017	100%	2016-2019	40%	-60%	Em execução
KTM14	PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	2017 - 2020	25%	2015-2021	30%	5%	Em execução
KTM14	PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	2017 - 2021	20%		0%	-20%	Não executada

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM14	PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	2016 - 2021	33%	2018-2021	0%	-33%	Adiada
KTM14	PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	2017 - 2019	30%	2019-2020	0%	-30%	Adiada
KTM14	PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	2017	100%	2017-2020	2%	-98%	Em execução
KTM12	PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	2017 - 2021	20%	2018-2020	0%	-20%	Adiada
KTM12	PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada
KTM99	PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	2016 - 2027	20%	2016-2021	33%	13%	Executada em contínuo
KTM14	PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	2016 - 2021	33%	2015-2018	99%	66%	Em execução
KTM14	PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	2017 - 2021	20%	2015-2017	100%	80%	Executada
KTM99	PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	2017 - 2018	50%	2016	100%	50%	Executada
KTM99	PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	2017 - 2021	20%		20%	0%	Em execução
KTM99	PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	2016 - 2020	40%	2018-2021	0%	-40%	Adiada
KTM99	PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	2016 - 2020	40%		40%	0%	Em execução
KTM99	PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	2016 - 2018	68%	2018-2021	50%	-18%	Adiada

Tabela C – Execução financeira das medidas regionais

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
KTM16	PTE1P02M01_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	448	310	138	215	149	66		448		
KTM16	PTE1P02M02_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	30	17	13	15	9	6		30		
KTM15	PTE1P03M01_SUP_RH	75	25	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	75		0
KTM15	PTE1P04M01_RH	50	26	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	50		0
KTM15	PTE1P04M02_SUP_RH	75	25	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	75		0
KTM99	PTE1P05M01_RH	0	0	Privado Empresas Públicas Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE1P05M02_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE1P05M03_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M01_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M02_RH	0	0	Privado Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M03_RH	0	0	Privado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M04_RH	0	0	Privado Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M05_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M06_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M08_RH	0	0	Privado Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M10_RH	25	8	Orçamento do Estado Fundo Ambiental	-	-	-	-	-	-	-100%	25		0
KTM03	PTE1P07M01_RH	0	0	Privado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM21	PTE1P10M01_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM20	PTE1P13M01_SUP_RH	20	8	PO MAR 2020 Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	20		0
KTM21	PTE1P14M01_SUP_RH	0	0	Empresas Municipais	-	-	-	-	-	-		-		
KTM08	PTE2P01M01_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	259	39	220	31	5	26		259		
KTM08	PTE2P01M02_RH	20	4	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	20		0
KTM08	PTE2P01M13_SUP_RH	80	28	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	80		0
KTM13	PTE2P03M01_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM13	PTE2P03M02_SUP_RH	50	25	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	50		0
KTM99	PTE2P04M01_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE2P05M01_SUB_RH	20	7	Orçamento do Estado	2	2	-	2	2	-	-89%	18	65%	1
KTM99	PTE2P05M02_SUB_RH	20	6	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	20		0
KTM06	PTE3P02M02_SUP_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM06	PTE3P02M26_SUP_RH	30	30	Orçamento do Estado Fundo Ambiental	-	-	-	-	-	-	-100%	30		0
KTM06	PTE3P02M34_SUP_RH	37,5	12	Orçamento do Estado Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Fundo Ambiental	11	2	9	3	0	3	-71%	27	-7%	0
KTM20	PTE4P02M01_SUP_RH	0	0	PO MAR 2020 Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM23	PTE5P01M01_SUP_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural	-	-	-	-	-	-		-		

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
				2014-2020 Privado										
KTM23	PTE5P01M02_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	11	2	10	5	1	4		11		
KTM24	PTE5P02M02_RH	30	10	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	30		0
KTM17	PTE5P04M01_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM15	PTE5P05M01_RH	20	6	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	20		0
KTM15	PTE5P05M02_SUP_RH	80	16	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	80		0
KTM15	PTE5P05M03_RH	25	8	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Fundo Ambiental	32	5	28	7	1	6	30%	7	-58%	-4
KTM24	PTE5P06M01_SUP_RH	375	150	Fundo Ambiental Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	240	60	180	-	-	-	-36%	135		-96
KTM09	PTE6P01M01_RH	0	0	Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-		-		
KTM11	PTE6P03M01_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM14	PTE7P01M01_RH	30	12	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Fundo Ambiental	3	0	3	1	0	1	-90%	27	9%	0
KTM14	PTE7P01M02_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	34	12	23	9	3	6		34		
KTM14	PTE7P01M03_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM14	PTE7P01M04_SUP_RH	140	23	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Fundo Ambiental	236	35	201	-	-	-	69%	96		-39
KTM14	PTE7P01M05_SUP_RH	10	10	Orçamento do Estado	11	11	-	8	8	-	12%	1	-43%	-3
KTM14	PTE7P01M06_RH	75	15	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado Fundo Ambiental	41	15	26	1	-	1	-45%	34	-873%	-7
KTM14	PTE7P01M07_RH	10	2	-	-	-	-	-	-	-	-100%	10		0
KTM14	PTE7P01M07_SUP_RH	375	124	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado Fundo Ambiental	462	69	392	-	-	-	23%	87		-153
KTM14	PTE7P01M08_RH	10	3	Sistema de Apoio à Modernização e capacitação da Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-100%	10		0
KTM14	PTE7P01M09_RH	70	70	Sistema de Apoio à Modernização e capacitação da Administração Pública	58	58	-	9	9	-	-18%	12	-522%	-48
KTM12	PTE8P01M02_RH	30	6	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	30		0
KTM12	PTE8P02M01_RH	20	8	-	-	-	-	-	-	-	-100%	20		0
KTM99	PTE9P01M01_RH	100	20	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	100		0
KTM14	PTE9P02M01_SUP_RH	129,25	484	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Fundo Ambiental	91	14	78	91	14	77	-29%	38	-277%	-251

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Investimento previsto (mil €)</i>	<i>Programação financeira (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Fonte de Financiamento</i>	<i>Investimento retificado (mil €)</i>	<i>Investimento retificado nacional (mil €)</i>	<i>Investimento retificado comunitário (mil €)</i>	<i>Execução financeira (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)</i>	<i>Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)</i>	<i>Desvio do executado face ao previsto (%)</i>	<i>Desvio do executado face ao previsto (mil €)</i>
KTM14	PTE9P02M02_SUB_RH	77,5	110	Orçamento do Estado Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	3	0	2	2	0	2	-96%	75	-57%	-1
KTM99	PTE9P03M02_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE9P04M01_RH	80	16	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	80		0
KTM99	PTE9P05M01_SUP_RH	100	40	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado	24	7	18	-	-	-	-76%	76		-10
KTM99	PTE9P07M01_RH	80	32	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Autarquias Locais	-	-	-	-	-	-	-100%	80		0
KTM99	PTE9P07M02_RH	75	50	Orçamento do Estado	2	2	-	0	0	-	-97%	73	-236%	-1

**Tabela D – Indicadores das medidas regionais**

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar a gestão de efluentes agroindustriais / N.º total de investimentos que contribuam para melhorar a gestão de efluentes agroindustriais	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		33%
PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar a gestão de efluentes pecuários / N.º total de investimentos que contribuam para melhorar a gestão de efluentes pecuários	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		5%
PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	N.º dos TURH das ETAR urbanas não PRTR que foram revistos /N.º das ETAR urbanas não PRTR em que foram identificadas indústrias que podem originar descargas de substâncias perigosas prioritárias	100% em 2021	N.º dos TURH de ETAR urbanas que foram revistos /N.º dos TURH de ETAR urbanas		7%
PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	N.º de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes inventariados/N.º de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes existentes	100% em 2019	Elaboração do inventário		50%
PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	N.º dos TURH das ETAR urbanas não PRTR que foram revistos /N.º das ETAR urbanas não PRTR em que foram identificadas indústrias que podem originar descargas de substâncias prioritárias	100% em 2021			0%
PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	N.º de requisitos cumpridos das licenças ambientais / N.º de requisitos relativos à água existentes nas licenças ambientais	100% em 2020	N.º de TURH das licenças ambientais em cumprimento / N.º de TURH das licenças ambientais existentes	100% em 2021	8%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	N.º de explorações pecuárias licenciadas / N.º total de explorações pecuárias N.º de explorações pecuárias em conformidade com as normas ambientais / N.º total de explorações pecuárias	100% em 2017 100% em 2021	N.º de explorações licenciadas/ N.º de explorações que deram entrada no processo de licenciamento através Base de dados do NREAP	80% anualmente	90%
PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	N.º de recargas artificiais nas MA subterrâneas	0% / ano	N.º de pedidos indeferidos / N.º de pedidos para emissão de TURH destas utilizações	100% / ano	100%
PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	Revisão do Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	100% em 2016		100% em 2017	100%
PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	N.º de normas respeitadas / N.º de normas definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas	80% em 2020	N.º de parcelas aprovadas/N.º de parcelas submetidas a aprovação	100% em 2021	5%
PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	N.º de explorações agrícolas, pecuárias e florestais em conformidade com as regras da condicionalidade / N.º de explorações agrícolas, pecuárias e florestais abrangidas por estas regras	70%/ano			33%
PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	N.º de explorações agrícolas que respeitam as normas definidas para valorização agrícola de efluentes pecuários / N.º total de explorações agrícolas que realizam valorização agrícola dos efluentes pecuários N.º de PGEP recebidos na APA com indicação de destino adequado para a totalidade dos efluentes pecuários produzidos e que mereceram parecer favorável da APA/ N.º total de PGEP recebidos na APA para emissão de parecer	100% em 2021 100% em 2021	N.º de parcelas aprovadas/N.º de parcelas submetidas a aprovação		5%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	N.º de explorações agrícolas de produção sustentável ao nível dos recursos hídricos com plano de exploração aprovado /N.º de explorações agrícolas licenciadas	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		
PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	N.º de explorações agrícolas de produção tradicional/extensiva ao nível dos recursos hídricos com plano de exploração aprovado/N.º de explorações agrícolas licenciadas	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		
PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	% de nitreiras que cumprem os critérios de construção/reabilitação estabelecidos	100% em 2021			33%
PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	Elaboração do plano	100% em 2019	Elaboração do plano		20%
PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	N.º de explorações agrícolas e florestais que respeitam as normas ambientais na utilização dos produtos fitofarmacêuticos / N.º total de explorações agrícolas e florestais que utilizam produtos fitofarmacêuticos	70%/ano	N.º de medidas implementadas/n.º de medidas definidas no Plano	100% em 2023	27%
PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	% estações de lavagem de viaturas construídas/remodeladas de acordos com os critérios de controlo da poluição	75% em 2021		100% em 2021	0%
PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	N.º de ações que assegurem um desenvolvimento sustentável da aquicultura N.º de explorações aquícolas licenciadas com exploração sustentável/N.º de explorações aquícolas licenciadas	5 ações em 2020 70% em 2021	N.º de planos elaborados por categoria de massas de água	100% em 2019	0%
PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	N.º de EG com regulamento de descarga / N.º total de EG	100% em 2018	N.º de EG em baixa com regulamento de serviço/ N.º total de EG em baixa	100% em 2021	18%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	N.º de investimentos apoiados que contribuam para promover melhorias na gestão da água e na eficiência hídrica / N.º total de investimentos na exploração agrícola que contribuam para promover melhorias na gestão da água e na eficiência hídrica	80% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	56%
PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	Programa de Incentivos definido N.º de agricultores abrangidos por formação / N.º total de agricultores	100% em 2018	Programa de Incentivos definido	100% em 2021	20%
PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	N.º de Estudos Piloto realizados para a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e/ou águas pluviais	2 em 2021	Elaboração de uma estratégia nacional, legislação e guia.	100% em 2019	30%
PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	Metodologia harmonizada sobre as condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público e sua aplicação.	100% em 2021	Metodologia harmonizada sobre as condicionantes das zonas de proteção e sua aplicação.		0%
PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	N.º de captações superficiais com perímetros de proteção / N.º total de captações superficiais	100% em 2019		100% em 2021	0%
PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	N.º de captações novas com TURH/N.º total de captações novas	100% em 2021			33%
PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	N.º de MA com valor de recarga validado / N.º de MA em estudo	100% em 2020			100%
PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	N.º de zonas de máxima infiltração delimitadas/N.º total de zonas de máxima infiltração a delimitar	100% em 2021			80%
PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	N.º de galerias ripícolas recuperadas / N.º total de galerias ripícolas a recuperar	80% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	
PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	Elaboração do plano	100% em 2018		100% em 2020	30%
PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da	Elaboração do plano	100% em 2019		100% em 2020	10%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
	vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos					
PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	Garantir que as ações para assegurarem a proteção, e a manutenção do bom estado das massas de água são incluídas nos planos de gestão e exploração das ZPP e ZPL	100% de garantia até 2020	Número de planos de gestão e exploração das ZPP e ZPL aprovados/Número de planos de gestão e exploração das ZPP e ZPL existentes	100% em 2021	0%
PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	N.º de práticas adoptadas nas explorações agrícolas no âmbito do greening /N.º de explorações agrícolas licenciadas	100% em 2020			40%
PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	N.º de apoios à instalação de florestas/N.º de explorações silvícolas instaladas	70% / ano	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	2%
PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAA-RH)	Grau de acompanhamento da ENAA-RH (número de ações implementadas / número de ações previstas) ×100	50% em 2021 75% em 2027			100%
PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar a conservação do solo / N.º total de investimentos na exploração agrícola que existam para melhorar a conservação do solo	80% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	
PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição acidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	N.º de fontes potenciais de risco de poluição acidental inventariados/ N.º fontes potenciais de risco de poluição acidental existentes N.º de relatórios de segurança e de planos de emergência avaliados / N.º de relatórios de segurança e de planos de emergência elaborados	100% em 2018 100% em 2021	N.º de relatórios de segurança atualizados / N.º de instalações SEVESO	100% em 2021	100%
PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição acidental que podem provocar contaminação de águas balneares	N.º de sistemas de alerta implementados contra casos de poluição / N.º total de massas de água em zonas balneares	80% em 2021	N.º de sistemas de alerta implementados contra casos de poluição / N.º total de águas		0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
				balneares com necessidade de sistema de alerta		
PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	Elaboração do plano	100% em 2019		100% em 2021	20%
PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	Plano específico de gestão de águas para restabelecer o ciclo sedimentar para combate à erosão costeira	1 plano em 2020		1 plano em 2021	0%
PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	100% em 2020		100% em 2019	0%
PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	100% em 2018	N.º de AH do grupo II, com contrato de concessão, que aplicam taxa de exploração (TE) em função do volume de água/ N.º de AH do grupo II, com contrato de concessão, onde é aplicável TE	100% em 2021	88%
PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	N.º de estações monitorizadas/ N.º de estações existentes	20%/ano	Elaboração de relatório	1/ano	100%
PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	N.º de ações inovadoras no sector agrícola	2/ano	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	27%
PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	Metodologia de classificação dos EDAS e dos ETDAS aferida	100% em 2021			33%
PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	N.º de critérios definidos / N.º de critérios necessários para complementar os sistemas de classificação	80% em 2020	Elaboração do relatório	100% em 2020	0%
PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	Elaboração de um diploma legal com a atualização da cartografia das zonas sensíveis	100% em 2017		100% em 2019	40%
PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	N.º de modelos de simulação desenvolvidos/N.º de modelos necessários à gestão de recursos hídricos	100% em 2021			25%
PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Criação de um Modelo de Mercado de Licenças	100% em 2021			0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	N.º de ações implementadas / N.º de ações previstas	100% em 2021			0%
PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Criação de um Sistema de Informação de apoio à gestão económica da Água	100% em 2019			0%
PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	Operacionalização da ferramenta de gestão	100% em 2017		100% em 2020	2%
PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	N.º de procedimentos de PP desenvolvidos / N.º de procedimentos de PP a adotar nos PGRH	100% em 2021	Elaboração de um guia dos procedimentos de PP	100% em 2020	0%
PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	N.º de procedimentos de divulgação e aconselhamento no sector agrícola	10/ano	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	0%
PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	N.º de utilizações fiscalizadas / N.º de utilizações tituladas no ano	5% / ano			3%
PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	N.º de massas de água monitorizadas / N.º total de massas de água superficiais	60%/ano			100%
PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	N.º de redes implementadas / N.º de redes redefinidas	100% em 2021	N.º de estações de monitorização implementadas / N.º de estações de monitorização consideradas necessárias		100%
PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	Revisão do Diploma do FPRH	100% em 2018			100%
PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	N.º de planos de gestão ou instrumentos equivalentes elaborados / N.º de planos de gestão ou instrumentos equivalentes necessários para os sítios da Rede Natura 2000	100% em 2021			20%
PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	Garantir a articulação com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da DQEM	100% de garantia até 2020		100% em 2021	0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura / N.º total de investimentos nas áreas do sítio da Rede Natura	80% em 2020			50%
PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	Atribuição dos custos associados à gestão dos EFM aos utilizadores principais	100% em 2018	Modelos de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados implementados/ Modelos de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados aplicáveis	100% em 2019	0%

## Anexo II – Medidas específicas

Tabela E – Entidades responsáveis

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM01	PTE1P01M01_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Cabrela, na freguesia de Cabrela, concelho de Montemor-o-Novo	Medida suplementar	Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
KTM01	PTE1P01M02_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Vila Alva, na freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M03_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Ribeira de Moinhos, na freguesia e concelho de Sines	Medida de base	Águas de Santo André
KTM01	PTE1P01M04_SUP_RH6	Conceção e Construção da ETAR de Grândola e Sistema Intercetor de Grândola, na freguesia e concelho de Grândola	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH6	Remodelação do Tratamento secundário da ETAR de Senhora de Aires - Viana do Alentejo, na freguesia e concelho de Viana do Alentejo	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH6	Nova ETAR de S. Teotónio e Sistema Elevatório, na freguesia de S. Teotónio e concelho de Odemira	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Montes Velhos, na freguesia de São João de Negrilhos, concelho de Aljustrel	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M08_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Alcáçovas - Zona Sul, na freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH6	Construção de EE e emissário para ligação ao sistema intercetor Melides-Praia, na freguesia de Melides, concelho de Santiago do Cacém	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M10_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Boa Vista dos Pinheiros, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M11_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Almogrove/Longueira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH6	Construção de EE e conduta de ligação da Mimosa à ETAR de Alvalade, na freguesia de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M13_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Odemira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M14_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Zambujeira do Mar, na freguesia de Zambujeira do Mar, concelho de Odemira	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M15_SUP_RH6	Construção de nova ETAR de Ermidas do Sado, na freguesia de Ermidas do Sado, no concelho de Santiago do Cacém	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Torrão, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M17_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Beringel, na freguesia de Beringel, concelho de Beja	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M18_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Ervidel, na freguesia de Ervidel, concelho de Aljustrel	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M19_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Comporta, na freguesia da Comporta, concelho de Alcácer do Sal	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M20_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de São Luís/Odemira, na freguesia de São Luís, concelho de Odemira	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M21_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Santa Vitória, na freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM01	PTE1P01M22_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Penedo Gordo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M23_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Escoural, na freguesia do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M24_SUP_RH6	Empreitada do Sistema de Saneamento do Concelho de Portel - Conceção, Construção/Reabilitação das ETAR do Concelho de Portel das Estações Elevatórias e dos Sistemas Intercetoras (Santana, São Bartolomeu do Outeiro)	Medida suplementar	Águas do Vale do Tejo, S.A.
KTM01	PTE1P01M25_SUP_RH6	Construção da Nova ETAR de Ferreira do Alentejo, na freguesia e concelho de Ferreira do Alentejo	Medida de base	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
KTM01	PTE1P01M26_SUP_RH6	Reformulação do Sistema de Drenagem e Tratamento de Faralhão, na freguesia de Sado, concelho de Setúbal	Medida de base	Câmara Municipal de Setúbal
KTM01	PTE1P01M27_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Canal Caveira, na freguesia e concelho de Grândola	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M28_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Sabóia, na freguesia de Sabóia, concelho de Odemira	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M29_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Colos-Cerca do Montado, na freguesia de Colos, concelho de Odemira	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM02	PTE1P06M09_SUP_RH6	Proteção da qualidade da água da Albufeira do Pisão	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.
KTM04	PTE1P09M01_SUB_RH6	Remediação da Massa de Água Subterrânea Sines Zona Sul - Ação Lote 2E1, concelho de Sines	Medida suplementar	AICEP – Global Parques
KTM04	PTE1P09M02_SUB_RH6	Remediação da Massa de Água Subterrânea Sines Zona Sul- Ação Lote MFeio, concelho de Sines	Medida suplementar	Proprietários
KTM04	PTE1P09M03_SUB_RH6	Recuperação Ambiental do Aterro da Sanchinha, na freguesia de Santo André, Concelho de Santiago do Cacém	Medida suplementar	Águas de Santo André
KTM04	PTE1P11M01_SUP_RH6	Remoção de lamas na ribeira do Roxo a Jusante da Barragem do Roxo, na freguesia e concelho de Aljustrel	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM04	PTE1P12M01_SUP_RH6	Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal, na freguesia de Azinheira de Barros e S. Mamede do Sádão, concelho de Grândola	Medida suplementar	Empresa Desenvolvimento Mineiro
KTM04	PTE1P12M02_SUP_RH6	Recuperação Hidrológico-Ambiental da Área Mineira de Aljustrel, na freguesia e concelho de Aljustrel	Medida suplementar	Empresa Desenvolvimento Mineiro
KTM05	PTE3P01M02_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco da Casa Branca associado à demolição da barragem do Peneireiro, na freguesia e concelho de Alvito	Medida suplementar	Proprietários
KTM05	PTE3P01M03_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço da ribeira da Chaminé, afluente da ribeira do Outeiro associado à demolição da barragem da Misericórdia, na união de freguesias de Santiago Maior e S. João Batista, concelho de Beja	Medida suplementar	Proprietários
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH6	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água, na região hidrográfica do Sado e do Mira	Medida suplementar	Proprietários
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odivelas, Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas, na freguesia de Odivelas, concelho de Ferreira do Alentejo	Medida de base	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM07	PTE3P03M02_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Pego do Altar, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Santa Susana, concelho de Alcácer do Sal	Medida de base	Associação de Beneficiários do Vale do Sado
KTM07	PTE3P03M03_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Vale do Gaio, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	Medida de base	Associação de Beneficiários do Vale do Sado
KTM07	PTE3P03M04_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Campilhas, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto-Sado, nas freguesias de Cercal e S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	Medida de base	Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado
KTM07	PTE3P03M05_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Fonte Serne, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	Medida de base	Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado
KTM07	PTE3P03M06_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Monte da Rocha, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, freguesia e concelho de Ourique	Medida de base	Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado
KTM07	PTE3P03M07_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Santa Clara, Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	Medida de base	Associação de Beneficiários do Mira
KTM07	PTE3P03M08_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Corte Brique, Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	Medida de base	Associação de Beneficiários do Mira
KTM07	PTE3P03M09_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico das Barragens de Monte Gato e Monte Miguéis, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de Conceição, concelho de Ourique e Freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel	Medida de base	Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH6	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Região Hidrográfica do Sado e do Mira	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
KTM17	PTE5P04M02_RH6	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do sado e do Mira	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A. Agência Portuguesa do Ambiente
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH6	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M09_SUP_RH6	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Sado e do Mira	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M10_RH6	Implementação do Plano de Monitorização de Recursos Hídricos da Zona Industrial e Logística de Sines, concelhos de Sines e Santiago do Cacém	Medida suplementar	AICEP – Global Parques Industriais
KTM14	PTE9P02M03_SUP_RH6	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Sado e do Mira	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente

**Tabela F – Execução física das medidas específicas**

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM01	PTE1P01M01_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Cabrela, na freguesia de Cabrela, concelho de Montemor-o-Novo	2016 - 2018	75%	2019-2021	0%	-75%	Adiada
KTM01	PTE1P01M02_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Vila Alva, na freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba	2018	0%	2021	0%		Por executar
KTM01	PTE1P01M03_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Ribeira de Moinhos, na freguesia e concelho de Sines	2016 - 2017	100%	2019-2021	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M04_SUP_RH6	Conceção e Construção da ETAR de Grândola e Sistema Intercetor de Grândola, na freguesia e concelho de Grândola	2016 - 2017	100%	2017-2019	31%	-69%	Em execução
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH6	Remodelação do Tratamento secundário da ETAR de Senhora de Aires - Viana do Alentejo, na freguesia e concelho de Viana do Alentejo	2016 - 2017	100%	2017-2019	16%	-84%	Em execução
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH6	Nova ETAR de S. Teotónio e Sistema Elevatório, na freguesia de S. Teotónio e concelho de Odemira	2016 - 2018	60%	2017-2019	3%	-57%	Em execução
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Montes Velhos, na freguesia de São João de Negrilhos, concelho de Aljustrel	2017	100%	2019	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M08_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Alcáçovas - Zona Sul, na freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo	2016 - 2017	100%	2022-2023	0%	-100%	Não executada neste ciclo
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH6	Construção de EE e emissário para ligação ao sistema intercetor Melides-Praia, na freguesia de Melides, concelho de Santiago do Cacém	2016	100%	2019	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M10_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Boa Vista dos Pinheiros, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	2016 - 2017	100%	2018	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M11_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Almogrove/Longueira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	2016 - 2017	100%	2018	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH6	Construção de EE e conduta de ligação da Mimosa à ETAR de Alvalade, na freguesia de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém	2018	0%	2020	0%		Por executar
KTM01	PTE1P01M13_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Odemira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	2016 - 2017	100%	2018	0%	-100%	Adiada

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM01	PTE1P01M14_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Zambujeira do Mar, na freguesia de Zambujeira do Mar, concelho de Odemira	2015 - 2016	0%	2019	0%		Adiada
KTM01	PTE1P01M15_SUP_RH6	Construção de nova ETAR de Ermidas do Sado, na freguesia de Ermidas do Sado, no concelho de Santiago do Cacém	2017 - 2018	50%	2019-2020	0%	-50%	Adiada
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Torrão, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	2016	100%		100%	0%	Executada
KTM01	PTE1P01M17_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Beringel, na freguesia de Beringel, concelho de Beja	2016 - 2017	100%	2019	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M18_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Ervidel, na freguesia de Ervidel, concelho de Aljustrel	2017 - 2018	50%		0%	-50%	Não executada
KTM01	PTE1P01M19_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Comporta, na freguesia da Comporta, concelho de Alcácer do Sal	2017 - 2018	50%	2018-2020	0%	-50%	Adiada
KTM01	PTE1P01M20_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de São Luís/Odemira, na freguesia de São Luís, concelho de Odemira	2018 - 2019	0%	2021	0%		Por executar
KTM01	PTE1P01M21_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Santa Vitória, na freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja	2018 - 2019	0%	2020	0%		Por executar
KTM01	PTE1P01M22_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Penedo Gordo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	2017 - 2018	50%	2019-2020	0%	-50%	Adiada
KTM01	PTE1P01M23_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Escoural, na freguesia do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo	2017 - 2018	50%	2020	0%	-50%	Adiada
KTM01	PTE1P01M24_SUP_RH6	Empreitada do Sistema de Saneamento do Concelho de Portel - Conceção, Construção/Reabilitação das ETAR do Concelho de Portel das Estações Elevatórias e dos Sistemas Intercetoras (Santana, São Bartolomeu do Outeiro)	2017-2020	25%	2022-2027	0%	-25%	Não executada neste ciclo
KTM01	PTE1P01M25_SUP_RH6	Construção da Nova ETAR de Ferreira do Alentejo, na freguesia e concelho de Ferreira do Alentejo	2016 - 2018	75%	2017-2019	3%	-72%	Em execução
KTM01	PTE1P01M26_SUP_RH6	Reformulação do Sistema de Drenagem e Tratamento de Faralhão, na freguesia de Sado, concelho de Setúbal	2016	100%		100%	0%	Executada

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM01	PTE1P01M27_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Canal Caveira, na freguesia e concelho de Grândola	2016 - 2017	100%	2019	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M28_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Sabóia, na freguesia de Sabóia, concelho de Odemira	2017	100%	2020	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M29_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Colos-Cerca do Montado, na freguesia de Colos, concelho de Odemira	2017	100%		100%	0%	Executada
KTM02	PTE1P06M09_SUP_RH6	Proteção da qualidade da água da Albufeira do Pisão	2017 - 2018	50%	2019-2020	0%	-50%	Adiada
KTM04	PTE1P09M01_SUB_RH6	Remediação da Massa de Água Subterrânea Sines Zona Sul - Ação Lote 2E1, concelho de Sines	2016 - 2021	30%	2019-2024	0%	-30%	Adiada
KTM04	PTE1P09M02_SUB_RH6	Remediação da Massa de Água Subterrânea Sines Zona Sul- Ação Lote MFeio, concelho de Sines	2016 - 2017	100%	2016-2019	40%	-60%	Em execução
KTM04	PTE1P09M03_SUB_RH6	Recuperação Ambiental do Aterro da Sanchinha, na freguesia de Santo André, Concelho de Santiago do Cacém	2016 - 2021	30%	2019-2024	0%	-30%	Adiada
KTM04	PTE1P11M01_SUP_RH6	Remoção de lamas na ribeira do Roxo a Jusante da Barragem do Roxo, na freguesia e concelho de Aljustrel	2016 - 2017	100%	2018-2019	0%	-100%	Adiada
KTM04	PTE1P12M01_SUP_RH6	Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal, na freguesia de Azinheira de Barros e S. Mamede do Sádão, concelho de Grândola	2014 - 2016	0%		100%		Executada
KTM04	PTE1P12M02_SUP_RH6	Recuperação Hidrológico-Ambiental da Área Mineira de Aljustrel, na freguesia e concelho de Aljustrel	2013 - 2016	0%		100%		Executada
KTM05	PTE3P01M02_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco da Casa Branca associado à demolição da barragem do Peneireiro, na freguesia e concelho de Alvito	2016	100%		100%	0%	Executada
KTM05	PTE3P01M03_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço da ribeira da Chaminé, afluente da ribeira do Outeiro associado à demolição da barragem da Misericórdia, na união de freguesias de Santiago Maior e S. João Batista, concelho de Beja	2016	100%	2017-2018	50%	-50%	Em execução

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH6	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água, na região hidrográfica do Sado e do Mira	2016 - 2021	30%	2019-2021	0%	-30%	Adiada
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odivelas, Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas, na freguesia de Odivelas, concelho de Ferreira do Alentejo	2016 - 2020	45%	2019-2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M02_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Pego do Altar, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Santa Susana, concelho de Alcácer do Sal	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M03_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Vale do Gaio, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M04_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Campilhas, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto-Sado, nas freguesias de Cercal e S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M05_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Fonte Serne, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M06_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Monte da Rocha, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, freguesia e concelho de Ourique	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M07_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Santa Clara, Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M08_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Corte Brique, Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM07	PTE3P03M09_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico das Barragens de Monte Gato e Monte Miguéis, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de Conceição, concelho de Ourique e Freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH6	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Região Hidrográfica do Sado e do Mira	2017 - 2020	25%	2016-2020	25%	0%	Em execução
KTM17	PTE5P04M02_RH6	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do sado e do Mira	2017 - 2020	25%	2020	0%	-25%	Adiada
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH6	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe	2016 - 2021	32%		32%	0%	Em execução
KTM14	PTE7P01M09_SUP_RH6	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Sado e do Mira	2017	100%	2017-2019	5%	-95%	Em execução
KTM14	PTE7P01M10_RH6	Implementação do Plano de Monitorização de Recursos Hídricos da Zona Industrial e Logística de Sines, concelhos de Sines e Santiago do Cacém	2017 - 2021	20%	2015-2021	100%	80%	Executada em contínuo
KTM14	PTE9P02M03_SUP_RH6	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Sado e do Mira	2017 - 2018	75%	2017-2021	20%	-55%	Em execução

Tabela G – Execução financeira das medidas específicas

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
KTM01	PTE1P01M01_SUP_RH6	70	53	Autarquias Locais	70	70	0	0	0	0	0%		-100%	-53
KTM01	PTE1P01M02_SUP_RH6	600	0	Empresas Públicas	600	600	0	0	0	0	0%			0
KTM01	PTE1P01M03_SUP_RH6	2990	2990	Empresas Públicas	5500	5500	0	0	0	0	84%	2 510,00	-184%	-5500
KTM01	PTE1P01M04_SUP_RH6	4387	4387	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	3958	594	3364	1232	185	1047	-10%	429,00	-62%	-2726
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH6	367,5	368	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	401	104	297	66	17	49	9%	33,50	-91%	-335
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH6	1870	1122	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	1734	349	1385	61	12	49	-7%	136,00	-87%	-979
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH6	100	100	Empresas Públicas	100	100	0	0	0	0	0%		-100%	-100
KTM01	PTE1P01M08_SUP_RH6	300	300	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	0	-100%	300,00	0%	0
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH6	516	516	Empresas Públicas	516	516	0	0	0	0	0%		-100%	-516
KTM01	PTE1P01M10_SUP_RH6	160	160	Empresas Públicas	160	160	0	0	0	0	0%		-100%	-160
KTM01	PTE1P01M11_SUP_RH6	160	160	Empresas Públicas	160	160	0	0	0	0	0%		-100%	-160
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH6	398	0	Empresas Públicas	398	398	0	0	0	0	0%			0
KTM01	PTE1P01M13_SUP_RH6	200	200	Empresas Públicas	200	200	0	0	0	0	0%		-100%	-200
KTM01	PTE1P01M14_SUP_RH6	30	0	Empresas Públicas	30	30	0	0	0	0	0%			0
KTM01	PTE1P01M15_SUP_RH6	1200	600	Empresas Públicas	1200	1200	0	0	0	0	0%		-100%	-600
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH6	245	245	Empresas Públicas	78	78	0	78	78	0	-68%	167,35	0%	0
KTM01	PTE1P01M17_SUP_RH6	150	150	Empresas Públicas	150	150	0	0	0	0	0%		-100%	-150
KTM01	PTE1P01M18_SUP_RH6	250	125	-	0	0	0	0	0	0	-100%	250,00	0%	0
KTM01	PTE1P01M19_SUP_RH6	1028	514	Empresas Públicas	1028	1028	0	0	0	0	0%		-100%	-514
KTM01	PTE1P01M20_SUP_RH6	1300	0	Empresas Públicas	1300	1300	0	0	0	0	0%			0
KTM01	PTE1P01M21_SUP_RH6	700	0	Empresas Públicas	950	950	0	0	0	0	36%	250,00		0
KTM01	PTE1P01M22_SUP_RH6	1000	500	Empresas Públicas	1000	1000	0	0	0	0	0%		-100%	-500
KTM01	PTE1P01M23_SUP_RH6	500	250	Empresas Públicas	500	500	0	0	0	0	0%		-100%	-250
KTM01	PTE1P01M24_SUP_RH6	2089	522	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	0	-100%	2 089,00	0%	0
KTM01	PTE1P01M25_SUP_RH6	993	745	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Autarquias Locais	973	146	827	32	7	25	-2%	20,38	-94%	-698
KTM01	PTE1P01M26_SUP_RH6	383	383	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Autarquias Locais	405	61	345	405	61	345	6%	22,44	0%	0
KTM01	PTE1P01M27_SUP_RH6	60	60	Empresas Públicas	60	60	0	0	0	0	0%		-100%	-60
KTM01	PTE1P01M28_SUP_RH6	250	250	Empresas Públicas	250	250	0	0	0	0	0%		-100%	-250
KTM01	PTE1P01M29_SUP_RH6	250		Empresas Públicas	250	250	0	250	250	0	0%			250
KTM02	PTE1P06M09_SUP_RH6	710		Fundo Ambiental Empresas Públicas	710	710	0	0	0	0	0%			0
KTM04	PTE1P09M01_SUB_RH6	1000	300	Empresas Públicas	500	500	0	0	0	0	-50%	500,00	-50%	-150
KTM04	PTE1P09M02_SUB_RH6	618,4	618,4	Privado	1805	1805	0	720	720	0	192%	1 186,60	-175%	-1085
KTM04	PTE1P09M03_SUB_RH6	2000	600	Fundo Ambiental Empresas Públicas	1000	1000	0	0	0	0	-50%	1 000,00	-50%	-300
KTM04	PTE1P11M01_SUP_RH6	50	50	Empresas Públicas	50	8	43	0	0	0	0%		-100%	-50

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitária (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
KTM04	PTE1P12M01_SUP_RH6	262,5		Programa Operacional Temático Valorização do Território Empresas Públicas	263	39	223	263	39	223	0%			263
KTM04	PTE1P12M02_SUP_RH6	1050		Programa Operacional Temático Valorização do Território Empresas Públicas	1050	158	893	1050	158	893	0%			1050
KTM05	PTE3P01M02_SUP_RH6	15	15	Programa Operacional Temático Valorização do Território Empresas Públicas	15	15	0	15	15	0	0%		0%	0
KTM05	PTE3P01M03_SUP_RH6	15	15	Privado	15	15	0	8	8	0	0%		-50%	-8
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH6	1000	300	Fundo Ambiental Privado	1000	1000	0	0	0	0	0%		-100%	-300
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH6	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado Fundo Ambiental	300	88	213	0	0	0	0%		-100%	-135
KTM07	PTE3P03M02_SUP_RH6	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado Fundo Ambiental	300	88	213	0	0	0	0%		-100%	-135
KTM07	PTE3P03M03_SUP_RH6	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado Fundo Ambiental	300	88	213	0	0	0	0%		-100%	-135
KTM07	PTE3P03M04_SUP_RH6	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado Fundo Ambiental	300	88	213	0	0	0	0%		-100%	-135
KTM07	PTE3P03M05_SUP_RH6	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado Fundo Ambiental	300	88	213	0	0	0	0%		-100%	-135
KTM07	PTE3P03M06_SUP_RH6	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado Fundo Ambiental	300	88	213	0	0	0	0%		-100%	-135
KTM07	PTE3P03M07_SUP_RH6	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado Fundo Ambiental	300	88	213	0	0	0	0%		-100%	-135
KTM07	PTE3P03M08_SUP_RH6	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado Fundo Ambiental	300	88	213	0	0	0	0%		-100%	-135
KTM07	PTE3P03M09_SUP_RH6	600	270	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020	600	175	425	0	0	0	0%		-100%	-270

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
				Orçamento do Estado Fundo Ambiental										
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH6	500	125	Empresas Públicas Orçamento do Estado Fundo Ambiental	500	500	0	125	125	0	0%		0%	0
KTM17	PTE5P04M02_RH6	500	125	Privado Orçamento do Estado Empresas Públicas Fundo Ambiental	300	300	0	0	0	0	-40%	200,00	-60%	-75
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH6	30	10	Orçamento do Estado	0	0	0	0	0	0	-100%	-30,00	0%	0
KTM14	PTE7P01M09_SUP_RH6	50	50	Orçamento do Estado	50	50	0	0	0	0	0%		-100%	-50
KTM14	PTE7P01M10_RH6	125	25	Empresas Públicas Privado	125	125	0	54	54	0	0%		114%	29
KTM14	PTE9P02M03_SUP_RH6	30	22,5	Orçamento do Estado	0	0	0	0	0	0	-100%	30,00	0%	0

**Tabela H – Indicadores das medidas específicas**

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P01M01_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Cabrela, na freguesia de Cabrela, concelho de Montemor-o-Novo	% de execução da remodelação da ETAR	100% em 2018		100% em 2021	0%
PTE1P01M02_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Vila Alva, na freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba	% de execução da obra	100% em 2018		100% em 2021	0%
PTE1P01M03_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Ribeira de Moinhos, na freguesia e concelho de Sines	% de execução obra	100% em 2017		100% em 2021	0%
PTE1P01M04_SUP_RH6	Conceção e Construção da ETAR de Grândola e Sistema Intercetor de Grândola, na freguesia e concelho de Grândola	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2019	31%
PTE1P01M05_SUP_RH6	Remodelação do Tratamento secundário da ETAR de Senhora de Aires - Viana do Alentejo, na freguesia e concelho de Viana do Alentejo	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2019	16%
PTE1P01M06_SUP_RH6	Nova ETAR de S. Teotónio e Sistema Elevatório, na freguesia de S. Teotónio e concelho de Odemira	% de execução da obra	100% em 2018		100% em 2019	3%
PTE1P01M07_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Montes Velhos, na freguesia de São João de Negrilhos, concelho de Aljustrel	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2019	0%
PTE1P01M08_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Alcáçovas - Zona Sul, na freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2023	0%
PTE1P01M09_SUP_RH6	Construção de EE e emissário para ligação ao sistema intercetor Melides-Praia, na freguesia de Melides, concelho de Santiago do Cacém	% de execução da obra	100% em 2016		100% em 2019	0%
PTE1P01M10_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Boa Vista dos Pinheiros, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2018	0%
PTE1P01M11_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Almogrove/Longueira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2018	0%
PTE1P01M12_SUP_RH6	Construção de EE e conduta de ligação da Mimosa à ETAR de Alvalade, na freguesia de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém	% de execução da obra	100% em 2018		100% em 2020	0%
PTE1P01M13_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Odemira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2018	0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P01M14_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Zambujeira do Mar, na freguesia de Zambujeira do Mar, concelho de Odemira	% de execução da obra	100% em 2016		100% em 2019	0%
PTE1P01M15_SUP_RH6	Construção de nova ETAR de Ermidas do Sado, na freguesia de Ermidas do Sado, no concelho de Santiago do Cacém	% de execução da obra	100% em 2018		100% em 2020	0%
PTE1P01M16_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Torrão, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	% de execução da obra	100% em 2016			100%
PTE1P01M17_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Beringel, na freguesia de Beringel, concelho de Beja	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2019	0%
PTE1P01M18_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Ervidel, na freguesia de Ervidel, concelho de Aljustrel	% de execução da obra	100% em 2018			0%
PTE1P01M19_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Comporta, na freguesia da Comporta, concelho de Alcácer do Sal	% de execução da obra	100% em 2018		100% em 2020	0%
PTE1P01M20_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de São Luís/Odemira, na freguesia de São Luís, concelho de Odemira	% de execução da obra	100% em 2019		100% em 2021	0%
PTE1P01M21_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Santa Vitória, na freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja	% de execução da obra	100% em 2019		100% em 2020	0%
PTE1P01M22_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Penedo Gordo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	% de execução da obra	100% em 2018		100% em 2020	0%
PTE1P01M23_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Escoural, na freguesia do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo	% de execução da obra	100% em 2018		100% em 2020	0%
PTE1P01M24_SUP_RH6	Empreitada do Sistema de Saneamento do Concelho de Portel - Conceção, Construção/Reabilitação das ETAR do Concelho de Portel das Estações Elevatórias e dos Sistemas Intercetoras (Santana, São Bartolomeu do Outeiro)	% de execução do Sistema de Saneamento	100% em 2020		100% em 2027	0%
PTE1P01M25_SUP_RH6	Construção da Nova ETAR de Ferreira do Alentejo, na freguesia e concelho de Ferreira do Alentejo	% de execução da ETAR	100% em 2018		100% em 2019	3%
PTE1P01M26_SUP_RH6	Reformulação do Sistema de Drenagem e Tratamento de Faralhão, na freguesia de Sado, concelho de Setúbal	% de execução da reformulação do sistema de drenagem e tratamento	100% em 2016			100%
PTE1P01M27_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Canal Caveira, na freguesia e concelho de Grândola	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2019	0%
PTE1P01M28_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Sabóia, na freguesia de Sabóia, concelho de Odemira	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2020	0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P01M29_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Colos-Cerca do Montado, na freguesia de Colos, concelho de Odemira	% de execução da obra	100% em 2017			100%
PTE1P06M09_SUP_RH6	Proteção da qualidade da água da Albufeira do Pisão	% de execução da estrutura de proteção	100% em 2018		100% em 2020	0%
PTE1P09M01_SUB_RH6	Remediação da Massa de Água Subterrânea Sines Zona Sul - Ação Lote 2E1, concelho de Sines	área tratada/área contaminada	100% em 2021		100% em 2024	0%
PTE1P09M02_SUB_RH6	Remediação da Massa de Água Subterrânea Sines Zona Sul- Ação Lote MFeio, concelho de Sines	Redução de 10% da área das plumas cartografadas em Dezembro 2015	100% em 2017		100% em 2019	40%
PTE1P09M03_SUB_RH6	Recuperação Ambiental do Aterro da Sanchinha, na freguesia de Santo André, Concelho de Santiago do Cacém	% de execução	100% em 2021		100% em 2024	0%
PTE1P11M01_SUP_RH6	Remoção de lamas na ribeira do Roxo a Jusante da Barragem do Roxo, na freguesia e concelho de Aljustrel	% de área recuperada	100% em 2017		100% em 2019	0%
PTE1P12M01_SUP_RH6	Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal, na freguesia de Azinheira de Barros e S. Mamede do Sádão, concelho de Grândola	Área recuperada/Área prevista	100% em 2016			100%
PTE1P12M02_SUP_RH6	Recuperação Hidrológico-Ambiental da Área Mineira de Aljustrel, na freguesia e concelho de Aljustrel	Área recuperada/Área prevista	100% em 2016			100%
PTE3P01M02_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco da Casa Branca associado à demolição da barragem do Peneireiro, na freguesia e concelho de Alvito	% execução da recuperação longitudinal do barranco	100% em 2016			100%
PTE3P01M03_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço da ribeira da Chaminé, afluente da ribeira do Outeiro associado à demolição da barragem da Misericórdia, na união de freguesias de Santiago Maior e S. João Batista, concelho de Beja	% de execução da recuperação longitudinal da ribeira	100% em 2016		100% em 2018	50%
PTE3P02M03_SUP_RH6	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água, na região hidrográfica do Sado e do Mira	% de execução de massas de água requalificadas	100% em 2021			0%
PTE3P03M01_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odivelas, Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas, na freguesia de Odivelas, concelho de Ferreira do Alentejo	N.º de estudos executados/N.º estudos previstos N.º de órgãos	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2021 100% em 2021	0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
		adaptados/N.º de órgãos previstos				
PTE3P03M02_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Pego do Altar, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Santa Susana, concelho de Alcácer do Sal	N.º de estudos executados/N.º estudos previstos N.º de órgãos adaptados/N.º de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2021 100% em 2021	0%
PTE3P03M03_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Vale do Gaio, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	N.º de estudos executados/N.º estudos previstos N.º de órgãos adaptados/N.º de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2021 100% em 2021	0%
PTE3P03M04_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Campilhas, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto-Sado, nas freguesias de Cercal e S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	N.º de estudos executados/N.º estudos previstos N.º de órgãos adaptados/N.º de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2021 100% em 2021	0%
PTE3P03M05_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Fonte Serne, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	N.º de estudos executados/N.º estudos previstos N.º de órgãos adaptados/N.º de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2021 100% em 2021	0%
PTE3P03M06_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Monte da Rocha, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, freguesia e concelho de Ourique	N.º de estudos executados/N.º estudos previstos N.º de órgãos adaptados/N.º de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2021 100% em 2021	0%
PTE3P03M07_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Santa Clara, Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	N.º de estudos executados/N.º estudos previstos N.º de órgãos adaptados/N.º de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2021 100% em 2021	0%
PTE3P03M08_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Corte Brique, Aproveitamento	N.º de estudos executados/N.º	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2021 100% em 2021	0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
	Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	estudos previstos N.º de órgãos adaptados/N.º de órgãos previstos				
PTE3P03M09_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico das Barragens de Monte Gato e Monte Miguéis, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de Conceição, concelho de Ourique e Freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel	N.º de estudos executados/N.º estudos previstos N.º de órgãos adaptados/N.º de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2021 100% em 2021	0%
PTE4P01M01_SUP_RH6	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Região Hidrográfica do Sado e do Mira	N.º de ações de controlo realizadas/N.º de ações de controlo previstas	100% em 2020			25%
PTE5P04M02_RH6	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do sado e do Mira	N.º de Unidades experimentais instaladas/N.º de unidades previstas	100% em 2020			0%
PTE5P06M02_SUP_RH6	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe	N.º de ações realizadas/N.º de ações previstas	100% em 2021			32%
PTE7P01M09_SUP_RH6	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Sado e do Mira	% de massas de água delimitadas	100% em 2017		100% em 2019	5%
PTE7P01M10_RH6	Implementação do Plano de Monitorização de Recursos Hídricos da Zona Industrial e Logística de Sines, concelhos de Sines e Santiago do Cacém	N.º estações amostradas anualmente/N.º estações da rede de monitorização	100% em 2015		100% em 2021	100%
PTE9P02M03_SUP_RH6	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Sado e do Mira	N.º Estações Monitorizadas/N.º Massas de Água a Classificar	100% em 2018		100% em 2021	20%

### Anexo III – Medidas específicas e massas de água

Tabela I – Massas de água abrangidas por medidas específicas

Código da Medida	Designação	N.º de MA abrangidas (Superficiais e Subterrâneas)	MA Bom e Superior (%)	MA Inferior a Bom (%)	Execução da medida (%)
			2.º Ciclo	2.º Ciclo	
PTE1P01M01_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Cabrela, na freguesia de Cabrela, concelho de Montemor-o-Novo	1	0%	100%	0%
PTE1P01M02_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Vila Alva, na freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba	1	0%	100%	0%
PTE1P01M03_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Ribeira de Moinhos, na freguesia e concelho de Sines	1	100%	0%	0%
PTE1P01M04_SUP_RH6	Conceção e Construção da ETAR de Grândola e Sistema Intercetor de Grândola, na freguesia e concelho de Grândola	1	0%	100%	31%
PTE1P01M05_SUP_RH6	Remodelação do Tratamento secundário da ETAR de Senhora de Aires - Viana do Alentejo, na freguesia e concelho de Viana do Alentejo	1	0%	100%	16%
PTE1P01M06_SUP_RH6	Nova ETAR de S. Teotónio e Sistema Elevatório, na freguesia de S. Teotónio e concelho de Odemira	1	100%	0%	3%
PTE1P01M07_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Montes Velhos, na freguesia de São João de Negrilhos, concelho de Aljustrel	1	0%	100%	0%
PTE1P01M08_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Alcáçovas - Zona Sul, na freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo	1	100%	0%	0%
PTE1P01M09_SUP_RH6	Construção de EE e emissário para ligação ao sistema intercetor Melides-Praia, na freguesia de Melides, concelho de Santiago do Cacém	1	0%	100%	0%
PTE1P01M10_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Boa Vista dos Pinheiros, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	1	0%	100%	0%
PTE1P01M11_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Almogrove/Longueira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	1	100%	0%	0%
PTE1P01M12_SUP_RH6	Construção de EE e conduta de ligação da Mimosa à ETAR de Alvalade, na freguesia de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém	1	0%	100%	0%
PTE1P01M13_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Odemira, na freguesia de Odemira (São Salvador), concelho de Odemira	1	100%	0%	0%
PTE1P01M14_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Zambujeira do Mar, na freguesia de Zambujeira do Mar, concelho de Odemira	1	100%	0%	0%

Código da Medida	Designação	N.º de MA abrangidas (Superficiais e Subterrâneas)	MA Bom e Superior (%)	MA Inferior a Bom (%)	Execução da medida (%)
			2.º Ciclo	2.º Ciclo	
PTE1P01M15_SUP_RH6	Construção de nova ETAR de Ermidas do Sado, na freguesia de Ermidas do Sado, no concelho de Santiago do Cacém	1	0%	100%	0%
PTE1P01M16_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Torrão, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	1	0%	100%	100%
PTE1P01M17_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Beringel, na freguesia de Beringel, concelho de Beja	1	0%	100%	0%
PTE1P01M18_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Ervidel, na freguesia de Ervidel, concelho de Aljustrel	1	100%	0%	0%
PTE1P01M19_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Comporta, na freguesia da Comporta, concelho de Alcácer do Sal	1	100%	0%	0%
PTE1P01M20_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de São Luís/Odemira, na freguesia de São Luís, concelho de Odemira	1	100%	0%	0%
PTE1P01M21_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Santa Vitória, na freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja	1	0%	100%	0%
PTE1P01M22_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Penedo Gordo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	1	0%	100%	0%
PTE1P01M23_SUP_RH6	Construção da nova ETAR de Escoural, na freguesia do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo	1	100%	0%	0%
PTE1P01M24_SUP_RH6	Empreitada do Sistema de Saneamento do Concelho de Portel - Conceção, Construção/Reabilitação das ETAR do Concelho de Portel das Estações Elevatórias e dos Sistemas Intercetoras (Santana, São Bartolomeu do Outeiro)	1	100%	0%	0%
PTE1P01M25_SUP_RH6	Construção da Nova ETAR de Ferreira do Alentejo, na freguesia e concelho de Ferreira do Alentejo	1	0%	100%	3%
PTE1P01M26_SUP_RH6	Reformulação do Sistema de Drenagem e Tratamento de Faralhão, na freguesia de Sado, concelho de Setúbal	1	0%	100%	100%
PTE1P01M27_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Canal Caveira, na freguesia e concelho de Grândola	1	100%	0%	0%
PTE1P01M28_SUP_RH6	Remodelação da ETAR de Sabóia, na freguesia de Sabóia, concelho de Odemira	1	0%	100%	0%
PTE1P01M29_SUP_RH6	Reabilitação da ETAR de Colos-Cerca do Montado, na freguesia de Colos, concelho de Odemira	1	100%	0%	100%
PTE1P06M09_SUP_RH6	Proteção da qualidade da água da Albufeira do Pisão	1	100%	0%	0%
PTE1P09M01_SUB_RH6	Remediação da Massa de Água Subterrânea Sines Zona Sul - Ação Lote 2E1, concelho de Sines	1	0%	100%	0%
PTE1P09M02_SUB_RH6	Remediação da Massa de Água Subterrânea Sines Zona Sul- Ação Lote MFeio, concelho de Sines	1	0%	100%	40%

Código da Medida	Designação	N.º de MA abrangidas (Superficiais e Subterrâneas)	MA Bom e Superior (%)	MA Inferior a Bom (%)	Execução da medida (%)
			2.º Ciclo	2.º Ciclo	
PTE1P09M03_SUB_RH6	Recuperação Ambiental do Aterro da Sanchinha, na freguesia de Santo André, Concelho de Santiago do Cacém	1	0%	100%	0%
PTE1P11M01_SUP_RH6	Remoção de lamas na ribeira do Roxo a Jusante da Barragem do Roxo, na freguesia e concelho de Aljustrel	1	0%	100%	0%
PTE1P12M01_SUP_RH6	Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal, na freguesia de Azinheira de Barros e S. Mamede do Sádão, concelho de Grândola	1	0%	100%	100%
PTE1P12M02_SUP_RH6	Recuperação Hidrológico-Ambiental da Área Mineira de Aljustrel, na freguesia e concelho de Aljustrel	2	0%	100%	100%
PTE3P01M02_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco da Casa Branca associado à demolição da barragem do Peneireiro, na freguesia e concelho de Alvito	1	0%	100%	100%
PTE3P01M03_SUP_RH6	Recuperação de continuidade longitudinal do troço da ribeira da Chaminé, afluenta da ribeira do Outeiro associado à demolição da barragem da Misericórdia, na união de freguesias de Santiago Maior e S. João Batista, concelho de Beja	1	0%	100%	50%
PTE3P02M03_SUP_RH6	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água, na região hidrográfica do Sado e do Mira	1	0%	0%	0%
PTE3P03M01_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odivelas, Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas, na freguesia de Odivelas, concelho de Ferreira do Alentejo	1	0%	100%	0%
PTE3P03M02_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Pego do Altar, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Santa Susana, concelho de Alcácer do Sal	1	0%	100%	0%
PTE3P03M03_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Vale do Gaio, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado, na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal	1	0%	100%	0%
PTE3P03M04_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Campilhas, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto-Sado, nas freguesias de Cercal e S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	2	0%	100%	0%
PTE3P03M05_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Fonte Serne, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém	1	100%	0%	0%

Código da Medida	Designação	N.º de MA abrangidas (Superficiais e Subterrâneas)	MA Bom e Superior (%)	MA Inferior a Bom (%)	Execução da medida (%)
			2.º Ciclo	2.º Ciclo	
PTE3P03M06_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Monte da Rocha, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, freguesia e concelho de Ourique	1	100%	0%	0%
PTE3P03M07_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Santa Clara, Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	1	100%	0%	0%
PTE3P03M08_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Corte Brique, Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira	1	100%	0%	0%
PTE3P03M09_SUP_RH6	Implementação do Regime de Caudal Ecológico das Barragens de Monte Gato e Monte Miguéis, Aproveitamento Hidroagrícola de Campilhas e Alto Sado, na freguesia de Conceição, concelho de Ourique e Freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel	1	0%	100%	0%
PTE4P01M01_SUP_RH6	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Região Hidrográfica do Sado e do Mira	1	0%	0%	25%
PTE5P04M02_RH6	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do sado e do Mira	2	0%	0%	0%
PTE5P06M02_SUP_RH6	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe	3	33%	67%	32%
PTE7P01M09_SUP_RH6	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Sado e do Mira	42	0%	98%	5%
PTE7P01M10_RH6	Implementação do Plano de Monitorização de Recursos Hídricos da Zona Industrial e Logística de Sines, concelhos de Sines e Santiago do Cacém	2	0%	100%	100%
PTE9P02M03_SUP_RH6	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Sado e do Mira	14	0%	100%	20%

**Tabela J – Execução das medidas específicas por massa de água superficial**

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio	PT06MIR1366	Corgo do Porto da Mó	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1369	Corgo da Ponte Quebrada	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1370	Ribeira do Torgal	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06MIR1371	Ribeira do Salto	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1372	Ribeira da Capelinha	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1373	Ribeira da Capelinha	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Transição	PT06MIR1374	Mira-WB3	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1375	Rio Mira (HMWB - Jusante B. Santa Clara)	Bom	Bom	2	0	0%
2015	Rio	PT06MIR1377	Ribeira do Torgal	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1380	Ribeira da Caneja	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06MIR1381	Ribeira do Álamo	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1382	Rio Mira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1384	Rio Mira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1385	Ribeira de Luzianes	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1386	Ribeira de Corte Brique	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06MIR1387	Ribeira do Barranquinho	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1388	Ribeira das Pereirinhas	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1389	Ribeiro do Guilherme	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1390	Ribeira das Arredouças	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1391	Ribeiro de Santana	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06MIR1392	Albufeira Santa Clara	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1394	Rio Mira	Excelente/Máximo	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1395	Ribeiro do Rosal	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1396	Ribeiro de Foz de Casinhas	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1397	Ribeira de Torquines	Bom	Desconhecido	0	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio	PT06SAD1191	Ribeira de São Romão	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1192	Ribeira da Landeira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1193	Açude Vale das Bicas	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1196	Ribeira de São Martinho	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1203	Albufeira Venda Nova (Sado)	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1204	Ribeiro da Junceira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1205	Ribeira de São Cristovão	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06SAD1208	Ribeira de São Martinho (HMWB - Jusante B. Venda Nova 2)	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1216	Rio do Porto	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Transição	PT06SAD1219	Sado-WB5	Bom	Bom	0	0	
2015	Transição	PT06SAD1222	Sado-WB4	Bom	Bom	1	0	0%
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1235	Albufeira Pego do Altar	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1237	afluente do Rio Sado	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1238	afluente do Rio Sado	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1240	afluente do Rio Sado	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1241	afluente do Rio Sado	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1246	afluente do Ribeiro de Água Cova	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1249	Albufeira Vale da Arca 2	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1250	Albufeira Herdade de Vale da Lameira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1254	afluente do Rio Xarrama	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06SAD1258	afluente da Vala Real	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1261	Rio Xarrama (HMWB - Jusante B. S. Brissos 1)	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1265	Albufeira Rasquinha	Bom	Desconhecido	0	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1268	Açude Vale Coelheiros	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1269	Vala Real	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1270	afluente da Vala Real	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1271	afluente da Vala Real	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1272	afluente do Rio Sado	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1273	Albufeira Alvito	Bom	Bom	1	0	0%
2015	Rio	PT06SAD1275	afluente do Rio Sado	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1280	Ribeira da Vila Nova da Baronia	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1285	afluente do Rio Sado	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1290	Albufeira Odivelas	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1293	Ribeira de Grândola	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1296	Ribeira de Grândola	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1298	Barranco da Perna Cesta	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1299	afluente da Ribeira de Grândola	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1300	Ribeira de Grândola	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1303A	Albufeira do Pisão	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1309B	Albufeira do Paço	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1309C	Albufeira de Penedrão	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1309D	Ribeira de Canhestros (HMWB - Jusante B. Penedrão)	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1324	Ribeira do Pero Bonito	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1325	Ribeira do Pero Bonito	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1331	Albufeira Roxo	Bom	Bom	1	0	0%
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1335	Albufeira Daroeira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1340	Albufeira Fonte Serne	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1341	Ribeira de São Domingos (HMWB - Jusante B. Fonte Serne)	Bom	Desconhecido	1	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1345	Albufeira Campilhas	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1346	Barranco dos Vales	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1348	Barranco de João Pais	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1351	Barranco do Monte Novo de Besteiros	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1352	Barranco do Corujo da Várzea	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1353	Rio Sado (HMWB - Jusante B. Monte da Rocha)	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06SAD1354	Corgo do Vale de Alcondim	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1355	Ribeira da Gema	Bom	Desconhecido	1	1	100%
2015	Rio	PT06SAD1356	Barranco do Vale de Fomeiras	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1358	Ribeira de Garvão	Excelente/Máximo	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SAD1361	Albufeira Monte da Rocha	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1362	Ribeira das Pimentas	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SAD1363	Ribeira dos Grandaços	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SUL1636	Ribeira das Fontainhas	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SUL1639	Ribeira da Cascalheira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SUL1640	Ribeira da Ponte	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06SUL1645	Albufeira Morgavel	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06SUL1646	Barranco do Queimado	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SUL1647	Corgo dos Aivados	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06SUL1648	Barranco dos Portos Ruivos	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06SUL1649	Barranco da Zambujeira	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06SUL1650	Barranco do Carvalhal	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Costeira	PTCOST12	CWB-I-5	Bom	Bom	2	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2016-2021	Rio	PT06MIR1376	Ribeira do Vale de Gomes	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06MIR1379	Ribeira do Pomar	Razoável	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT06MIR1398	Rio Torto	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1190	Ribeira de Safira	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1194	Ribeira da Landeira (HMWB - Jusante Aç. Vale das Bicas)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1197	Esteiro das Moitas	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1202	Ribeira de Valverde	Razoável	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1206	Ribeira da Comenda	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio (Albufeira)	PT06SAD1209	Albufeira Tourega	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1212	Ribeira de Valverde (HMWB - Jusante B. Tourega)	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1213	afluente do Rio Sado	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1214	Ribeira de São Brissos	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Transição	PT06SAD1217	Sado-WB6	Razoável	Bom	1	1	100%
2016-2021	Rio	PT06SAD1218	afluente do Rio Sado	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1220	Ribeira de Remouquinho	Razoável	Desconhecido	0	0	
2016-2021	Rio	PT06SAD1221	Ribeira da Peramanca	Razoável	Bom	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1223	Ribeira das Alcáçovas	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1224	Ribeira das Alcáçovas	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1225	Ribeiro do Cai Água	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1226	Ribeiro do Freixial	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1227	Ribeira de São Martinho	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1228	afluente da Ribeira de São Martinho	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1230	Ribeira das Alcáçovas	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1231	Ribeiro do Garção	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1232	Ribeirinha	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1233	afluente da Ribeira de Santa Catarina de Sítimos	Razoável	Desconhecido	2	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2016-2021	Rio	PT06SAD1236	Ribeira do Alberginho	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1239	Ribeira do Aguilhão	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1242	Ribeira da Ulmeira	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1243	Vala Real	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1244	Ribeira da Fragosa	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1248	Ribeira do Regedor	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1251	Ribeira da Faleira	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio (Albufeira)	PT06SAD1252	Albufeira S.Brissos 1	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1253	Ribeira de São Domingos (HMWB - Jusante B. Vale da Arca 2)	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1255	Ribeira da Carrasona	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1256	afluente da Vala Real	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1257	Rio Xarrama	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1260	Ribeira de Oriola (HMWB - Jusante B. Rasquinha)	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1263	afluente da Ribeira Vale da Urça	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1266	Rio Xarrama	Razoável	Desconhecido	2	1	50%
2016-2021	Rio	PT06SAD1267	Ribeiro do Arcão	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1274	Ribeira de Algalé	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1277	Ribeira da Vila Nova da Baronia	Razoável	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1278	Rio Sado (HMWB - Jusante Bs. Camp, Fte Serne, Mte Rocha, Daroeira, Roxo e Odivelas)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1281	Ribeira do Malk Abraão	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1283	Barranco do Monte dos Coelhoos	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1284	Ribeiro do Carrasco	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1286	Barranco das Faias	Razoável	Desconhecido	2	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2016-2021	Rio	PT06SAD1291	Ribeira das Soberanas	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1292	Barranco da Casa Branca	Razoável	Desconhecido	2	1	50%
2016-2021	Rio	PT06SAD1294	Barranco da Casa Branca	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1297	Ribeira de Alfundão	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1301	Ribeirinha	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1302	Ribeira do Canal	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1304	Ribeira da Capela	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1308	Barranco da Palhota	Razoável	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1309A	Ribeira de Canhestros (HMWB - Jusante B. Paço)	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1310	Ribeira do Lousal	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1312	Barranco da Chaminé	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1313	Rio Sado (HMWB - Jusante Bs. Camp, Fte Serne, Mte Rocha e Daroeira)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1316	Ribeira da Corona	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1317	Ribeira de Santa Vitória	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1318	Ribeira dos Nabos	Razoável	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1319	Barranco do Vale de Fornos	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1323	Ribeira do Outeiro	Mau	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1328	Ribeira de São Domingos	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1330	Barranco da Chancuda	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1332	afluente da Ribeira de Campilhas	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1333	Rio Sado (HMWB - Jusante B. Monte da Rocha)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2016-2021	Rio	PT06SAD1334	Ribeira de Messejana (HMWB - Jusante B. Daroeira)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1336	Corgo do Vale de João Vaz	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1338	Ribeira da Messejana	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1339	Ribeira dos Louriçais	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1344	Barranco do Freixinho	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1357	Ribeira da Ferraria	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1359	Ribeira dos Aivados	Razoável	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1360	Barranco das Almoleias	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1364	Ribeira do Poço da Vila	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SAD1365	Rio Sado	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SUL1637	Ribeira de Melides	Razoável	Desconhecido	3	1	33%
2016-2021	Rio	PT06SUL1641	Sancha	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT06SUL1643	Ribeira da Junqueira	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Transição	PT06MIR1367	Mira-WB2	Razoável	Bom	2	0	0%
2022-2027	Transição	PT06MIR1368	Mira-WB1	Razoável	Bom	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06MIR1378	Rio Mira (HMWB - Jusante B. Santa Clara)	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06MIR1383	Ribeira de Mora	Medíocre	Desconhecido	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT06MIR1393	Ribeira de Totenique	Mau	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1195	Ribeira da Marateca	Razoável	Insuficiente/Medíocre	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1198	Esteiro do Almo	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1199	Vala do Negro	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1200	Ribeira do Livramento	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1201	Ribeira do Vale de Cão	Medíocre	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Transição	PT06SAD1207	Sado-WB3	Razoável	Bom	1	0	0%
2022-2027	Transição	PT06SAD1210	Sado-WB2	Razoável	Bom	1	0	0%
2022-2027	Transição	PT06SAD1211	Sado-WB1	Razoável	Bom	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1215	Ribeira de São Cristovão	Mau	Desconhecido	2	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2022-2027	Rio	PT06SAD1229	Rio Xarrama	Desconhecido/Sem informação	Insuficiente/Mediocre	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1234	Ribeiro do Canas	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1245	Ribeira de Santa Catarina de Sítimos (HMWB - Jusante B. Pego do Altar)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1247	afluente da Ribeira Vale da Ursa (HMWB - Jusante B. Herdade de Vale da Lameira)	Mediocre	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1259	Vala Real (HMWB - Jusante Aç. Vale Coelheiros)	Mediocre	Desconhecido	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1262	Ribeira de Oriola	Mau	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1264	Ribeiro do Alfebre	Mediocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT06SAD1276	Albufeira Trigo de Morais - Vale do Gaio	Razoável	Bom	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1279	Rio Xarrama (HMWB - Jusante B. Trigo de Morais - Vale do Gaio)	Mau	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1282	Ribeira de Odivelas (Jusante B. Alvito)	Mediocre	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1287	Ribeira de Odivelas (HMWB - Jusante B. Odivelas)	Mediocre	Bom	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1288	Rio Sado (HMWB - Jusante Bs. Camp, Fte Serne, Mte Rocha, Daroeira e Roxo)	Razoável	Insuficiente/Mediocre	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1289	Barranco do Rio Seco	Mediocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1295	afluente do Rio Sado	Mediocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1303B	Ribeira da Tramagueira (HMWB - Jusante B. Pisão)	Mau	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1303C	Ribeira da Tramagueira	Mau	Desconhecido	2	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2022-2027	Rio	PT06SAD1305	Ribeira do Vale do Ouro	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1306A	Ribeira do Álamo	Medíocre	Desconhecido	4	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1307	Ribeira da Corona	Razoável	Desconhecido	1	1	100%
2022-2027	Rio	PT06SAD1311	Ribeira da Figueira	Mau	Bom	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1314	Ribeira do Roxo (HMWB - Jusante B. Roxo)	Razoável	Insuficiente/Medíocre	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1315	afluente da Ribeira do Roxo	Medíocre	Desconhecido	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1320	Rio Sado (HMWB - Jusante Bs. Monte da Rocha e Daroeira)	Razoável	Bom	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1321	Ribeira de Campilhas (HMWB - Jusante Bs. Campilhas e Fonte Serne)	Mau	Bom	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1322	afluente da Ribeira da São Domingos	Medíocre	Desconhecido	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1326	Ribeira de Água Forte	Razoável	Insuficiente/Medíocre	2	1	50%
2022-2027	Rio	PT06SAD1327	Barranco do Farrobo	Mau	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1329	Ribeira do Roxo (HMWB - Jusante B. Roxo)	Razoável	Desconhecido	3	1	33%
2022-2027	Rio	PT06SAD1337	Ribeira de São Domingos	Medíocre	Desconhecido	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1342	Ribeira de Campilhas (HMWB - Jusante B. Campilhas)	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1343	Ribeira da Gema	Mau	Desconhecido	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1347	Ribeira de Campilhas (HMWB - Jusante B. Campilhas)	Medíocre	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1349	Barranco do Vale Coelho	Medíocre	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SAD1350	Ribeira de Refroias	Medíocre	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Costeira	PT06SUL1638	Lagoa Santo Andre	Desconhecido/Sem informação	Insuficiente/Medíocre	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT06SUL1642	Ribeira de Moinhos	Mau	Desconhecido	1	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2022-2027	Rio	PT06SUL1644	Ribeira de Morgavel (HMWB - Jusante B. Morgavel)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Costeira	PTCOST13	CWB-II-5A	Bom	Insuficiente/Mediocre	1	0	0%
2015	Rio	PT06MIR1366	Corgo do Porto da Mó	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1369	Corgo da Ponte Quebrada	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1370	Ribeira do Torgal	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06MIR1371	Ribeira do Salto	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1372	Ribeira da Capelinha	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1373	Ribeira da Capelinha	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Transição	PT06MIR1374	Mira-WB3	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1375	Rio Mira (HMWB - Jusante B. Santa Clara)	Bom	Bom	2	0	0%
2015	Rio	PT06MIR1377	Ribeira do Torgal	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1380	Ribeira da Caneja	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06MIR1381	Ribeira do Álamo	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1382	Rio Mira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1384	Rio Mira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1385	Ribeira de Luzianes	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1386	Ribeira de Corte Brique	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT06MIR1387	Ribeira do Barranquinho	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1388	Ribeira das Pereirinhas	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1389	Ribeiro do Guilherme	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1390	Ribeira das Arredouças	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1391	Ribeiro de Santana	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT06MIR1392	Albufeira Santa Clara	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1394	Rio Mira	Excelente/Máximo	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT06MIR1395	Ribeiro do Rosal	Bom	Desconhecido	0	0	

**Tabela K – Execução das medidas específicas por massa de água subterrânea**

Objetivo ambiental	Código	Massa de água			Medidas específicas		
		Designação	Estado quantitativo (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	PTA0x1RH6_C2	MACIÇO ANTIGO INDIFERENCIADO DA BACIA DO SADO	Bom	Bom	7	0	0%
2015	PTA0z1RH6_C2	ZONA SUL PORTUGUESA DA BACIA DO SADO	Bom	Bom	0	0	
2015	PTA0z2RH6	ZONA SUL PORTUGUESA DA BACIA DO MIRA	Bom	Bom	0	0	
2015	PTA6	VIANA DO ALENTEJO - ALVITO	Bom	Bom	1	0	0
2015	PTO01RH6	ORLA OCIDENTAL INDIFERENCIADO DA BACIA DO SADO	Bom	Bom	0	0	
2015	PTT01RH6	BACIA DO TEJO-SADO INDIFERENCIADO DA BACIA DO SADO	Bom	Bom	0	0	
2015	PTT6	BACIA DE ALVALADE	Bom	Bom	0	0	
2015	PTO34	SINES - ZONA NORTE	Bom	Bom	1	0	0
2022-2027	PTO35	SINES - ZONA SUL	Bom	Insuficiente/Mediocre	4	1	25%

